



Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local – Campus V
Santo Antonio de Jesus-BA

Antonio Cosme Lima da Silva

PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA: *Populações Negras no Contexto das Comemorações dos 400 anos de Fundação da Cidade do Salvador, (IGHB, 1949)*

Santo Antônio de Jesus, BA
2012

Antonio Cosme Lima da Silva

PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA: *Populações Negras no Contexto das Comemorações dos 400 anos de Fundação da Cidade do Salvador, (IGHB, 1949)*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, Linha II, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus V, sob a orientação do prof. Dr. Raphael Rodrigues Vieira Filho.

**Santo Antônio de Jesus, BA
2012**

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

Silva, Antonio Cosme Lima da

Primeiro Congresso de História da Bahia: populações negras no contexto das comemorações dos 400 anos de Fundação da cidade do Salvador, (IGHB, 1949) / Antonio Cosme Lima da Silva. – Santo Antônio de Jesus, 2012. 122f.

Orientador: Prof. Dr. Raphael Rodrigues Vieira Filho.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus V. 2012.

Contém referências e apêndices.

1. Bahia - História. 2. Bahia - Congresso de História. 3. População negra. I. Filho, Raphael Rodrigues Vieira. II. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas.

CDD 981.42

Antonio Cosme Lima da Silva

PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA: *Populações Negras no Contexto das Comemorações dos 400 anos de Fundação da Cidade do Salvador, (IGHB, 1949)*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, Linha II, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus V, sob a orientação do prof. Dr. Raphael Rodrigues Vieira Filho.

Santo Antônio de Jesus, BA 20 de abril de 2012

Prof. Dr. Raphael Vieira Filho (Orientador)
Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Ubiratan Castro de Araújo
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr Paulo Santos Silva
Universidade do Estado da Bahia

À geração de militantes do Movimento Negro Unificado (MNU), Seção/Bahia, do final da década de 1980 e início dos anos 1990, os quais foram fundamentais para o começo do meu processo de descolonização mental e de (re) construção da minha identidade negra. Foi através daquela geração que entrei em contato com o pensamento de importantes lideranças negras do Brasil e de fora dele. Foram as mulheres do MNU e, em especial, Sayonara Santos (*in memoriam*), que me alertaram para a necessidade de um feminismo negro e que me permitiram participar do Primeiro Encontro de Mulheres do MNU, momento em que aprendi muito com as principais lideranças femininas da organização.

A toda essa geração e, em particular, às mulheres do MNU, *mojubá e adupé!*

AGRADECIMENTOS

Ao Corpo de professores do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local da UNEB/Campus V.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), pelo auxílio pesquisa.

Ao professor Paulo Santos Silva, que me despertou para o tema ainda na graduação em história e pelas orientações e sugestões quando da escrita e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, desdobramento dessa pesquisa.

Ao professor Raphael Rodrigues Vieira Filho, pela orientação, acompanhamento, leitura do texto e sugestões.

Às professoras Maria Elisa Lemos da Silva, Elisângela Oliveira Ferreira e Marise de Santana, pela leitura cuidadosa e sugestões.

Às professoras Maria Anória Oliveira e Maria Nazaré Mota de Lima, pelo apoio e incentivo.

Às minhas famílias de ejé e axé, pelo incentivo, apoio, cuidado e compreensão pelas ausências.

Aos funcionários dos arquivos e bibliotecas, nos quais pesquisei, visando a produzir esse texto dissertativo, especialmente, a Antônio Fernando da Costa Pinto, auxiliar de biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

A todas as pessoas que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desse trabalho.

Lembrar o negro e em geral o homem de cor, nas festas desse quarto centenário da Cidade do Salvador, não será uma condescendência, mas um dever de justiça, – a justiça que a Bahia ainda lhe está devendo.

Edison Carneiro, 1949

RESUMO

A pesquisa analisa a participação da população negra no contexto das comemorações do Quarto Centenário de Fundação da Cidade do Salvador e da Instalação do Governo Geral do Brasil (1549/1949). O enfoque recai sobre as teses apresentadas no evento mais importante das celebrações, que foi o Primeiro Congresso de História da Bahia, realizado pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), em 1949. Além das teses do referido congresso, também me detenho em algumas obras editadas como parte das comemorações a fim de analisar as concepções historiográficas dos seus respectivos autores, tentando identificar aqueles que apresentaram novas categorias interpretativas, tanto no método, como no objeto de seus respectivos estudos, relacionados às populações negras, visto que o Primeiro Congresso de História da Bahia ocorreu na conjuntura do pós-guerra, com a derrota do nazismo e a completa desmoralização das teorias que atestavam as hierarquias raciais.

Palavras-chave: História da Bahia. Congresso de História da Bahia. Historiografia. Intelectuais. Populações Negras.

ABSTRACT

This study analyzes the discourse projected onto black populations in the context of the celebrations of the Fourth Centennial of the Founding of the City of Salvador and the Establishment of the General Government of Brazil (1549-1949). The focus is on the arguments presented during the highlight of those celebrations, the First Conference on the History of Bahia, organized by the Geographical and Historical Institute of Bahia (IGHB) in 1949. In addition to the papers presented at that conference, I also concentrate on some works published as part of the celebrations for the purpose of analyzing not only their discourse but the historiographical conceptions of their authors. The aim is to identify those which present new interpretive categories, both in terms of method and the subject of their studies of black populations, as the conference took place during the post-war period, after the defeat of Nazism and the complete debunking of theories that posited racial hierarchies.

Keywords: History of Bahia. Conference on the History of Bahia. Historiography. Scholars. Black Populations.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHMS — Arquivo Histórico Municipal de Salvador

AIHGB — Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

ATSIGHB — Arquivo Theodoro Sampaio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGHB — Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

IHGB — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

UNESCO — Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	DAS RAZÕES DO PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA	19
2.1	Reviver um Passado Glorioso	23
2.2	Preparar a Cidade e o Estado para o Futuro	28
3	O POVO SOB O OLHAR DAS ELEITES: TENSÕES SOCIAIS E AS COMEMORAÇÕES	34
3.1	Na Câmara de Vereadores	35
3.2	Na Assembleia Legislativa	36
3.3	Características Sócio-demográficas da População Negra	38
3.4	Relações Raciais à Época das Comemorações do Quarto Centenário	40
3.5	O Carnaval do Quarto Centenário e a eleição da Rainha Negra	45
3.6	Os Clubes Recreativos e as Escolas de Danças	46
3.7	Repressão Policial, Mendicância e Assistência Social	49
4	O PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA	53
4.1	Os Anais e a Polêmica Sobre a Data de Fundação de Salvador	54
4.2	Metodologia e Apresentação das Teses	56
4.3	Enunciados Sobre as Populações Negras nas Teses dos Congressistas	57
4.4	A Violência da Escravidão e a Cultura da Cana	59
4.5	A <i>Dita</i> dos Escravos Libertos e A <i>Meia Siza</i> dos Escravos Ladinos	60
4.6	Ficam Abolidos os Castigos de Batedouros e de Tronco	66
4.7	A História da África para o Conhecimento do Passado Baiano	72
4.8	Um Povo Bravo e Forte, os Escravos e os Autóctones	75
4.9	Dando Trabalho ao Corpo de Polícia	77
5	AS COMEMORAÇÕES, O PROJETO EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DO SALVADOR E A IMPRENSA	84
5.1	Populações Negras e Povoamento da Cidade do Salvador	87
5.2	Populações negras e Formação e Evolução étnica	90
5.3	Populações Negras na Imprensa	97
5.4	Edison Carneiro e as Lembranças do Negro da Bahia	98
5.5	O que Não Poderia Ter Faltado nas Comemorações	102
5.6	Populações Negras e Participação Política nos Destinos do Estado	103
5.7	Concepção de História	105
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
	FONTES E REFERÊNCIAS	113
	APÊNDICE	118

1 INTRODUÇÃO

Em janeiro de 1949, quando Salvador estava prestes a completar 400 anos de fundação por Tomé de Souza, em 1549, o jornal *Diário de Notícias* anunciava: “A Bahia Volta-se Sobre o seu Passado — 1949 é o ano do IV Centenário da Fundação da Cidade de Salvador”. Ainda, segundo esse periódico, naquele ano a Bahia cultuaria “[...] a memória dos seus grandes homens e os feitos da própria civilização que ela doou ao Brasil, com toda a riqueza das suas tradições e das suas glórias.”¹

Se, por um lado, é verdade que os baianos tinham como objetivo exaltar as glórias, as riquezas e as tradições do passado, por outro, analisando a manchete do *Diário de Notícias* do ponto de vista historiográfico, podemos concluir que era preciso manter vivo um passado que em todos despertava lembranças; preservar uma memória coletiva, reviver um passado glorioso, a fim de enfrentar uma dura e cruel realidade do presente.

E o passado nessa percepção da memória, conforme alertava Pierre Nora, pode ser traduzido como uma tentativa desesperada de “[...] apropriação veemente daquilo que sabemos não mais nos pertencer. Ela exige, a acomodação sobre um objeto perdido.”²

O artigo de Filinto Barreto, escrito durante os frêmitos comemorativos de 1949, traduz de forma singular esse sentimento de perda, em relação a um passado que não mais existia:

É um gôsto que sempre sinto quando posso dizer alguma coisa sôbre o que foi a vida social desta velha Bahia. Porque isto, não sei, francamente. Pode ser, porém, que este meu gosto de tanto reviver o passado, seja porque a Bahia de antanho fosse muito mais a boa terra, de todos os brasileiros tão querida, que a Bahia de hoje, tôda ele cheia de artifícios e de... maledicências, também.³

A velha Bahia, conforme Filinto Barreto se referiu a Salvador, que no passado se constituiu como a mais importante cidade do Império Português depois de Lisboa, que foi “o berço da

¹ *Diário de Notícias*, 01 mar. 1949, p. 3.

² NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, dezembro de 1993, p.20.

³ BARRETO, Felinto. Uma Recepção no Passado. In: *Revista Fiscal da Bahia*. Quatro Séculos de História da Bahia. Edição comemorativa do quarto centenário de Salvador. Salvador, 1949, p. 72. Em todos os documentos transcritos nessa pesquisa, mantive a ortografia original.

nacionalidade brasileira” e capital da Colônia até 1763, no final da década de 1940, quando estava prestes a completar quatrocentos anos de fundação, já havia perdido boa parte da sua importância econômica e prestígio político no cenário nacional.

Somado às questões da perda de prestígio, a velha cidade da Bahia, que parecia refém de um passado que também não podia ser perdido, convivia com altas taxas de analfabetismo, mortalidade infantil, desemprego, escassez de certos gêneros alimentícios, carestia, mendicância, péssima qualidade de vida de seu povo, além de doenças como a tuberculose, que aterrorizava a população.⁴

Se comparada a algumas cidades do Sul e do Sudeste do Brasil, por exemplo, enquanto São Paulo enriquecia-se com orgulho, conforme escreveu Kátia Mattoso, “[...] Salvador gritava sua decadência. Faltavam, à cidade, prédios modernos e imponentes; os bondes circulavam por ruas e avenidas estreitas, onde poucos automóveis se viam.”⁵

A esse respeito, cabe alertar que as exigências de progresso e de modernização, naquela conjuntura, não devem ser confundidas com a ideologia do progresso, amplamente difundida até praticamente o final dos anos 1930, na qual, “[...] em nome do ‘moderno’ e do ‘novo’, das soluções consideradas então civilizadoras, de melhoramentos de ordem material, a cidade histórica e centenária vai ser desfigurada.”⁶

Na conjuntura das comemorações do Quarto Centenário, diferente daquela que perdurou até o final dos anos 1930, quando o lema era demolir o passado, a realidade do início dos anos 1950 conclamava por reviver um passado de glórias. Estratégia utilizada por parte das elites baianas, ao que tudo indica, para enfrentar uma triste e dura realidade histórica vivenciada naquele presente.

⁴ MANGABEIRA, Otávio. **Um período governamental na Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1951, p. 7-11.

⁵ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, Século XIX: Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 9-10.

⁶ PERES, Fernando da Rocha. **Memória da Sé**. Salvador, Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 1999, p. 35.

Em seu clássico estudo sobre memória e história, Pierre Nora utiliza a expressão aceleração da história que, segundo ele, significa:

[...] uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida - uma ruptura do equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo.⁷

Este sentimento histórico profundo, ao que parece, manifestou-se durante as celebrações do Quarto Centenário, quando a cidade foi tomada por um surto comemorativo talvez nunca antes visto na sua história.

Se a velha e gloriosa Bahia enfrentava problemas para se desenvolver e se modernizar, não gozava mais do prestígio de outrora e, por isso, precisava reviver o seu passado glorioso, por outro lado o então governador Otávio Mangabeira, em sua mensagem de Ano Novo, após destacar que há 400 anos Tomé de Souza desembarcara na Bahia para fundar a cidade, bem como há mais de quatro séculos as caravelas do descobrimento escreveram a primeira página da história do Brasil, alertava que aqueles acontecimentos,

São fatos, episódios, tradições, que tornaram sagrada a nossa terra. Não nos iludamos, entretanto. Não será convertendo a Bahia em uma terra morta, que viva apenas de reminiscências, ou se limite ao culto de relíquias e das antiguidades, que haveremos dignamente de honrar o passado. Tanto mais honraremos o passado, o que realmente o passado, haja de expressivo ou de grande, quanto mais nos mostrarmos à altura das responsabilidades do presente e das perspectivas do futuro.⁸

Se nas comemorações a tônica era reverenciar um passado que não mais existia, Mangabeira acrescentou ao discurso dos intelectuais e demais políticos, o futuro. Apesar de reconhecer no passado as glórias da Bahia, era o futuro que o preocupava.

Foi também pensando no futuro que, através do decreto-lei nº 162, em 1943, o prefeito Elysio de Carvalho Lisboa manifestou sua intenção de celebrar o Quarto Centenário de fundação da Cidade do Salvador, quando autorizou a contratação de “historiadores

⁷ NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, dezembro de 1993, p.7.

⁸ **Diário de Notícias**, 04 jan.1949, p. 8.

patrícios”, com vistas a escrever dez monografias as quais, no conjunto, fariam parte da série *Evolução Histórica da Cidade de Salvador*, abordando os ciclos socio-evolutivos da cidade, a ser publicada no ano em que Salvador completaria 400 anos de fundação.⁹

Com o intuito de levar a efeito esse desejo, Otávio Mangabeira nomeou o historiador Wanderley de Araújo Pinho, em 1947, para ser o prefeito que iria comandar “[...] os cortejos, os congressos, as exposições, as festas cívicas, que fizeram da Bahia, no ano sagrado de 1949, a Meca do Brasil.”¹⁰

O Primeiro Congresso de História da Bahia e o Cortejo Cívico e Histórico da Bahia foram considerados os momentos de júbilo das comemorações. O Primeiro Congresso, organizado a fim de se constituir no maior acontecimento das comemorações e para assinalar “[...] o início de nova fase de incentivo aos estudos históricos que reclama [vam] maior incentivo no meio intelectual bahiano”,¹¹ assim como o Cortejo Cívico e Histórico que, segundo seus organizadores, seria o momento em que desfilariam nas ruas da Cidade do Salvador “Quatro Séculos de Glórias da Bahia”.¹²

Neste estudo, analiso como as populações negras foram apresentadas ou representadas nos discursos dos intelectuais e políticos no contexto das comemorações do Quarto Centenário de fundação da Cidade do Salvador e, em particular, nas teses que foram apresentadas no Primeiro Congresso de História da Bahia. No entanto, os discursos, aqui, não serão vistos como meros enunciados ou opiniões isoladas dos respectivos autores dos textos selecionados. O autor, conforme sugere Michel Foucault, será focado, “[...] não como o indivíduo que fala, o indivíduo que pronunciou ou escreveu um texto, mas como alguém que detém o poder, a autoridade da fala e está respaldado a enunciá-la de um determinado local.”¹³

⁹ Decreto-Lei 162 de 24/07/1943 in: **Diário Oficial do Estado**, 25 jul. 1943, p. 28. Ver a relação das monografias da série *Evolução Histórica*, na parte 5 deste estudo, momento em que abordo esse tema.

¹⁰ MANGABEIRA, Otávio. **Um período governamental na Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1951, p. 42.

¹¹ INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. Tipografia Manú Editora Ltda. Salvador, 1955, V.1, p. 11.

¹² Manchete da primeira página do **Diário de Notícias**, edição de 29 mar. 1949.

¹³ FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo, Editora Loyola, 10ª edição, 2004; FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, Editora Forense/Universitária, 7ª Edição, 2008.

No caso particular do Primeiro Congresso de História da Bahia, o local de onde esses discursos eram proferidos era o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), Instituição fundada em 1894 e local que congregava a elite intelectual baiana, sobretudo numa época em que o ensino universitário praticamente inexistia na Bahia, motivo pelo qual o IGHB estava, por assim dizer, autorizado a produzir um saber histórico quase que incontestável.

As reflexões propostas nesta pesquisa, seja do ponto de vista da análise do discurso ou das concepções historiográficas dos autores, justificam-se porque nos estudos históricos e socioantropológicos no Brasil, desde Francisco Adolfo de Varnhagen, passando por Nina Rodrigues, Gilberto Freyre, dentre outros autores, as populações negras, geralmente, foram vistas como simples mercadorias, objeto de ciência, um problema para o desenvolvimento da nação ou utilizadas para justificar a propalada democracia racial brasileira.

O Primeiro Congresso de História da Bahia ocorreu numa conjuntura logo após a Segunda Guerra Mundial, derrota do nazismo, desmoralização das teorias raciais que buscavam atestar, cientificamente, uma suposta superioridade das populações brancas em relação a outros povos e um ano após a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Em linhas gerais, foi a partir dessa realidade histórica que tentei compreender como essas mudanças se refletiram nos discursos dos congressistas que apresentaram suas teses no Primeiro Congresso de História da Bahia, nas obras editadas através da série *Evolução Histórica da Cidade do Salvador* e nos artigos publicados na imprensa local, durante as comemorações.

Da série *Evolução Histórica da Cidade de Salvador*, selecionei duas monografias: *Povoamento da Cidade de Salvador*, de Thales de Azevedo, e *Formação e evolução étnica da cidade do Salvador*, de Carlos Ott, por serem as únicas cujos temas versaram sobre trajetórias de populações negras.

No Primeiro Congresso de História da Bahia foram apresentadas 118 teses. Consegui localizar e consultar 86 e, desse universo, selecionei seis, tendo em vista que, nas demais, a

omissão ou subestimação da participação das populações negras no processo civilizatório baiano se constituiu regra.

Sobre a análise historiográfica desse período e, em particular, sobre a concepção de história dos congressistas, estabeleço uma interlocução com Kátia M. de Queiroz Mattoso e com Paulo Santos Silva. A primeira porque em *Bahia, século XIX – uma província no império*, fez um balanço da historiografia produzida no estado à época das comemorações, além de um breve, porém importante comentário a respeito da concepção de história dos Congressistas; e Paulo Santos Silva, porque em *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia*, analisa a historiografia produzida no estado nas décadas de 1930 e 1940.¹⁴

Sobre o negro na historiografia brasileira a interlocução é com Clovis Moura que, em *As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira*, faz um minucioso estudo demonstrando como a produção histórica da nossa sociedade, de estrutura agrária, patriarcal e escravista, tinha que produzir elementos que a explicasse e a justificasse historicamente. A história, segundo esse autor, “[...] neste contexto escravista, escrita por historiógrafos ou intelectuais ideológica ou economicamente subordinados aos seus interesses e valores, tinha de refletir os interesses dominantes, isto é, os valores que representavam os interesses dos senhores de escravos.”¹⁵

As principais fontes utilizadas na pesquisa foram, além das obras selecionadas, as teses oficiais do primeiro Congresso de História da Bahia, suas atas, os discursos e resoluções que constam nos cinco volumes dos Anais do referido congresso, dentre outros documentos produzidos no contexto das comemorações do Quarto Centenário, os quais, em sua maioria, tinham como objetivo apresentar uma imagem grandiosa da Bahia e de local onde as tensões sócio-raciais praticamente inexistiam. Essa documentação encontra-se disponível na Biblioteca Ruy Barbosa do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e no Arquivo Theodoro Sampaio (ATSIGHB), do mesmo Instituto.

¹⁴ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, Século XIX: Uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 26; SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000, p. 145-163.

¹⁵ MOURA, Clóvis. *As Injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p. 33.

No que diz respeito à utilização dos jornais como fonte histórica, e ciente da importância desse tipo de documento para o registro cotidiano dos acontecimentos de uma determinada cidade ou região, porém, atento à crítica à qual devemos submetê-lo, utilizei os jornais *A Tarde*, *Diário da Bahia* e *Diário de Notícias*, por registrarem quase diariamente notícias sobre as comemorações quadricentenárias, além das expectativas dos habitantes da cidade em torno das comemorações.

Do jornal *A Tarde* selecionei o ensaio *Lembranças do Negro da Bahia*, de Edison Carneiro, publicado no caderno especial dedicado às comemorações, no qual, através de uma seleção de episódios históricos, Carneiro apresenta uma visão sintética da participação das populações negras no processo civilizatório baiano.¹⁶ Desse mesmo periódico, selecionei o artigo *O problema do Negro no Brasil*, de Walfrido Moraes, resultado da participação desse autor no Congresso do Negro Brasileiro, ocorrido em 1950, sendo que a definição da temática deste evento se deu na Conferência Nacional do Negro, em 1949.¹⁷

Do jornal *Estado da Bahia*, selecionei o ensaio de Cláudio T. Tavares, *As rodas de Samba*, no qual esse autor faz uma reflexão acerca daquilo que, segundo ele, faltou nas comemorações do Quarto Centenário.¹⁸

No que diz respeito à Imprensa Oficial, os Diários Oficiais do Estado da Bahia, do Município de Salvador, da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e da Câmara Municipal de Salvador, foram utilizados a fim de compreender como parte dos parlamentares se posicionaram ante a programação oficial dos festejos, assim como as visões oficiais das comemorações.

O texto dessa dissertação está subdividido em seis partes, incluindo essa Introdução e as Considerações Finais. Na segunda parte *Das Razões do Primeiro Congresso de História da Bahia*, exponho, a partir de uma visão conjuntural, o porquê das comemorações sob o ponto

¹⁶ CARNEIRO, Edison. Lembranças do Negro da Bahia. *A Tarde*, 29 mar. 1949. Caderno história da Bahia, p.15.

¹⁷ MORAES, Walfrido. O problema do negro no Brasil. *A Tarde*, 21 out.1950, p.5.

¹⁸ TAVARES, Cláudio Tuiuti. As rodas de samba. *Estado da Bahia*, 29 mar.1949, p.2 e 8.

de vista das elites intelectuais e políticas do estado que, ao constatarem que a Bahia, prestes a comemorar o seu Quarto Centenário, já tendo perdido parte do seu prestígio político e econômico no cenário nacional e diante da situação de atraso em que se encontrava, via nas comemorações do Quarto Centenário, no ano de 1949, a oportunidade de demonstrar para o Brasil que, apesar dos problemas e desafios a serem superados “A Bahia ainda era a Bahia”.¹⁹

Na terceira parte *O Povo sob o Olhar das Elites: Tensões Sociais e as Comemorações*, abordo e analiso as estratégias utilizadas pela população negra para se inserir no processo das comemorações, sobretudo durante o carnaval daquele ano, denominado Carnaval do Quarto Centenário, momento em que, conforme mandava a tradição, se procedia à escolha das rainhas dos diversos clubes recreativos e da Rainha do Carnaval.

Foi justamente nesse momento que um setor da população negra organizada, numa atitude nitidamente questionadora, organizou um concurso que elegeu a Rainha Negra do Carnaval, pleito que, segundo alguns observadores da época, revolucionou o carnaval baiano. Nesta parte do texto, também analiso como ocorriam as relações raciais na Salvador de 1949; a repressão policial nos dias que antecederam a data de aniversário da cidade; bem como a retirada dos mendigos e pedintes das ruas, com fins, segundo as autoridades, de assegurar a tranquilidade dos ilustres visitantes.

O Primeiro Congresso de História da Bahia, título da quarta parte deste trabalho, faço um balanço do Congresso, sua organização, programação, principais discussões, teses que versaram sobre trajetórias de populações negras, ao tempo em que busco compreender as visões e métodos historiográficos dos autores das teses selecionadas.

Na quinta parte, *As Comemorações, o Projeto Evolução Histórica da Cidade do Salvador e a Imprensa*, estabeleço interlocuções com Thales de Azevedo e Carlos Ott, problematizando

¹⁹ “A Bahia ainda é a Bahia” foi o Slogan da Concentração Autonomista da Bahia, facção que aglutinou diversos grupos políticos afastados do poder após o movimento de 1930, retornando após o processo de reconstitucionalização do país em 1945, justamente quando Salvador estava prestes a comemorar os seus 400 anos de fundação. Cf. SILVA, Paulo Santos. **Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)**. Salvador: EDUFBA, 2000, p. 31-38.

alguns pontos das suas respectivas monografias, assim como procedo da mesma forma com os autores dos textos publicados na imprensa aos quais já me referi.

Nas *Considerações Finais* apresento os principais resultados da pesquisa, exponho como a maioria dos intelectuais abordou as populações negras a partir de uma visão ideológica que embora reconhecesse a violência da escravidão, contraditoriamente, destacava as qualidades supostamente humanitárias dos proprietários de escravizados. As populações negras, nessa perspectiva, também foram abordadas com fins a justificar a já internacionalmente propalada democracia racial brasileira.

Ainda nas *Considerações Finais*, a partir das noções de memória histórica, relações raciais e políticas de ações afirmativas, estabeleço uma relação entre passado e presente por entender que é também para isso que serve a história.

2 DAS RAZÕES DO PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA

O primeiro Congresso de História da Bahia, realizado em Salvador no ano de 1949, pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), e o Quarto Congresso de História Nacional, realizado no Rio de Janeiro, no mesmo ano, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), tiveram como objetivo, comemorar os quatrocentos anos de instituição do Governo Geral do Brasil e da fundação da Cidade do Salvador (1549/1949), isso porque, segundo a Comissão Organizadora do evento, “Não era possível que transcorresse mais um centenário da fundação desta legítima Cidade d’El-Rei, sem que se lhe prestassem as honras devidas, de primeiro e mais antigo burgo brasileiro.”²⁰

Para organizar as comemorações do Quarto Centenário foram criados o Escritório Central e a Comissão Executiva do Centenário, instâncias responsáveis pela elaboração da programação oficial dos festejos, subdivididos em duas etapas. A primeira em março, quando se comemorou o aniversário da cidade, e a segunda, em novembro, quando das comemorações do centenário de nascimento de Ruy Barbosa.²¹

Para organizar o Primeiro Congresso de História da Bahia, foi criada uma Comissão composta por renomados intelectuais baianos, todos vinculados ao IGHB. A Comissão organizadora, inicialmente, foi presidida pelo historiador Braz do Amaral, que após falecer pouco mais de um mês do início do evento, foi substituído por José Wanderley de Araujo Pinho, considerado um dos historiadores mais criteriosos da sua época.

Wanderley Pinho é autor de clássicos como *Salões e damas do Segundo Reinado*²² e *História de um engenho do Recôncavo, 1552–1944*,²³ este último, considerado por Kátia Mattoso como a melhor monografia brasileira sobre a vida econômica e social de uma plantação

20 INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO BRASILEIRO. Razão do Primeiro Congresso de História da Bahia. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. Salvador, 1955. V. 1. Salvador: Tipografia Manú Editora Ltda, p. 7.

²¹ **Estado da Bahia**, 25 jan. 1949, p.3

²² PINHO, Wanderley. **Salões e damas do Segundo Reinado**. São Paulo: Martins, 1942.

²³ PINHO, Wanderley. **História de um engenho do Recôncavo**. Matoim, Novo Caboto, Freguesia, 1552-1944. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zélio Valverde S. A, 1946.

açucareira.²⁴ Ainda sobre Wanderley Pinho, a historiadora Anna Amélia Vieira o qualificou como o último dos fidalgos descendentes de gerações e gerações de senhores de engenho;²⁵ talvez por esta condição, associada à sua consciência histórica é que Wanderley Pinho, na introdução de uma das suas obras clássicas se antecipa a dizer que:

O historiador não é moralista, e se o fôsse jamais sentenciaria a invocar postulados senão os daquele tempo, regras e conceitos daqueles grupos raciais ou sociais. Esta obra é registro de fatos e sentimentos documentados. E ressurreição; não é processo sumário para concluir com sentenças.²⁶

Por se tratar de um renomado historiador, não se constituiu surpresa o fato de Wanderley de Araújo Pinho ter sido o prefeito nomeado pelo então governador Otávio Mangabeira, especialmente para assumir a administração que se encarregaria de comemorar o Quarto Centenário de fundação da cidade. Somado a isso, após a morte de Braz do Amaral, terminou por acumular a responsabilidade de ser o prefeito que, além de ter a missão de preparar a cidade para um “promissor futuro”, também foi o historiador que presidiu os trabalhos do Primeiro Congresso de História da Bahia.

Sobre a substituição de Braz do Amaral por Wanderley Pinho na presidência da Comissão Organizadora do Congresso de história, Paulo Santos Silva argumenta:

A julgar pelos fins a que se destinava o evento, a morte de Braz do Amaral terminou por proporcionar a oportunidade de se fazer “justiça” ao se colocar Wanderley Pinho na presidência da comissão organizadora. Sem dúvida, Braz do Amaral foi um devotado à tradição, mas trazia no currículo dados que o colocavam numa posição desconfortável.

Foi Braz do Amaral um dos que endossaram os projetos urbanísticos do governo J.J. Seabra (1912-1916) que visavam a demolir construções do centro da cidade para ampliar e modernizar os espaços da antiga Salvador. Pelo seu comprometimento político com J. J. Seabra, apoiou a demolição da Igreja da Ajuda, em 1912, contribuindo com sua atitude para reforçar, conforme Fernando Peres, o “[...] ambiente receptivo aos impulsos demolidores de J. J. Seabra”. A posição de Wanderley Pinho diante das ações públicas e privadas voltadas para “demolir o passado”, como se dizia na época, foi de manifesta oposição e resistência.

²⁴ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, Século XIX: Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 27.

²⁵ NASCIMENTO. Anna Amélia Vieira. O mestre, o historiador, o fidalgo Wanderley Pinho. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1978, v. 320, p. 389.

²⁶ PINHO, Wanderley. **Aspectos da história social da cidade do Salvador 1549-1650**. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador, 1968, (Col. Evolução Histórica da Cidade do Salvador, v. 6. Comemorativo do IV centenário da Cidade). p.8.

Revelam-no seus artigos e iniciativas políticas, desde 1917, no IGHB, no sentido de se fazer preservar o patrimônio histórico baiano.²⁷

Além dessas observações, em dezembro de 1947, o presidente do IGHB, Epaminondas dos Santos Torres, em correspondência dirigida ao recém-nomeado prefeito, já fazia menção às suas qualidades de ardoroso defensor das tradições baianas, ao tempo em que lhe solicitava apoio para as comemorações quadricentenárias:

Sendo reservado a V. Excia. o honroso encargo de organizar as comemorações dessa data magna, e reconhecendo que a nenhum outro bahiano ilustre caberia melhor essa distinção, em boa hora conferida a V. Excia., ardoroso defensor das nossas tradições e cultor insigne da nossa história, apressamo-nos em proclamar a justiça dessa designação, e em demonstrar a V. Excia. os nossos propósitos de intransigente colaboração, para que as festas centenárias da nossa Metrópole sejam celebradas com esplendor, e perpetuados em beneméritos incentivos que assinalam no futuro, as comemorações dessa data quatro vezes secular.²⁸

A nomeação de um historiador para cuidar da administração da cidade, no momento em que completaria 400 anos de sua fundação, e a sua posterior designação para presidir a Comissão Organizadora do Primeiro Congresso de História da Bahia, ajuda-nos a compreender o importante papel reservado à história nos festejos de 1949.

Outro importante evento e que, assim como o Primeiro Congresso, foi considerado um dos momentos de júbilo das comemorações, foi a realização do cortejo cívico e histórico, “[...] o desfile do dia 29 de março de 1949, quando a história viva, evocativa, com seus principais episódios destacados, marchou pelas suas ruas da cidade em apoteose, desde Tomé de Souza até aquele momento.”²⁹

A poucos dias da realização do desfile, o jornal *Diário de Notícias* informava que o Cortejo cívico e histórico, “[...] primeiro que no gênero se faz no Brasil, será realmente uma lição viva da história de quatro séculos da Bahia – Alma Mater do Brasil – e está destinado a um êxito verdadeiramente triunfal e espetacular.”³⁰

²⁷ SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. 1. Ed. Salvador: EDUFBA, 2000, p.225-226.

²⁸ ATSIGHB. *Primeiro Congresso de História da Bahia* Caixa nº 003 - Correspondências expedidas em 08/12/1947.

²⁹ NASCIMENTO. Anna Amélia Vieira. O mestre, o historiador, o fidalgo Wanderley Pinho. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1978, v. 320, p. 389.

³⁰ *Diário de Notícias*, 24 mar. 1948, p.8.

Assim, ao terminar a primeira etapa das comemorações, com a realização do cortejo e o encerramento do Primeiro Congresso de História da Bahia, a imprensa oficial do estado, através do *Diário Oficial*, parecendo traduzir o sentimento de dever cumprido das elites que organizaram as comemorações, sintetizava: “A Bahia reviveu todo o seu passado glorioso, com o magnífico espetáculo do ‘Cortejo Histórico’ – Encerramento do Congresso de História – e outras notas.”³¹

Ainda sobre o sentimento de dever cumprido, o congressista David Carneiro, representante da delegação do Paraná, reconhecendo que as comemorações foram feitas pelas elites e para as elites, agradeceu em nome de todos os visitantes que participaram das comemorações de março daquele ano e, em particular, do Primeiro Congresso de História da Bahia:

Bem haja, pois, aqueles que idealizaram estas comemorações e vêm levando a termo estes congressos. Neles os homens das elites sociais brasileiras fraternizam, entendem-se e cooperam com a visão mais ampla dos problemas locais pela visão perfeita ou ouvida das necessidades coletivas dos conjuntos.³²

Após o encerramento do Primeiro Congresso de História da Bahia e a realização do Cortejo Cívico e Histórico, o grande desafio que se apresentava para as elites dirigentes baianas e que apenas lembrar um passado de glórias não resolvia, era a dura e cruel realidade vivida naquele presente, ou seja, a situação de relativo atraso em que a cidade se encontrava, passados 400 anos de sua fundação, fato que se evidenciava no próprio roteiro do Cortejo, apesar de seu principal objetivo ser o de evocar e reviver as glórias baianas:

O CORTEJO HISTÓRICO [...] é uma alegoria que evoca e revive a glória baiana, numa sequência pitoresca e deslumbrante de quadros representativos, de vultos simbólicos, de figuras respeitáveis, de grandes nomes que falam ao coração do povo. É o desfile do passado. Marcham as Épocas, caminham os Séculos, sucedem-se os períodos históricos brilhantes ou amargos, nesse desenvolvimento colorido de vestuários, armas, insígnias, retratos, gestos, fisionomias, cenas e perfis imortais, tudo ao sol da Bahia de hoje, entre alas da nossa boa gente, **na realidade**

³¹ Diário Oficial do **Estado da Bahia**, 31 mar. 1949, p. 1.

³² Discurso proferido na Prefeitura Municipal de Salvador por David Carneiro, congressista representante do Paraná, no Primeiro Congresso de História da Bahia. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. Tipografia Manú Editora Ltda. Salvador, 1955, V.1. p. 69.

crua da vida moderna [grifo meu] subitamente ligada àqueles quatrocentos anos de epopéia!³³

A realidade crua da vida moderna à qual o documento faz referência, certamente era porque Salvador, que no passado se constituiu como principal cidade do império português nas Américas e que foi capital da Colônia até 1763, no final do século XIX e início do XX, já tinha perdido parte significativa da sua influência político-econômica e prestígio nacional. Também, porque durante os anos 1930 e 1950, além dos seus gravíssimos problemas sociais, tais como a pobreza e a miséria dentre outros, a Bahia não conseguia se industrializar.³⁴

2.1 Reviver um Passado Glorioso

A perda de prestígio da Bahia, sobretudo político, acentuou-se após 1930, período conturbado da política nacional e baiana que em pouco mais de um ano o estado teve cinco governadores, suas principais lideranças políticas foram afastadas do poder e, em seguida, viram designado interventor do Estado “o tenente cearense” Juracy Montenegro de Magalhães, também denominado por seus opositores de “o interventor-forasteiro”, apelidos que lhe foram atribuídos por se tratar de um jovem militar cearense de apenas 26 anos, designado interventor e, posteriormente, nomeado governador da Bahia, no período de 1931 a 1937.³⁵

Com o fim do Estado Novo, em 1945, e a retomada do processo de reconstitucionalização do país, aos poucos, as principais lideranças políticas do estado foram reassumindo posições estratégicas no tabuleiro da política local ou ocupando algum cargo na máquina pública, processo que só foi concretizado com a eleição de Otávio Mangabeira em 1947, para

³³ Quatro séculos em desfile: **Descrição do cortejo Histórico**. Empresa Gráfica Limitada, Salvador, 1949. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Lata 1381, pasta 6.

³⁴ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, Século XIX: Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 35-36.

³⁵ Os respectivos interventores e governadores nomeados foram Frederico Augusto Rodrigues da Costa, de 21/07/1930 a 25/10/1930; Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral, de 01/11/1930 a 18/02/1931; Artur Neiva, de 18/02/1931 a 15/07/1931; Raymundo Rodrigues Barbosa, de 15/07/1931 a 19/09/1931 e Juracy Montenegro Magalhães, de 19/09/1931 a 10/11/1937. Para esse processo ver PINHO, Ana Luiza Araújo Caribé de Araújo. De forasteiro a unanimidade: a interventoria de Juracy Magalhães na Bahia (1931-1934). Dissertação (mestrado) FGV – CPDOC, Rio de Janeiro, 2010. 154 f. p. 25-44. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6892>>. Acesso em 20 jun. 2011.

governar a Bahia, após sete anos do seu segundo exílio.³⁶ Sobre seu exílio, Mangabeira lembrou:

Dois exílios afastaram-me da Pátria por um prazo de mais de dez anos: de Novembro de 1930 a Agosto de 1934; e de Outubro de 1938 a Maio de 1945 – não exílios voluntários, mas por imposição com que me honrou o poder discricionário, ao qual me opus ininterruptamente por todos os meios e modos que estiveram ao meu alcance. Várias prisões segregaram-me do convívio social.³⁷

Os quinze anos que separaram o movimento de 1930 e o fim do Estado Novo em 1945, assim como a volta do jogo democrático, não foram capazes de retirar a Bahia das décadas de 1940 e 1950 do estado de estagnação em que se encontrava.

Somado a isso, a Bahia convivia com altas taxas de analfabetismo, mortalidade infantil, desemprego, doenças, falta de urbanização, escassez de alimento, carestia e péssima qualidade de vida da maioria da sua população, situação esta narrada pelo próprio Mangabeira, resultado da sua atitude de receber e ouvir a população pobre da cidade nas audiências gerais que realizava no Palácio Rio Branco:

Tais audiências, porém de que guardo boa lembrança, pelo espírito cristão e democrático de que se revestiam, tiveram o efeito benéfico de me proporcionar maior contacto com os grandes problemas sociais e humanos decorrentes do grau de pobreza, direi melhor, de miserabilidade, de vicissitudes, de doença, em que se debate, entre nós, uma parcela do povo, bem mais vultosa do que, em geral, se imagina.³⁸

No que se refere à qualidade dos hospitais, vejamos o seu relato informando da visita que fizera acompanhado do secretário de educação e saúde, Anísio Teixeira, em algumas unidades hospitalares da cidade:

Sem que houvesse eu dado a público, tornou-se, contudo, notório que, ao retirar-me do Hospital Juliano Moreira, depois da primeira visita que, em companhia do secretário da Educação e Saúde, fiz ao nosso velho manicômio, o antigo Asilo S. João de Deus, disse a Anísio Teixeira: se sairmos do govêrno sem transformar

³⁶ Para esse processo ver, SILVA, Paulo Santos. **Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2000, p. 35-75.

³⁷ MANGABEIRA, Otávio. **Um período governamental na Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1951, p. 05. (mensagem de despedida, lida perante a Assembleia Legislativa da Bahia, em sessão extraordinária, de 27 de janeiro de 1951).

³⁸ MANGABEIRA, Otávio. **Um período governamental na Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1951, p. 05. (mensagem de despedida, lida perante Assembleia Legislativa da Bahia, em sessão extraordinária, de 27 de janeiro de 1951). p. 14.

completamente a cena que êste hospital apresenta, devemos ir para a cadeia. Visitando um dos Centros de Saúde desta capital, a idéia que me ocorreu foi a de ordenar, ali mesmo, o seu fechamento, tão oposto me pareceu ao que devia ser, em boa regra, uma repartição daquele gênero.³⁹

De fato, o quadro deveria ser desalentador para que Otávio Mangabeira e Anísio Teixeira afirmassem que deveriam ser punidos se não adotassem medidas a fim de modificar a realidade constatada. Por outro lado, com tal atitude, aproveitava para demonstrar as suas virtudes políticas e humanitárias ao povo baiano.

Ainda sobre a qualidade dos hospitais, e em particular o Santa Terezinha, construído especialmente para atender às vítimas da tuberculose na Bahia, doença que colocava Salvador em estado de verdadeira epidemia e que segundo Mangabeira, foi praticamente abandonado pelas autoridades, denunciou:

Há um inimigo implacável, que vem dizimando o nosso povo com o rigor e as características de uma verdadeira epidemia, a que, entretanto, nos habituamos tanto o homem é um animal que tem a propriedade de adaptar-se a tôdas as espécies de desgraça: a tuberculose. As fôrças de que dispúnhamos, ou de que nos vínhamos utilizando, para enfrentar o monstro, constituíam, na realidade, uma dolorosa irrisão. A falta de assistência ou de socorro era tão desmesurada, sob todos os pontos de vista, que emiti, certa vez, o conceito de que muita gente que morria nas garras da grande praga, poderia ser tida como vítima, não de uma doença, mas de um crime. Se disser que o Hospital Santa Terezinha, de construção relativamente recente, e quartel general da resistência, vivia às moscas, não emprego uma expressão em sentido figurado, porque lhe vi muitas vezes, em certas dependências, o ladrilho do chão enegrecido pelo enxame de moscas que o cobriam.⁴⁰

No documento lido pelo governador na Assembléia Legislativa, ele faz um balanço dos seus feitos na administração estadual. Nesse sentido, é natural que também faça uma espécie de propaganda do seu governo. Porém, confrontando seu testemunhos com outros da época, podemos afirmar que é pouco provável que existiam exageros nas declarações de Mangabeira, sobretudo quando se refere ao grau de miserabilidade vivido pela população.

³⁹ MANGABEIRA, Otávio. Op. Cit., 1951, p. 14.

⁴⁰ MANGABEIRA, Otávio. **Um período governamental na Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1951, p. 05. (mensagem de despedida, lida perante a Assembleia Legislativa da Bahia, em sessão extraordinária, de 27 de janeiro de 1951), p. 8

O Diário de Notícias, por exemplo, em uma série de reportagens *intituladas Imagens da Bahia*, em uma delas, cuja chamada foi “Na velha cidade centenária problemas agudos dos nossos dias”⁴¹, traz o relato quase que dramático do jornalista Medeiros Lima, enviado especial dos *Diários Associados*, seção Rio de Janeiro, quando lhe coube a missão de cobrir os festejos de 1949, dentre outras atividades; escreveu:

Mas, neste ano de 1949, o repórter aqui chega preocupado em ver os problemas da terra, como um personagem estranho perdido num mundo de tradições. E a verdade é que aqui nem tudo é tradição. A Bahia, como acentuamos em nossas primeiras reportagens, é hoje uma das regiões do país em que os problemas sociais se mostram mais agudos.⁴²

Após informar ter percorrido parte do vale do rio São Francisco, em particular a região entre os Municípios de Bom Jesus da Lapa, até Juazeiro, retornara à Salvador. Informou ainda, que não precisara percorrer a Estrada da Liberdade ou subir as ladeiras da cidade, para ter contato com a pobreza e a miséria que assolavam a cidade desafiando seus administradores, tendo em vista que:

Ali na esquina da Rua Chile nos é dado assistir uma pequena mostra do drama social bahiano. É um quadro vivo, que dói como uma bofetada, este que nos é posto diante dos nossos olhos.
– Venha assistir uma audiência pública no Palácio Rio Branco – declarou-nos o Sr. Otávio Mangabeira, quando com ele conversávamos sobre os problemas sociais da Bahia.⁴³

Após comentar sobre o caráter inovador na prática de Mangabeira, de receber o povo pobre, faminto e miserável da cidade às quintas-feiras, o jornalista, acompanhado do diretor dos *Diários Associados*, Odorico Tavares, volta a narrar os fatos que presenciara, os quais, segundo ele, faziam parte de uma verdadeira tragédia social vivida pela população baiana:

É uma cena rara e que, por certo, muito poucos bahianos tiveram curiosidade de olhar. Mas esta cena é uma pequena mostra do problema social da Bahia: é a tragédia dessa população reduzida a pequenas proporções. As portas do palácio estão abertas. Entramos por uma delas, situada na parte lateral, que dá para a Rua Chile. Mas desde o primeiro momento sentimos o horror em que se transformava estas audiências coletivas. Subimos a escada que dá acesso ao gabinete do Sr.

⁴¹ LIMA, Medeiros. Na velha cidade centenária problemas agudos dos nossos dias. *Diário de Notícias*, 26 mar. 1949, p.2.

⁴² LIMA, Medeiros. Na velha cidade centenária problemas agudos dos nossos dias. *Diário de Notícias*, 26 mar 1949 p. 2.

⁴³ LIMA, Medeiros. Op. Cit., p.2.

Otávio Mangabeira com grande dificuldade. Uma multidão se acotovelava lá dentro enquanto pelos corredores e pelos degraus da escada, se amontoam, de pé e sentados, transpirando por todos os poros, homens e mulheres, crianças e velhos que desejam se aproximar do governador. Mas o que nos impressiona, desde o primeiro momento, é o aspecto sombrio dessa gente, cujas queixas e reclamos vamos ouvir dentro em pouco. Raros são os que nos dão a impressão de saúde. Quase todos deixam perceber logo os males que os afligem. São doentes, tuberculosos que desejam se hospitalizar, mulheres sub-alimentadas que querem internar o filho raquítico que traz pelo braço ou um simples indigente que vem pedir esmola.⁴⁴

Mas os relatos do jornalista não param por aí. Dada a riqueza do seu testemunho, deixemos que nos informe como procedia o governador:

De pé, tendo ao lado dois ou três de seus auxiliares de gabinete, o Sr. Otávio Mangabeira vai atendendo a multidão que se comprime em sua sala de despacho. Mas de quatrocentas pessoas estão amontoadas ali divididas em dois grupos: homens e mulheres. Mas a preferência é dada às mães que trazem suas crianças nos braços ou pela mão. Colocamo-nos, juntamente com o poeta Odorico Tavares, ao lado do governador, que vai pessoalmente atendendo a todos. Vamos aqui tomar contato com alguns problemas da cidade e da Bahia.⁴⁵

Diante do quadro descrito, não seria surpresa que, por outros motivos, o atraso em que Salvador estava mergulhada, também tenha se constituído em objeto de preocupação para a Comissão Organizadora do Primeiro Congresso de História da Bahia. A qualidade dos hotéis e da alimentação, por exemplo, rendeu um ofício dirigido especialmente ao governador, quatro meses antes da realização do evento, solicitando providências no sentido de que,

[...] V. Excia. pudesse apressar o acabamento das obras e precisar a data de inauguração [...] da Casa de Retiro de São Francisco, a fim de evitar o que ocorreu com os participantes do Congresso de Oftalmologia, reunidos na cidade em julho de 1948, quando aqueles congressistas [...] foram hospedados até em hospitais, o que provocou protestos, e, muitas vezes, obrigados a realizar refeições no Mercado Modelo dada a deficiência de alimentação verificada no Palace Hotel e em outros hotéis da Cidade.⁴⁶

O fato de Salvador não se modernizar, de não ser dotada de uma infraestrutura semelhante à existente em algumas cidades do Sul e do Sudeste do país, e de continuar mergulhada numa era de retardamento em matéria de progresso, conforme palavras de Mangabeira, fez

⁴⁴ LIMA, Medeiros. Op. Cit., p.2.

⁴⁵ LIMA, Medeiros. Na velha cidade centenária problemas agudos dos nossos dias. **Diário de Notícias**, 26 mar 1949 p. 2.

⁴⁶ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA BAHIA. **Primeiro Congresso de História da Bahia**, Correspondências expedidas. Ofício nº 234 de 28 de dezembro de 1948. Caixa nº 003.

surgir uma expressão largamente utilizada nos anos 1950 e que ficou conhecida como o “enigma baiano”, ou seja, como responder à questão – por que a Bahia não se industrializa?

A esse respeito Otávio Mangabeira dizia que,

Intrigava-me, desde muito, o que chamei ‘o enigma baiano’: por que razão a Bahia, cujas qualidades e riquezas eram, em geral tão celebradas, se mantinha, todavia em condições de progresso indiscutivelmente inferior ao que resultaria, em boa lógica, de semelhante conceito, assim tivesse ele a procedência que se lhe atribuía?⁴⁷

E sobre os efeitos do “enigma baiano”, continuou:

Quem tivesse maiores ambições, e disposição, capacidade, energia para vencer na vida, que tratasse de emigrar, para o Rio, para S. Paulo, em suma, para o Sul, que se transformou, no Brasil, mercê de vários motivos, que merecem maior exame, em terra da promessa ou do progresso. Que só permanecesse na Bahia, na legendária província, os que dela não pudessem sair, ou os que se contentassem com as doçuras em que, sob tantos aspectos, será ela um dos recantos mais adoráveis do mundo.⁴⁸

Como notamos, diante do quadro de relativo atraso em que vivia Salvador, as comemorações programadas para o Quarto Centenário seriam o momento em que as elites dirigentes baianas, além de evocar “quatro séculos de vida gloriosa da Bahia”, também seria o momento de preparar o estado e a cidade com as condições necessárias para alcançar o progresso e o desenvolvimento que as grandes cidades brasileiras, a exemplo das do Sul e Sudeste, já experimentavam, ao mesmo tempo seria a oportunidade, segundo Otávio Mangabeira, “[...] para retirar a nossa terra do fosso em que se afundara.”⁴⁹

2.2 Preparar a Cidade e o Estado para o Futuro

Milton Santos ao apresentar uma comunicação no Seminário sobre Resistência a Mudanças, promovido pela UNESCO, no Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, em 1959, fez uma comparação dos resultados do processo de industrialização das principais cidades brasileiras. A esse respeito, informou:

⁴⁷ MANGABEIRA, Otávio. **Um período governamental na Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1951, p. 6; 16-19. (mensagem de despedida, lida perante Assembleia Legislativa da Bahia, em sessão extraordinária, de 27 de janeiro de 1951). Ainda sobre o “enigma baiano”, ver AGUIAR, Pinto de. **Notas sobre o “Enigma Baiano”**. Salvador: Livraria Progresso, 1958.

⁴⁸ MANGABEIRA, Otávio. **Um período governamental na Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1951, p. 15-16. (mensagem de despedida, lida perante Assembleia Legislativa da Bahia, em sessão extraordinária, de 27 de janeiro de 1951).

⁴⁹ MANGABEIRA, Otávio. Op. Cit., p. 19.

Ainda no ano de 1955, enquanto S. Paulo tinha uma produção 'per cápita' de quase 50 mil cruzeiros, Curitiba beirava os 18.000 e o Rio de Janeiro de cerca de perto de 17.000 cruzeiros, Salvador não passava de 6.000 mil cruzeiros médios. Por outro lado, enquanto São Paulo, havia mais ou menos um operário de fábricas para 5 habitantes, 10 no Rio de Janeiro, no Recife e em Belo Horizonte, 9 em Curitiba e 12 em Porto Alegre, em Salvador havia somente um em cada grupo de 30.⁵⁰

Portanto, diante desse quadro, a preocupação do governador e do prefeito com o futuro do estado era recorrente em seus pronunciamentos. Wanderley Pinho, por exemplo, em mensagem dirigida à população de Salvador no início de 1949, desejava a todos que aquele ano fosse de comemorações, festas e de reverências ao passado. Porém, apesar desse sentimento, era no futuro, à semelhança de Mangabeira, que residia parte das suas preocupações:

Seja 1949 um ano de graças e festas, reine em cada lar paz, contentamento e fartura, para que não falte a um só bahiano, seja qual for a sua idade ou sexo, àquelas comemorações cívicas, para as quais a Cidade se atavia e enflora - reverente e orgulhosa de um grande e belo passado e altivamente confiante num largo e promissor futuro.⁵¹

Preparar a cidade para o futuro, eis o desafio que a geração do Quarto Centenário teve que enfrentar para recolocar a Bahia à altura das tradições históricas desse grande estado brasileiro, conforme constava no telegrama enviado pelo representante da colônia norte americana de Salvador ao prefeito Wanderley Pinho.⁵²

E foi com esse espírito que o estado, e em particular Salvador, entrou em uma nova fase de crescimento que prosseguiria durante os vinte e cinco anos após as comemorações de 1949, conforme atestou Milton Santos, em artigo publicado em *A Tarde* em 1999, ocasião em que Salvador completava 450 anos de fundação:

Na vida da cidade há momentos decisivos. Para a minha geração, esse momento pode ser estabelecido nos anos imediatos à Segunda Guerra Mundial, nos quais coincidem mudanças fundamentais no panorama internacional, na vida brasileira, na economia do estado e na cidade. Tratava-se menos de um divisor de águas e mais de uma fase de transição, que iria se estender por um quarto do século, até que se inaugure uma nova fase de crescimento. Foi uma época de abertura explosiva, um período de grande ebulição

⁵⁰ SANTOS, Milton. **Fatores que retardam o desenvolvimento da Bahia**: a falta de indústrias. Imprensa Oficial da Bahia. Salvador, 1959, p.4.

⁵¹ **Diário de Notícias**, 01 jan.1949, p.3.

⁵² Telegrama enviado por Roy Lee Worley. **Diário Oficial do Estado** nº 1877, 18 abr.1949, p. 1.

e de progresso, tanto na vida material, quanto na atividade intelectual. Desenvolve-se, no estado, a agricultura, melhoram os transportes e as comunicações, explora-se o petróleo, assentam-se, com o planejamento, as bases para a industrialização e, quanto à expansão da informação e do consumo, crescem as cidades e a vida de relações.⁵³

Apos fazer uma retrospectiva daquele momento histórico, situando o denominado “enigma baiano” no processo, Milton Santos, contudo, alertava para a necessidade de um novo planejamento para a cidade que levasse em conta, sobretudo, os seus aspectos sociais e humanos:

Não mais estamos à época da celebração do quarto centenário da fundação de Salvador, em 1949, quando, diante das promessas de riqueza e da permanência do atraso, as elites mostravam sua perplexidade, falando de um “enigma baiano”. Já não é mais difícil localizar os problemas, enumerar suas causas e diagnosticar os remédios. Já sabemos como se formaram, evoluindo juntas, ainda que se dando as costas, essas cidades todas justapostas, contidas em Salvador. Urge, agora, quando festejamos seus 450 anos, encontrar as forças para pensar, de modo unitário, um novo planejamento, talvez menos urbanístico e mais urbano; e certamente mais social e mais humano.⁵⁴

Outro contemporâneo da geração do Quarto Centenário, Pinto de Aguiar, quase uma década após as comemorações, comentou sobre os esforços que Antonio Balbino, juntamente com a sociedade civil organizada, deveriam fazer para reerguer a Bahia. No entanto, alertava que a lógica para atingir tal feito deveria ser invertida, ou seja, substituir o político pelo econômico:

O povo não deve criar a convicção de que apenas o esforço de homens como o novo governador eleito, possa fazer milagres, pois o desencantamento é perigoso pelo desestímulo, pela apatia, pelo desencorajamento em que redundam. Muito fará ele certamente. Mas é preciso que todos nós, homens de universidade e de empresa, trabalhadores e políticos, o apoiemos, organizando-nos para reerguer a Bahia. E que usemos de argumentos de alto poder de convicção, convidando não esquecer que os econômicos, e não os políticos, são os mais convincentes.⁵⁵

O curioso na afirmação de Pinto de Aguiar é que ele, assim como diversos intelectuais e políticos, mesmo consciente de que o “enigma baiano” traduzia-se, não apenas em “[...] índices de renda per capita, poupanças, investimentos, e todas as suas implicações, como

⁵³ SANTOS, Milton. Cidade pede um novo urbanismo. **A Tarde**, 29 mar. 1999, caderno V, p.1.

⁵⁴ SANTOS, Milton. Cidade pede um novo urbanismo. **A Tarde**, 29 mar. 1999, caderno V, p.1.

⁵⁵ AGUIAR, Pinto de. **Notas sobre o “Enigma Baiano”**. Salvador: Livraria Progresso, 1958, p. 26.

analfabetismo, mortalidade infantil e assistência hospitalar [...]”⁵⁶, porém, o social não era cogitado como uma das estratégias para superá-lo.

Pinto de Aguiar ressaltava que não existia um trabalho de pesquisa completo que respondesse à questão, até porque, segundo ele, o ideal seria falar em “fatores prováveis”, embora tenha opinado que a causa inicial foi deslocamento da atividade econômica para Minas Gerais com o advento da mineração.⁵⁷

Entre os estudiosos que fizeram abordagens periféricas sobre o ‘enigma baiano’, ele destaca:

Entre estes, por exemplo, Thales de Azevedo sugeriu a influencia materna na constituição das famílias irregulares de nossa sociedade, Rômulo de Almeida lembrou o escasso espírito empresário-industrial de homens que visavam apenas elevados lucros nas atividades mercantis, Mário Barbosa apontou a alta rentabilidade e adequação das nossas lavouras de exportação como um elemento contrapolarizador da indústria, Braz do Amaral salientou a sangria de braços da Guerra do Paraguai. Clemente Mariani apontou a pequena capacidade de absorção das poupanças quando elas existiam entre nós. Inúmeras outras causas concorrentes têm sido apontadas para o nosso reduzido crescimento, condicionante do nosso atraso industrial; [...] ⁵⁸

Ainda sobre o “enigma baiano”, Rômulo de Almeida informa que, por muito tempo, a Bahia ficou conhecida como a terra do “já teve”, que falar na Bahia, por vezes, soava ridículo, tendo em vista a má fama do baiano como alguém que não gostava de trabalhar, que os trabalhadores baianos não tinham disciplina, chegando ao absurdo de o próprio baiano reproduzir essa mentalidade.⁵⁹

Feito esse panorama sobre o “enigma baiano”, tema que não constitui assunto central desse estudo, mas importante para compreendermos a conjuntura socioeconômica e política das comemorações do Quarto Centenário, voltemos ao curso da exposição que vínhamos

⁵⁶ Apresentação de Notas sobre o “Enigma Bahiano”, na qual a intelectualidade que se propunha a debater o tema demonstra ter plena consciência dos efeitos sociais do problema. A publicação é resultado de uma série de conferências promovidas pelos jornais **A Tarde** e o **Jornal da Bahia** e foi editado pela Secretaria de Planejamento, através da Comissão de Planejamento Econômico. In: AGUIAR, Pinto de. **Notas sobre o “Enigma Baiano”**. Salvador: Livraria Progresso, 1958.

⁵⁷ AGUIAR, Pinto de. **Notas sobre o “Enigma Baiano”**. Salvador: Livraria Progresso, 1958, p. 8-9.

⁵⁸ AGUIAR, Pinto de. **Notas sobre o “Enigma Baiano”**. Salvador: Livraria Progresso, 1958, p.8-9.

⁵⁹ ALMEIDA, Rômulo. **Rômulo: Voltado para o futuro**. Fortaleza, BNB, 1986, p. 91-92.

fazendo, a fim de compreender as mudanças que ocorreram na cidade e no estado, com vistas a inserir a Bahia no seu urgente processo de industrialização.

Diante da realidade, sobretudo socioeconômica em que a Bahia estava mergulhada, no ano das comemorações teve início a construção da Avenida Centenário; inaugurou-se a Avenida Amaralina-Itapuã (posteriormente Avenida Otávio Mangabeira); foi construído o prédio da nova estação de passageiros no Aeroporto de Ipitanga; inaugurou-se a nova estação de passageiros do aeródromo; foram instalados os novos serviços de distribuição de água; deu-se a construção do Fórum Ruy Barbosa e do Viaduto da Sé; houve a criação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro /Escola Parque, idealizado por Anísio Teixeira; inaugurou-se o estádio da Fonte Nova e o Hotel da Bahia; dentre outras dezenas de inaugurações.

Enfim, foram, lançadas as bases, os passos decisivos para que a Bahia se libertasse, conforme atestou Mangabeira, “[...] da situação constrangedora, não sei se diga humilhante, e que tanto a tem prejudicado [...] com sacrifício para o seu progresso”.⁶⁰

Na Sessão Solene de abertura do Primeiro Congresso de História da Bahia, Otávio Mangabeira, que durante as comemorações, basicamente, mostrava-se preocupado apenas com o futuro do estado, deixando “as glórias do passado” sob os cuidados de Wanderley de Pinho, talvez, por estar diante de uma assembleia de historiadores, não perdeu a oportunidade de lembrar para os congressistas de diversas partes do Brasil e de Portugal, o quanto as gerações de baianos do passado, contribuíram para que a Bahia estivesse a serviço do povo brasileiro:

O que se vai recordar, o que se vai reviver, o que se vai recompor ou reconstituir, ao longo dos estudos e trabalhos desta assembléia de historiadores, são fatos, incidentes, episódios em suma, páginas do grande livro que escreveram, através de quatro séculos, as gerações que por aqui passaram, e que a atual geração, a geração do quarto centenário, tanto mais haverá de honrar, quanto mais souber excedê-la no amor da nossa terra, e na decisão de concorrer, mais do que elas concorreram, para servi-la e para enaltecê-la, colocando-a, por outro lado, cada vez mais a serviço do engrandecimento do Brasil e dos direitos, e dos interesses, e das liberdades, e da honra do povo brasileiro.⁶¹

⁶⁰ MANGABEIRA, Otávio. **Um período governamental na Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1951, p.35. (mensagem de despedida, lida perante Assembleia Legislativa da Bahia, em sessão extraordinária, de 27 de janeiro de 1951).

⁶¹ IGH. **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. Salvador, 1955. V. I. Salvador: Tipografia Manú Editora Ltda. p. 62.

Passados dois anos do que se reviveu, se recompôs e se reconstituiu, conforme discurso do governador, a estratégia de atribuir um caráter nacional às comemorações, segundo ele, justificava-se, pois, “Se aspirávamos à conquista ou à reconquista do lugar que, de direito, cabe, e deve caber, à nossa terra no panorama da Pátria cumpria dar ou imprimir a tais comemorações a grandiosidade que lhes demos, e teve em todo o país a repercussão que se conhece.”⁶²

Quanto à repercussão em Portugal, uma “embaixada” daquele país foi especialmente convidada para participar das comemorações em Salvador. A comitiva portuguesa, além de apresentar suas teses, participar da sua extensa programação, também assistiu ao Cortejo Cívico e Histórico e a encenação da peça teatral *Autos de Graça e Glória da Bahia* que, para seus organizadores, assim como o Cortejo, foram “[...] uma reconstituição dos principais momentos da formação histórica da Cidade do Salvador, desde os seus instantes iniciais.”⁶³

O Cortejo Cívico e Histórico e a peça *Autos de Graça e Glória da Bahia*, não por coincidência, receberam a direção do cineasta e dramaturgo português, radicado no Rio de Janeiro, Eduardo Chianca de Garcia, “[...] nome por demais conhecido nos meios artísticos nacionais, que, aqui na Bahia, marcou, sem nenhuma dúvida, um dos pontos mais altos da sua carreira”.⁶⁴

Feito este panorama conjuntural sobre o porquê das comemorações do Quarto Centenário, a partir de uma perspectiva das elites baianas, a seguir, passarei a fazê-lo levando em consideração as expectativas da população negra da cidade, assim como analisarei o discurso projetado pelas elites sobre essa população, no contexto das festividades.

⁶² MANGABEIRA, Otávio. **Um período governamental na Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1951, p. 23-24. (mensagem de despedida, lida perante Assembleia Legislativa da Bahia, em sessão extraordinária, de 27 de janeiro de 1951).

⁶³ Programação da peça teatral **Autos de Graça e Glória da Bahia**. S/d. Disponível na Biblioteca do IGHB.

⁶⁴ **Diário de Notícias**, 31 mar. 1949, p.3.

O cineasta baiano Alexandre Robato captou, através de imagens, o Cortejo e produziu um documentário de 8 minutos, intitulado *Quatro séculos em desfile* ou *Desfile de quatro séculos* e que se encontra disponível no acervo da Sala Alexandre Robato, nas dependências da Biblioteca Pública do **Estado da Bahia**.

3 O POVO SOB O OLHAR DAS ELITES: TENSÕES SOCIAIS E AS COMEMORAÇÕES

Não era incomum, até pouco tempo, que em abordagens historiográficas que cobrem eventos semelhantes ao das comemorações do Quarto Centenário de Fundação da Cidade do Salvador, os estudiosos terminassem por evidenciar apenas as ações das classes dominantes, dos políticos e intelectuais de maneira geral. Isso ocorria, acredito, não por desconhecimento dos novos métodos e técnicas historiográficas, mas talvez pelo trato e manuseio das fontes, estas, geralmente, produzidas por esses grupos.

Foi com essa preocupação que iniciei esta pesquisa, ou seja, tentando responder à questão: como tratar o processo que culminou nas comemorações de 1949, sem reproduzir uma visão historiográfica na qual os seus protagonistas fossem apenas as classes dominantes? A importância desse questionamento se dá em virtude de as comemorações do Quarto Centenário ser um evento festivo, marcado por consensos, aparentemente sem conflitos e tensões sociais, sem movimentos contestatórios, sem revoltas ou rebeliões, que são as situações em que normalmente “os de baixo” entram para a história.

Foi com essas indagações que lancei o olhar para a documentação de que dispunha, sobretudo a produzida pela imprensa, inclusive a Oficial, buscando pistas que, pelo menos, me permitissem estabelecer algumas hipóteses de modo a responder a essas e a outras questões.

Dessa forma, será com a utilização de três notícias veiculadas nos jornais durante as comemorações que tentarei responder à problemática aqui estabelecida; a primeira, uma nota publicada pelo jornal *Diário de Notícias*, na qual se fazia referência à participação do povo no Cortejo Cívico e Histórico; a segunda, no *Diário da Câmara de Salvador*, quando a condição de vida do povo foi lembrada pelo vereador Cosme de Farias para justificar o seu voto contra o oferecimento de um banquete aos congressistas; e, por último, o *Diário da Assembleia Legislativa da Bahia*, quando o deputado Joel Presídio protestou contra o oferecimento de um jantar que supostamente seria oferecido a um representante da presidência da República, que estava na Bahia para participar das comemorações do Quarto Centenário.

A respeito da participação do povo no Cortejo Cívico e Histórico, segue a matéria do *Diário de Notícias*:

Farão parte integrante desse esplendido desfile, moças e cavalheiros da nossa melhor sociedade, artistas, jornalistas, comerciantes, clero etc. Todas as classes sociais, estarão representadas e cada figurante encarnando o seu papel vivendo o seu personagem histórico.

Para o êxito do cortejo, porém impõe-se a preciosa colaboração do povo. Se este invadir o leito das ruas durante o desfile, estará comprometido o conjunto e a perspectiva do préstito.

Por esse motivo as autoridades e dirigentes do cortejo estão adotando medidas para impedir que o povo saia das calçadas e invada os leitos das ruas, produzindo aglomerações.⁶⁵

Nesse documento, o que me chamou atenção foi o fato de, ao mesmo tempo em que o periódico anunciava que todas as classes sociais estariam contempladas no préstito, também fazia uma nítida distinção entre o povo e as pessoas consideradas as melhores daquela sociedade. Outro fato, foi a preocupação das autoridades com uma possível invasão do povo e que provocassem aglomerações, valendo-se, nesse caso, até da utilização da força repressiva do estado para conter o povo nas calçadas.

3.1 Na Câmara de Vereadores

Na Câmara Municipal a preocupação com o povo apareceu no discurso do vereador Cosme de Farias. O major, como também era conhecido, patente que recebera da Guarda Nacional ainda em 1909, talvez fosse o único político oriundo das camadas pobres da sociedade baiana. Nascido em 1875, mulato, filho de comerciantes, possuía destacada atuação no campo da Assistência Social, seja na luta contra o analfabetismo, no seu engajamento na campanha contra a carestia, mas o que mais chamava atenção era a sua atuação como *rábula*, em defesa da população pobre da cidade de Salvador.⁶⁶

Em março de 1949, a Câmara Municipal de Salvador convocou uma Sessão Especial para tratar de assuntos referentes à programação das festividades comemorativas do Quarto

⁶⁵ *Diário de Notícias*, 24 mar. 1949, p.8.

⁶⁶ CELESTINO, Mônica. **Réus, analfabetos, trabalhadores e um Major** – a inserção política e social do parlamentar Cosme de Farias em Salvador. Salvador: Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, 2005. Dissertação.

Centenário da Fundação da Cidade de Salvador. Um dos assuntos em pauta dizia respeito a um banquete de 300 talheres que seria oferecido, por aquela Casa Legislativa, aos representantes de Portugal e dos diversos Estados da União que participariam do primeiro Congresso de História da Bahia.⁶⁷

Nesse episódio, o que chamou atenção foi a justificativa do vereador Cosme de Farias para votar contra o banquete: “O Sr. Vereador Cosme de farias – tece considerações em torno da vida dos habitantes dessa cidade, e finaliza, diz votar contra a realização do banquete.”⁶⁸

Infelizmente as atas das Sessões Especiais da Câmara de Vereadores de 1949, em que poderiam constar as considerações feitas pelo vereador, sobre a vida dos habitantes da cidade, desapareceram do Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS);⁶⁹ contudo, ciente de que Cosme de Farias por conta das suas atividades em defesa do povo de Salvador ficou conhecido como o advogado dos pobres, não se torna difícil deduzir as suas considerações.

O escritor Jorge Amado, por exemplo, seu contemporâneo, escreveu que o Major, com frequência, “[...] Tira gente da cadeia, leva presente para os pobres, sustenta, funda, ajuda escolas primárias, imprime cartilhas de ABC, cuida dos loucos, escreve nos jornais diariamente pedindo auxílio para as campanhas sociais e de caridade [...]”⁷⁰, enfim, por conta de toda essa atuação em favor dos mais pobres, não poderia ser outra a argumentação de Cosme de Farias, senão a condição de vida do povo, para votar contra o oferecimento de um banquete, embora seu voto tenha sido vencido.

3.2 Na Assembleia Legislativa da Bahia

No ano das comemorações do Quarto Centenário, o Brasil era governado pelo general Eurico Gaspar Dutra, primeiro presidente eleito após a ditadura estadonovista. O presidente estava

⁶⁷ **Diário Oficial do Estado da Bahia**, 27 mar. 1949, p. 3132.

⁶⁸ **Diário Oficial do Município de Salvador**, 16 mar. 1949.

⁶⁹ Tendo em vista não constar no Diário Oficial a argumentação utilizada por Cosme de Farias para justificar o seu voto contra o banquete, tentei localizar as Atas das Sessões Especiais da Câmara de Salvador desse período. Infelizmente, para a minha surpresa, essa documentação se perdeu. No Arquivo Público Municipal constam, apenas, desse período, as atas das comissões de finanças; assistência social e abastecimento; divertimentos públicos e jogos; e agricultura, comércio e indústria.

⁷⁰ AMADO. J. **Bahia de Todos os Santos**. São Paulo, Martins, 13ª edição. 1960, p.222.

impossibilitado de vir à Bahia no ano das comemorações, razão pela qual designou o seu Ministro da Educação e Saúde, o baiano Clemente Mariani, para representá-lo no almoço que lhe seria oferecido pelos trabalhadores baianos.⁷¹

Nesse episódio, e à semelhança da repercussão do banquete na Câmara Municipal, o almoço oferecido ao representante do presidente Dutra também foi alvo de protestos na Assembleia Legislativa da Bahia. Isso porque o jornalista e então deputado Joel Presídio, eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro, classificou o almoço como um verdadeiro afronte à miséria dos trabalhadores, tendo em vista que os poucos salários recebidos pela classe trabalhadora mal dava para matar a fome de suas famílias. Por fim, colocou em dúvida se realmente era a classe trabalhadora que iria custear o que ele chamou de um ágape dispendioso.⁷²

Outro dado importante que aparece no discurso do deputado Joel Presídio, para os objetivos deste estudo, é o componente étnico-racial da população de Salvador no ano das comemorações. Diz ele:

Fui, ontem a noite, procurado por um pai de uma aluna, que me disse estarem emissários do bródio percorrendo as escolas públicas da cidade, à escolha de determinado tipo de mocinhas pretas para o papel de garçonetes do almoço. O puxa-saquismo indígena idealizou vesti-las de “bahianas” para que sirvam as mesas. Duas são as injustiças que tal idéia encerra: a primeira, dar aos membros da comitiva presidencial a impressão de que na Bahia só existem pretos; a segunda, humilhar meninas pobres, filhas de operários.

Sr Presidente, somos um povo formado pelo caldeamento de três raças: brancos, índios e pretos. Se os recepcionadores do presidente Dutra querem exibir hospitalidade, exibindo moças com a indumentária característica da terra, [ilegível] reúnam elementos diversos – Alvas, morenas, mulatas e pretos – e não se esqueçam, se desejam comover o visitante poderoso, de incluir, entre as futuras garçonetes, parentas suas... Só assim; as filhas dos trabalhadores não se sentirão diminuídas.⁷³

Diante desse pronunciamento e pelas conclusões a que chegou o deputado Joel Presídio, torna-se difícil opinar se ele realmente estava preocupado com as condições de vida da população negra da cidade ou com as relações envolvendo pretos e brancos na Bahia.

⁷¹ **Diário de Notícias**, 25 mar. 1949

⁷² **Diário da Assembléia Legislativa**, 16 mar. 1949, nº 521, p. 5562.

⁷³ Discurso proferido pelo deputado José Presídio no dia 17/11/1948 e publicado (retificado) no **Diário da Assembléia Legislativa - Estado da Bahia**, 16 mar. 1949, Ano II, nº 521 p. 5562.

O mais importante nesse episódio é que, a partir do documento apresentado pelo deputado, podemos notar a existência de certa manipulação e uso político da cultura negra, tendo em vista a utilização das jovens negras trajando roupas de ‘bahianas’ como garçonetes no almoço, medida que contrariava a regra da “boa aparência”, utilizada pelo mercado de trabalho da época para a contratação de pessoas de fenótipo branco ou que parecessem brancas, conforme constatou Thales de Azevedo em seus estudos, que comentarei mais adiante.⁷⁴

Diferente das conclusões do deputado Joel Presídio, outra interpretação que pode ser feita a partir do quadro relatado por ele é que a intenção dos governantes era passar aos visitantes ilustres a idéia de convivência harmoniosa entre pretos e brancos na Bahia, ou talvez, pelo fato de Salvador ter sido uma das cidades escolhidas para participar do Projeto UNESCO, dois anos após comemorações, por “[...] ser tradicionalmente considerada o melhor exemplo de harmonia racial no Brasil.”⁷⁵

3.3 Características sócio-demográficas do Estado da Bahia

Sobre o componente étnico-racial da população baiana, o IBGE publicou, em 1949, *Características Demográficas do Estado da Bahia*, trabalho que analisa os diversos dados do Censo de 1940, ao tempo em que projeta alguns resultados para o de 1950, relativo ao estado.⁷⁶

Nesse estudo realizado pelo IBGE, consta que a população do Estado em 1940 era de 3.918.110 habitantes e com base em cálculos que levavam em conta os censos realizados entre 1850 e 1940, projetava-se para 1950 uma população de 4.567.300 habitantes para o estado. Este contingente populacional se caracterizava, basicamente, por elevado número de crianças e adolescentes e reduzido percentual de idosos, resultado das elevadas taxas de natalidade e mortalidade.⁷⁷

⁷⁴ AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor numa cidade brasileira**: um estudo de ascensão social & Classes sociais e grupos de prestígio, 2ª ed., Salvador, EDUFBA: EGBA, [1953] 1996, p. 84.

⁷⁵ AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor numa cidade brasileira**: um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestígio, 2ª ed., Salvador, EDUFBA: EGBA, [1953] 1996, p. 25.

⁷⁶ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características Demográficas do Estado da Bahia** - Edição Comemorativa do IV Centenário de Salvador. Rio de Janeiro, 1949.

⁷⁷ IBGE. Op. Cit., p. 10-11.

No que se refere à alfabetização e instrução, os números da Bahia eram bastante inferiores à média do Brasil, que também era muito baixa. Para termos uma noção dessa situação os números apontam que, dos 2.759.501 habitantes, que era a população com mais de 10 anos de idade, 2.029.070, ou seja, 73,53%, não tinham recebido qualquer tipo de instrução escolar, e o percentual daqueles que conseguiram completar algum curso elementar era de apenas 3%.⁷⁸

A esse respeito, o IBGE concluiu e recomendou:

Essas pesquisas documentam o estado extremamente atrasado da instrução, mesmo do grau elementar, na Bahia, e mostram a urgente necessidade de uma vasta ação de saneamento intelectual, não somente entre os pretos e os pardos, que constituem a maioria da população, como também entre os próprios brancos.⁷⁹

Obviamente que o baixo nível de instrução, entre os pretos e pardos, fosse resultado apenas da elevada presença desse contingente populacional na sociedade baiana. O mais provável é que fosse resultado de um processo sócio-histórico que combinou escravidão e violência, associado à ausência de políticas públicas voltadas para essa população, mesmo decorridos mais de 61 anos do final da escravidão no Brasil à época das comemorações de 1949. Um período suficiente para promover as transformações que a população negra que vivenciou as comemorações do Quarto Centenário, certamente, exigia.

Ainda sobre contingente étnico-racial da população baiana, os dados projetados em 1949 se confirmaram, e o estado registrou uma população de 4.834.575 habitantes, sendo que, desse número, 70,18% eram de pessoas não brancas, conforme a tabela abaixo:

⁷⁸ IBGE. Op. Cit., p. 174-175.

⁷⁹ IBGE. Op. Cit., p. 11.

Tabela 1 - POPULAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA
DISTRIBUIDA COM BASE NO QUESITO POR RAÇA/COR CENSO DE 1950

POPULAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA DISTRIBUIDA COM BASE NO QUESITO POR RAÇA/COR CENSO DE 1950		
RAÇA/COR	Nº DE HABITANTES	%
BRANCOS	1.428.685	29,55%
PRETOS	926.075	19,15%
PARDOS *	2.467.108	51,03%
AMARELOS	161	0,01%
NÃO DECLAROU	12.546	0,26%
TOTAL	4.834.575	100,00%

Construída pelo autor conforme IBGE, Censo Demográfico de 1950 - Estado da Bahia. Série Regional, vol. 20, tomo 1. Rio de Janeiro, 1955, p.1

* Inclui-se nessa categoria os índios e os que se declararam mulatos, caboclos, cafuzos, morenos etc. Cf. IBGE. Censo Demográfico de 1950 Op. Cit., p. XIV.

No que se refere a esse assunto, o documento publicado em comemoração ao Quarto Centenário já apontava que: “Do aspecto étnico, a população da Bahia é uma das mais interessantes do Brasil, seja pela preponderância dos elementos raciais de origem africana ou autóctone, seja pela vasta fusão em andamento entre os diversos grupos, já indissolivelmente misturados.”⁸⁰

Infelizmente, *Características Demográficas do Estado da Bahia* não apresenta um estudo mais amplo levando em conta outras variáveis socioeconômicas, desagregadas por variável raça-cor, o que permitiria avaliar, de forma mais qualitativa, a relação envolvendo pobreza e tonalidade da pele, presente nos discursos do vereador Cosme de Farias e do deputado Joel Presídio, em suas manifestações na Câmara Municipal e Assembleia Legislativa da Bahia, respectivamente.

3.4 Relações Raciais à Época das Comemorações do Quarto Centenário

A conjuntura internacional dos primeiros anos da década de 1940 foi marcada, sobretudo, pelos conflitos da Segunda Guerra Mundial, momento em que a questão racial apareceu

⁸⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Características Demográficas do Estado da Bahia* - Edição Comemorativa do IV Centenário de Salvador. Rio de Janeiro, 1949, p. 10- 11.

como principal suporte ideológico da Alemanha nazista de Adolf Hitler, cujos objetivos, incluía a expansão e domínio da “raça ariana”, através do controle biológico da população.⁸¹

Naquela conjuntura, o discurso de uma pretensa superioridade racial dos europeus em relação a outros povos, que adquiriu *status* de cientificidade no final do século XIX, trouxe consequências dramáticas para a política da primeira metade do século XX. Isso porque, com o *Holocausto*, do que foram vítimas, além dos judeus, negros, homossexuais, Testemunhas de Jeová, ciganos, doentes mentais, dentre outros grupos considerados degenerados pelos nazistas, nos campos de concentração, finalmente as teorias raciais que legitimavam as hierarquias raciais estavam definitivamente desmoralizadas.

Meses após o final da Segunda Guerra em 1945, foi criada a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). No preâmbulo do documento que a constituiu, as referências ao fim da guerra e aos efeitos do racismo aparecem como elementos que justificam a sua criação:

Os Governos dos Estados Partes desta Constituição, em nome de seus povos, declaram:

.....
Que a grande e terrível guerra que acaba de chegar ao fim foi uma guerra tornada possível pela negação dos princípios democráticos da dignidade, da igualdade e do respeito mútuo dos homens, e através da propagação, em seu lugar, por meio da ignorância e do preconceito, da doutrina da desigualdade entre homens e raças;⁸²

Apesar da criação da UNESCO e seus objetivos, assim como a derrota do nazismo e conseqüentemente o fim da Segunda Guerra, estes fatos não foram suficientes para deixar que sistemas de segregações raciais em países como África do Sul, Rodésia e Estados Unidos, por exemplo, deixassem de existir.

Diante desse quadro e do reconhecimento internacional dos estudos de Gilberto Freyre, aliados às pesquisas que já vinham se desenvolvendo por estudiosos americanos no Brasil, desde as décadas de 1930, o país se apresentava para o mundo como exemplo positivo de

⁸¹ LENHARO, Alcir. *Nazismo. O triunfo da vontade*. São Paulo, Ática, 2007, p.70

⁸² ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Constituição da. Londres, 16 de novembro de 1945. Tradutor John Stephen Morri. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf>>. Acesso em 07 fev. 2012.

convivência racial a ser estudado, e a Bahia, em particular, como um verdadeiro “laboratório racial”, motivo pelo qual, em 1949, um comitê organizado pela UNESCO, recomendou a realização de estudos em Salvador, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, a fim de captar as diversas matizes da situação racial brasileira.⁸³

Sobre a escolha da Bahia e a contribuição que os estudos de Gilberto Freire e de pesquisadores americanos forneceram para que fosse vista internacionalmente como um laboratório racial, Marcos Chor Maio informa que:

O Projeto Unesco contemplaria, de início, apenas a Bahia. [...] Para isso concorreu a existência de uma longa tradição de estudos sobre o negro na cidade de Salvador desde o final do século XIX, na qual se destacava o exame da forte influência da cultura africana. O cenário baiano parecia adequado aos propósitos da Unesco. A cidade, com expressivo contingente de negros, havia atraído, nos anos 30 e 40, diversos pesquisadores estrangeiros e era vista como um lugar privilegiado em termos de convívio entre as raças⁸⁴

No caso das pesquisas em Salvador, coube a Thales de Azevedo “[...] a elaboração de um livro sobre uma situação, a das relações raciais e da ascensão social das pessoas de cor em uma cidade brasileira, que servisse para mostrar a outros povos uma solução para o problema do convívio entre tipos étnicos diferentes.”⁸⁵

As elites de cor numa cidade brasileira é o título em português da monografia escrita por Thales de Azevedo, publicada no Brasil pela primeira vez em 1955.⁸⁶ Diferente dos outros textos em que nos propusemos a analisar o discurso sobre as populações negras, nesse texto de Azevedo, o nosso propósito será outro, isto é, utilizá-lo como fonte com vistas a perceber como se processavam as relações entre negros e brancos no ano das comemorações do Quarto Centenário.

⁸³ Para um balanço desse processo ver: MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. [online]. 1999, v.14, n.41, p. 141-158. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 jan. 2012. Quanto a expressão “laboratório de civilização”, Maio, informa que a mesma foi cunhada pelo historiador norte-americano Rudiger Bilden em 1929, p. 142.

⁸⁴ MAIO, Marcos Chor. Op. Cit. p. 144.

⁸⁵ AZEVEDO, Thales de. **Ensaio de Antropologia Social**. Publicações da Universidade da Bahia, 1959, p. 9.

⁸⁶ Originalmente publicado em francês em 1953 com o título. *Les élites de couleur dans une ville brésilienne*. Paris: UNESCO, 1953.

O estudo de Thales de Azevedo será utilizado com esse objetivo, visto ser resultado de um levantamento no qual “[...] foram entrevistados 56 pretos e mestiços de uma lista de 128 nomes, a qual incluía a maioria das pessoas de cor mais altamente situadas, social e profissionalmente, na sociedade baiana.”⁸⁷

Apesar do estudo de Thales de Azevedo ter sido concluído em 1952, isto é, três anos após as comemorações de 1949, no entanto, segundo seu autor, “Nos três anos que decorreram desde a pesquisa em que se fundamentou a monografia, a situação racial baiana conservou-se essencialmente inalterada.”⁸⁸

As entrevistas realizadas por Thales de Azevedo revelam uma sociedade profundamente marcada pelas diversas nuances de ordem racial. Os depoentes, através de suas narrativas, oferecem ao pesquisador a possibilidade de formular distintas interpretações de cunho sócio-antropológico a fim de compreender os dramas e as tramas de uma sociedade em que a tonalidade da pele, independente da condição social, por vezes, terminava por estabelecer o lugar a ser ocupado pelos grupos de maior ou menor prestígio na sociedade. A esse respeito, é esclarecedor o depoimento no qual,

Conta uma funcionária pública que os chefes da sua repartição, pardos de graus diferentes, costumam recomendar, quando se procuram novos funcionários, que “tragam candidatos de aparência, mas não me venham com gente preta ou feia”.⁸⁹

Ou aquele colega de um advogado, “[...] muito competente e trabalhador, que não se atreve a advogar independentemente, continuando como simples assistente de um profissional branco.”⁹⁰

Também certo preto é considerado preconceituoso e “racista” porque prefere andar entre brancos e gosta de apresentar-se de público com mulheres alvas e louras ainda que de má reputação. Colegas seus, da mesma profissão e status, consideram-no um ressentido que “tem vergonha de ser preto”. E como este, comenta-se, há muitos outros que, se pudessem, seriam brancos.⁹¹

⁸⁷ AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor numa cidade brasileira**: um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestígio, 3ª ed. Salvador, EDUFBA: EGBA, [1953] 1996, p. 26.

⁸⁸ AZEVEDO, Thales de. Op. Cit., p. 31.

⁸⁹ AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor numa cidade brasileira**: um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestígio, 3ª ed., Salvador, EDUFBA: EGBA, [1953] 1996, p. 47.

⁹⁰ AZEVEDO, Thales de. Op. Cit., p. 68

⁹¹ AZEVEDO, Thales de. Op. Cit., p. 65.

Ainda segundo Azevedo, “Um profissional preto retinto irrita-se porque, na organização em que trabalha, muitas pessoas, que não o conhecem, dirigem-se a ele como se fosse a um servente ou empregado de categoria inferior.”⁹²

Interessante é que, mesmo de posse de depoimentos ricos, os quais permitiriam a elaboração de complexas interpretações sobre as relações raciais em Salvador, Thales de Azevedo, talvez para justificar sua opinião no que se refere a uma suposta convivência harmoniosa entre tipos físicos diferentes na cidade, tenha optado por descrever um cenário no qual inexistiam conflitos e tensões raciais na Salvador do início dos anos 1950:

Vivem na cidade cerca de 400 mil habitantes, dos quais aproximadamente 20 por cento são pretos, 47 por cento mestiços, na maior parte mulatos, e 33 por cento brancos. Veem-se por toda a parte pessoas de todas as idades, misturadas sem atenção aos seus tipos físicos, homens e mulheres, reunidas nos pontos mais movimentados comentando os acontecimentos do dia, apreciando o vai-e-vem das ruas ou discutindo política e esportes, bebendo nos cafés passeando nos arrabaldes e nas praias, fazendo compras nas lojas e nos mercados, trabalhando nas fábricas, nas construções, nas casas comerciais e nas repartições públicas e escritórios, viajando nos veículos coletivos, participando das festas religiosas e das comemorações físicas sem o menor constrangimento. Amigos mulatos, brancos e pretos cumprimentam-se com abraços e apertos de mão e sentam-se juntos nos teatros, nas igrejas, nos cafés ou nos bondes, com a maior naturalidade. De acordo com os costumes locais, comprovados por [Donald] Pierson, os baianos aglutinam-se e distanciam-se muito mais em função de seu status do que de sua cor ou raça.⁹³

Coerente com o cenário que descreve, mas contraditório com a realidade empírica que as pesquisas demonstram, talvez por estar fortemente influenciado pelos estudos de Donald Pierson e Gilberto Freyre, o autor termina por concluir que:

Concorreram poderosamente para a aproximação e para as boas relações entre raças na Bahia, como em todo o Brasil, o tratamento de modo geral brando e humano que os proprietários dispensavam a seus escravos e a atuação do clero católico procurando desde os primeiros dias da importação de africanos incorporá-los à fé e à civilização dos portugueses. Ao contrário do que ocorre noutras nações coloniais, em que os aborígenes e os escravos importados foram mantidos em segregação como “selvagens” inassimiláveis, no Brasil o indígena e o negro eram batizados, catequizados e aceitos na Igreja como homens. Muito embora escravos, os negros batizados deixavam de ser considerados “brutos” para serem “cristãos”

⁹² AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor numa cidade brasileira**: um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestígio, 3ª ed., Salvador, EDUFBA: EGBA, [1953] 1996, p. 65.

⁹³ AZEVEDO, Thales de. Op. Cit., p. 49.

como os povoadores europeus “não sofrendo hostilidade nem discriminação religiosa.”⁹⁴

Apesar de reconhecer as desigualdades sócio-raciais existentes entre negros e brancos em Salvador, bem como a existência do preconceito e do racismo, talvez pelo seu engajamento com o projeto UNESCO, no sentido de apresentar para outros povos um modelo de sociedade em que pessoas de tipos físicos diferentes vivessem em harmonia é que Thales de Azevedo tenha concluído que, “Uma evidência muito significativa das boas relações inter-raciais da Bahia é a intensidade e a liberdade com que a mestiçagem se processa.”⁹⁵

3.5 O Carnaval do Quarto Centenário e a Eleição da Rainha Negra

Outro momento em que tentei perceber como se deu a participação dos milhares de anônimos durante as comemorações do Quarto Centenário foi lançando um olhar especial para o Carnaval de 1949, denominado Carnaval do Quarto Centenário. Dentre as dezenas de matérias publicadas pelos jornais da época, uma das que chamou minha atenção foi a que segue:

Sempre foi nota de distinção do Carnaval baiano recrutar-se, no seio da alta sociedade bahiana, as mais belas jovens para compor os préstitos nos grandes clubes carnavalescos desde a Rainha, até as figuras ornamentais dos carros alegóricos. Este ano em meio às comemorações do IV centenário, a praxe foi mantida e já os clubes Fantoche e Cruzeiro da Vitória escolheram o seu corpo de préstito, com a rainha à frente. Hoje, demos a foto da jovem Arlete Cozensa, filha do comandante da Força Policial, cel. e bel. Antenor Z. Cozensa e de sua esposa d. Sinal Cozensa que, será a Rainha do Clube Inocente em Progresso – que se propõe ser, em 49, a surpresa atômica do grande desfile que já estava fazendo saudades ao povo.⁹⁶

Pelo teor da matéria podemos ter uma noção dos pré-requisitos necessários que uma jovem deveria ter para pleitear o alegórico título de Rainha do Carnaval de determinado clube, destacando que, além de beleza e juventude, a descendência familiar e o prestígio da sua família na alta sociedade contavam muito na hora da escolha.

Dessa forma, se as comemorações do Quarto Centenário de Fundação da Cidade do Salvador e da Instalação do Governo Geral do Brasil, mesmo durante o Carnaval, foram feitas pelas

⁹⁴ AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor numa cidade brasileira**: um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestígio, 3ª ed., Salvador, EDUFBA: EGBA, [1953] 1996, p.51.

⁹⁵ AZEVEDO, Thales de. Op. Cit., p.49.

⁹⁶ **Estado da Bahia** 18 fev.1949, p. 3.

elites e para as elites, não obstante e como é recorrente na história, as camadas subalternizadas, nesses momentos comemorativos e aparentemente sem tensões sociais, terminam por montar estratégias para subverter a ordem instituída pelas elites e se inserir ou questionar tais processos.

Com efeito, se a participação do povo nas comemorações, até então, tinha se restringido aos debates na Câmara Municipal de Salvador, e o tema das relações raciais apenas ao discurso do deputado Joel Presídio na Assembleia Legislativa da Bahia, no entanto, foi durante o Carnaval do Quarto Centenário que o tema das relações raciais voltou à pauta das comemorações.

Conforme mandava a tradição, no momento em que os clubes recreativos escolhiam as suas respectivas rainhas e também a Rainha do Carnaval, parte da população negra organizada, numa atitude no mínimo questionadora, realizou um concurso para a eleição da Rainha Negra do Carnaval.⁹⁷

3.6 Os Clubes Recreativos e as Escolas de Danças

Numa sociedade marcada pelo preconceito e pela discriminação contra as populações negras, não é de se estranhar que fosse nos espaços dos clubes que a resistência à presença dessa população fosse mais evidente. Para um dos depoentes de Thales de Azevedo, por exemplo, além do preconceito de cor, também o que contribuía para que essas organizações evitassem as ‘pessoas de cor’, residia no fato de serem dominadas por famílias tradicionais e que resistiam à admissão de sócios que não fossem do seu grupo social e econômico.⁹⁸

Outros depoentes, ainda, ao comentar sobre a presença negra nos clubes recreativos e em outros espaços da sociedade baiana, informaram acerca das suas reações contra estas ‘barreiras de cor’, bem como das estratégias que adotavam no dia a dia para se protegerem. A esse respeito, os depoimentos que seguem fornecem um panorama desse complexo universo das relações raciais na cidade do Salvador, no início dos anos 1950:

⁹⁷ **Estado da Bahia** 27 fev. 1949, p. 2

⁹⁸ AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor numa cidade brasileira**: um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestígio, 3ª ed., Salvador, EDUFBA: EGBA, [1953] 1996, p.141.

Um preto explica que “muitas vezes o negro não encontra barreiras porque, sabendo do preconceito, não vai a certos lugares, principalmente aos clubes sociais, porque na dança é que o preconceito se manifesta”. Há os que se conformam com isto e compensam-se dizendo que “o preto não vai aos clubes, mas é aceito nos congressos científicos e nos meios intelectuais”. Outros, no entanto, reagem como um estudante preto para quem aquelas rejeições “deviam estimular a reação das pessoas de cor, porque, afinal, os que têm educação e procuram elevar-se não têm onde divertir-se. Mas acontece o contrário, retraem-se”. Na verdade são poucos os que se dispõem a enfrentar as resistências e quando o fazem podem ser acusados, mesmo pelos do seu tipo, de serem “metidos”, de irem “aonde não são chamados” e de se exporem a conflitos que não vale a pena provocar.⁹⁹

Como é perceptível, tendo em vista como se davam as relações raciais em Salvador, assim como as questões envolvendo classe, descendência familiar, dentre outras, acredito não ser necessário informar que as rainhas e princesas geralmente eram ‘senhorinhas’ brancas, preferencialmente loiras. O jornal *Estado da Bahia*, por exemplo, ao anunciar a escolha da rainha de um dos clubes de Salvador, destacou além da sua descendência familiar esta condição:

Maria da Conceição da Costa Lino é a Rainha do C. C. Cruz Vermelha. Trata-se de uma jovem de 18 anos, descendente de duas famílias de alta expressão. Seu pai sr. Joaquim da Costa Lino, além de importante cacauicultor em Ilhéus, exerceu, por muito tempo, o cargo de vice cônsul de Portugal, na Princesa do Sul, tendo falecido em 1938. Sua mãe d. Edith Vieira da Costa Lino, pertencia à importante família ilheense, também falecido em 1946. É sobrinha do sr. Alvaro Vieira, que exerceu por algum tempo, o cargo de prefeito de Ilhéus, e do saudoso comendador Antonio da Costa Lino, por várias vezes presidente da Associação Comercial. É loira, encantada pela sua fina educação e pela expressão do seu sorriso.¹⁰⁰

Se as populações negras não tinham acesso aos clubes recreativos, tudo indica que as chamadas escolas de danças eram os espaços onde o operariado negro baiano, as trabalhadoras domésticas e a juventude, de maneira geral, se encontravam e se confraternizavam na Salvador do início dos anos 1950. Isto porque, segundo Waldeloir Rego, no seu clássico *Capoeira Angola: Ensaio Sócio-Etnográfico*, existiam várias escolas de danças em Salvador, as quais tinham, dentre seus objetivos “[...] ensinar a moças e rapazes, que não podiam ir às festinhas familiares, por não saberem dançar”.¹⁰¹

⁹⁹ AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestígio**, 3ª ed., Salvador, EDUFBA: EGBA, [1953] 1996, p.143-144.

¹⁰⁰ **Estado da Bahia** 18 fev. 1949 p.3.

¹⁰¹ REGO, Waldeloir. **Capoeira Angola: ensaio sócio-etnográfico**, Editora Itapuã, Salvador, 1968, p. 41.

Ao confrontar as informações de Waldeloir Rego com o que a imprensa publicou sobre a eleição da Rainha Negra, podemos inferir que essas escolas de danças, além de espaços de socialização, também se constituíam em espaços de intervenções político-culturais da população negra. Exemplo disso é que a iniciativa da eleição da Rainha Negra partiu da Escola de Danças Mululu que, assim como a Escola de Danças Yara, era muito frequentada por pessoas ligadas direta ou indiretamente aos candomblés. Os espaços dessas escolas, inclusive, quando deixaram de existir, foram ocupados por entidades como o Afoxé Filhos de Gandhi e a Capoeira de Mestre Pastinha.¹⁰²

Ainda a respeito do concurso que elegeu a Rainha Negra, o jornal *Estado da Bahia* o classificou como “[...] o mais alegre realizado entre nós”.¹⁰³ Já o *Diário de Notícias* acreditava na possibilidade de o evento revolucionar o Carnaval baiano:

A nota carnavalesca que está dominando a cidade é, a propalada eleição da Rainha Negra do Carnaval Bahiano de 1949.

Procuramos então saber da veracidade da informação e logo fomos cientificados de que, a eleição partirá da Escola de Danças Mululu, que esta vivamente interessada na escolha da candidata.

Este fato será dos mais interessantes, pois assim teremos uma Rainha Negra, juntamente á Rainha Branca, que dominarão o Carnaval deste ano. Já aquela conhecida e tradicional Escola de Danças, vem presentear um fato que revolucionará o carnaval, dadas as suas características.

Ouvimos então o velho Mululu, conhecido de toda a rapaziada, e ele nos explicou que agira desta forma, para aumentar o entusiasmo em todas as camadas sociais.

¹⁰⁴

Infelizmente os respectivos jornais não fornecem dados que permitam compreender o porquê de o concurso ser um dos mais alegres realizados, tampouco em que medida, a escolha da Rainha Negra revolucionaria o Carnaval daquele ano. Quanto aos argumentos do organizador do evento, professor Cícero Mululu, de fato, são nítidas as suas preocupações de ordem social, por outro lado, é notória a sua preocupação no que se refere à discriminação racial no contexto das comemorações.

O concurso que elegeu a Rainha Negra contou com o apoio dos principais jornais da capital, os quais passaram a divulgá-lo cotidianamente, assim como disponibilizaram urnas em seus

¹⁰² REGO, Waldeloir. **Capoeira Angola**: ensaio sócio-etnográfico. Editora Itapuã, Salvador, 1968, p. 41.

¹⁰³ **Estado da Bahia**, 27 fev. 1949, p. 2

¹⁰⁴ **Diário de Notícias**, 28 jan. 1949, p.2.

recintos, a fim de colher os votos dos eleitores. Sobre a apuração do pleito que foi vencido pela candidata Hilda Hilária de Almeida e a sua coroação como a Rainha Negra do Carnaval de Salvador, na Praça Municipal, o jornal *Estado da Bahia* destacou:

Será hoje, à noite, em cerimônia pública a solenidade de coroação da Rainha Negra, a senhora Hilda Hilária de Almeida, candidata vitoriosa do Bairro de Quintas.

Foi este o mais popular concurso já realizado nesta capital e logrou complexo êxito, cuja iniciativa partiu do folião Cícero Mululu.

Pelo que foi programado, a coroação dar-se á às 21 horas, na Praça Municipal, em palanque especialmente armado para tal fim. O ato contará com a presença de representantes de autoridades.

Em seguida a Rainha Negra, Hilda Hilária percorrerá a Rua Chile, visitando os diversos Clubes. Será ela a soberana dos festejos do Carnaval.¹⁰⁵

Conforme comentei anteriormente, um dos jornais locais afirmou que a escolha da Rainha Negra, juntamente com a Rainha Branca, foram os fatos que dominaram o Carnaval daquele ano, bem como o concurso teria revolucionado o Carnaval, dadas as suas características, porém, sem fornecer maiores explicações que justificassem tal opinião. Finalizado o processo e conhecendo como se dava a escolha das candidatas, principalmente da Rainha do Carnaval, certamente, esse foi um fato inusitado e demonstrou a capacidade de organização da população negra, que se articulava através das escolas de danças.

Ainda no que se refere à tradição da escolha da Rainha do Carnaval, também quanto à sua não menos tradicional beleza, as imagens estampadas nos principais jornais da época, como imagens da Rainha Negra do Carnaval, o seu desfile nas ruas de Salvador, assim como a sua visita aos principais clubes da cidade, talvez, não se constituam numa “revolução”, visto ser um evento meramente carnavalesco e também porque nesses momentos os grupos dominantes, geralmente, costumam ser mais tolerantes com algumas atitudes dos subalternizados.

3.7 Repressão Policial, mendicância e Assistência Social

Além da escolha da Rainha Negra do Carnaval, outro fato que envolveu diretamente parte da população negra durante as comemorações, foi a forte repressão policial, bem como o

¹⁰⁵ *Estado da Bahia*, 27 fev. 1949, p.8.

recolhimento de mendigos e doentes das ruas do Centro de Salvador, à medida que se aproximava o 29 de março de 1949, data simbólica de Fundação da Cidade do Salvador.

Ao analisarmos os jornais nos dias que antecederam o início da programação oficial das comemorações do Quarto Centenário, foram recorrentes as notícias sobre a prisão de elementos considerados perigosos, os quais “infestaram” a cidade para agir durante as festividades:

A cidade continua infestada de ladrões, procedentes de vários pontos do país, que vieram exercer suas atividades durante os grandes festejos que ora se iniciam para comemorar o quarto centenário da fundação da Bahia.

A polícia, ciente da existência de tão perigosos elementos espalhou pelos quatro cantos vários de seus prepostos, com o fito de capturar os intrusos oportunistas, que aderiram aos festejos unicamente para lesar os incautos apreciadores da grande comemoração histórica.¹⁰⁶

Dentre as inúmeras prisões efetuadas pela polícia, um caso especial e que chamou a atenção foi a de Benedito Meneses da Silva, conhecido como Alagoano, de cor parda, natural de Maceió, que viajou pelo Brasil e países da América do Sul e que fora preso no Farol da Barra “[...] quando apreciava o edifício Oceania”.¹⁰⁷

Segundo informações do *Diário de Notícias*, o acusado confessou que havia chegado à cidade há dois dias, vindo de avião de Minas Gerais, especificamente para atuar durante as comemorações do Quarto Centenário e que ficara entusiasmado com a eficiência da polícia baiana.¹⁰⁸

Infelizmente, não encontrei os autos do inquérito policial ou processo judicial, documentos que permitiriam confrontar as informações ali contidas com a versão apresentada pelo periódico, tendo em vista o caráter inusitado ou, por que não dizer, cômico da história.

É pouco provável que os fatos tenham ocorrido como relatados pelo jornalista, visto a recorrência de “confissões” de feitos pitorescos pelos acusados, motivo que nos leva a

¹⁰⁶ *Diário de Notícias*, 25 mar. 1949, p.2.

¹⁰⁷ *Diário de Notícias*, 15 mar. 1949, p. 3

¹⁰⁸ *Diário de Notícias*, 15 mar. 1949, p.3.

refletir sobre a veracidade do caso ou se essas confissões, em verdade, não passavam de meras versões oficiais produzidas pelas autoridades policiais, com a finalidade de justificar a prisão dos “batedores de carteira”, conforme os diversos casos relatados durante as comemorações:

A polícia, depois de deter “o punquista” Benedito Menezes da Silva, vulgo “Alagoano”, continua na diligência, a fim de descobrir se o mesmo trouxera algum outro parceiro, para agir durante os festejos do centenário da Cidade. Interrogado a respeito, “Alagoano” negou, afirmando ter vindo só, entretanto a polícia não se conformou com a história contada pelo hábil malandro e por esta razão o detetive Edmundo Nascimento, pôs-se a campo, com o fim de descobrir os companheiros do mesmo.

.....
De pista em pista, prosseguiram as diligências do detetive Edmundo Nascimento, até que, ontem, à noite, foi descoberto um casal na Pensão Glória no Largo da Sé. Imediatamente aquele preposto da Diretoria de Investigações dirigiu-se ao local indicado, onde encontrou o punquista Augusto Pereira da Silva, conhecido nas rodas da malandragem pelo vulgo “Gury”, acompanhado da doméstica Isaura da Silva, sua companheira do Rio de Janeiro.¹⁰⁹

No que se refere ao pertencimento racial dos indivíduos detidos, assim como nos casos de Augusto Pereira e Isaura da Silva, interessante notar que em 100% dos casos relatados nos jornais a referência era a elementos de cor “preta” ou “parda”:

Inicialmente ouvimos Isaura da Silva, de cor preta, com 22 anos de idade, natural do Estado de São Paulo, casada, separada do marido...
Em seguida, ouvimos Augusto Pereira da Silva, de cor preta, com 21 anos de idade, que há cerca de cinco anos encontra-se na capital da República, e que dois dias depois de aqui chegar foi encanado, juntamente com sua companheira Isaura da Silva.¹¹⁰

Foram vários os casos de prisões de bandidos procedentes de diversas partes do país e também originários da própria cidade. O *Diário de Notícias*, em uma das suas edições, cuja manchete *Ladrões infestam a cidade para agir durante as festividades*, informa que “A polícia alerta vem detendo grande número de ladrões contumazes – Elementos perigosos.”

¹¹¹ Na matéria consta ainda uma lista contendo vários nomes dos detidos, seguido dos seus respectivos alcunhas, e ilustrada com uma fotografia contendo a imagem de seis jovens negros.¹¹²

¹⁰⁹ *Diário de Notícias*, 25 mar. 1949, p.2.

¹¹⁰ *Diário de Notícias*, 22 fev. 1949, p.2.

¹¹¹ *Diário de Notícias*, 25 mar. 1949, p.2.

¹¹² *Diário de Notícias*, 25 mar. 1949, p.2.

Assim como a repressão policial aumentou consideravelmente nos dias que antecederam as comemorações da “data magna”, também foram retirados os doentes, os mendigos e os pedintes que se espalhavam pelas ruas e calçadas da capital e que, segundo as autoridades, seriam transferidos para um dos abrigos da cidade:

O governo tem feito recolher àquele Abrigo grande numero de mendigos apanhado nas ruas e que passam a ser mantidos às custa do Estado. Enquanto outros são enviados para os lugares de onde provieram, recebendo um pequeno auxílio, exercendo a repressão contra a falsa mendicância. Acontece, entretanto que chegam freqüentemente a esta capital, inclusive de estados vizinhos, pessoas desprovidas de quaisquer recursos, e que entram a pedir esmolas, o que exige vigilância constante.

Para o caso dos doentes, tornou-se indispensável construir um novo pavilhão, onde sejam recolhidos, até que se possa dar-lhes conveniente destino.¹¹³

A atitude das autoridades em retirar os doentes e mendigos das ruas, tanto pode ser vista como parte do projeto que previa dotar a cidade e o estado de “[...] empreendimentos de grande importância para a economia, a higiene, saúde pública e assistência social no ano das comemorações centenárias”¹¹⁴ ou, quiçá, interpretada como a necessidade que as autoridades tinham de efetuar verdadeiras “limpezas”, recolhendo os indesejados das ruas e calçadas, a fim de passar aos visitantes de toda parte do Brasil e de Portugal, uma imagem da cidade como local seguro, sem miséria e onde as tensões sócio-raciais inexistiam.

¹¹³ **Estado da Bahia**, 19 fev. 1949, p.3.

¹¹⁴ Comissão Executiva dos Festejos do Centenário. **Estado da Bahia**, 25 fev. 1949, p. 3.

4 O PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA

O Primeiro Congresso de História da Bahia, realizado em Salvador de 19 a 29 de março de 1949, fez parte da programação oficial das comemorações dos 400 anos de fundação da cidade de Salvador e da instituição do Governo Geral do Brasil. Foi organizado pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, contando com a adesão de todos os Institutos Históricos do país e com representações oficiais de todos os estados da federação, além de uma delegação vinda especialmente de Portugal para participar do evento e da extensa programação das comemorações do Quarto Centenário.¹¹⁵

Foi organizado com o objetivo de ser o maior acontecimento das comemorações e também para assinalar o início de uma nova fase de incentivo aos estudos históricos baianos,¹¹⁶ tendo em vista que os nossos historiadores, assim como a cidade do Salvador, segundo Kátia Mattoso, estavam parados no tempo:

Com orgulho [os historiadores], preparavam-se para celebrar o IV Centenário da fundação de Salvador, publicando monografias cheias de erudição e de análises minuciosas, à maneira dos historiadores alemães do século passado. A bem verdade, essas pesquisas eram verdadeiros tesouros, pois faziam de Salvador a única cidade brasileira a ter uma história que começava a ser conhecida.¹¹⁷

Os trabalhos inscritos no Primeiro Congresso de História da Bahia, foram subdivididos nas categorias teses, monografias, memórias, comunicações e contribuições documentais, porém de maneira geral, todos foram oficialmente registrados como Teses Oficiais do Primeiro Congresso de História da Bahia,¹¹⁸ decisão adotada após intensos debates e polêmicas em torno do assunto.

Sobre os assuntos polêmicos, no relatório de uma das seções do Congresso consta que “Merece destacar que vários assuntos estudados no presente Congresso visaram pontos obscuros ou controvertidos da nossa história e que, submetidos a exames dos doutos e

¹¹⁵ **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 75, 1948-1949, p.139-141.

¹¹⁶ Instituto Geográfico Histórico da Bahia (IGHB). **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. Tipografia Manú Editora Ltda. Salvador, 1955, V.1, p. 11.

¹¹⁷ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, Século XIX: Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 25.

¹¹⁸ IGHB. Artigo 6º do Regulamento do Primeiro Congresso de História da Bahia. **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. Salvador, 1950. V.1. Salvador: Tipografia Beneditina Ltda. p. 14-21.

brilantemente discutidos nos seios das respectivas sessões, obtiveram, no plenário, confirmação transformando-se o ali deliberado em moções, apêlos e resoluções [...]”.¹¹⁹

Um desses pontos controvertidos a que o documento faz referência, certamente foi o que tratou da definição da data de fundação da Cidade do Salvador, assunto o qual abordarei mais adiante.

No Primeiro Congresso de História da Bahia foram apresentadas 118 teses e 71 delas foram publicadas nos cinco volumes dos seus Anais. O critério estabelecido para a publicação levou em conta o parecer do relator, que deveria enumerar suas conclusões e propor a aprovação da tese e sua publicação nos Anais, ou registrar a menção em Ata do esforço do autor ou a reprovação da tese. Também deliberou-se que todo trabalho aprovado perderia o direito à publicação, se antes o seu autor assim o fizesse através de iniciativa própria, bem como a menção em Ata, do esforço do autor, não implicaria na inclusão de sua tese nos Anais.¹²⁰

4.1 Os Anais e a Polêmica Sobre a Data de Fundação da Cidade do Salvador

Dos cinco tomos dos Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia, os volumes 2,3 e 4 foram publicados em 1950; o de número 5 em 1951; enquanto o volume 1 só apareceu em 1955, após o historiador que presidiu o Congresso, Wanderley Pinho, receber correspondência de Edgard C. Falcão, protestando contra a não divulgação daquele volume:

Santos, 1º de janeiro de 1955

Wanderley Pinho, meu caro e bom amigo:

.....
 Nos quatro volumes publicados, não foi incluído meu trabalho “O Estabelecimento da Fortaleza Cidade de Salvador na Bahia de Todos os Santos, em 1549”. Eu já esperava por isso, dada a série de indecências praticadas contra mim chefiada pelo Pe Manuel Barbosa. O que eu não contava era que para me prejudicar, essa turma cometeria a infração de omitir todos os pareceres aos referidos trabalhos, com o intuito de mascarar a não divulgação do parecer do prof. Hernâni Cidade sobre a minha tese.¹²¹

¹¹⁹ IGHB. **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. v. 1. Salvador: Tipografia Beneditina Ltda, 1955, p. 97.

¹²⁰ IGHB. Artigo 10º do Regulamento do Primeiro Congresso de História da Bahia. **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. Salvador, 1950. V.1. Salvador: Tipografia Beneditina Ltda. p. 20.

¹²¹ FALCÃO, Edgard. **Carta a Wanderley Pinho**. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Documento 1522. Lata 029. (DL 1522.029).

A tese de Edgard Falcão, na qual defendia o 1º de maio como a data de fundação da Cidade, certamente foi o assunto mais polêmico do Congresso, e pelo teor da carta encaminhada a Wanderley Pinho, as divergências não se restringiam apenas ao campo intelectual.

A posição adotada por Falcão contrariava uma decisão já ratificada pela cúpula de intelectuais do IGHB, composta por Frederico Edelweiss, Braz do Amaral, Altamirando Requião, Wanderley Pinho e Francisco da Conceição Menezes que, atendendo a uma solicitação do prefeito Elísio Lisboa, em 1945, após decretar feriado o 1º de Maio como data comemorativa da instalação e fundação da Cidade do Salvador,¹²² enviou carta, solicitando que os intelectuais daquele Instituto se manifestassem sobre o assunto.¹²³

Destarte, após minucioso estudo, a referida cúpula do IGHB optou pelo dia 29 de março de 1549, como data simbólica de fundação da Cidade, argumentando que “A vista disso, nada nos parece mais razoável, enquanto documentos insofismáveis em contrário não surgirem, do que preferirmos, ao dia incerto do início das obras, a data certa e incontestável da chegada dos fundadores.”¹²⁴

A nítida insatisfação de Edgard Falcão, no entanto, não se resumiu apenas em denunciar o que ele classificou como indecência praticada por aquela turma contra a sua pessoa, na carta direcionada a Wanderley Pinho, continuou com as denúncias contra a Comissão Organizadora do Primeiro Congresso de História da Bahia:

A v.[você], na qualidade de presidente que foi da referida assembléia, faço chegar o meu veemente protesto contra esse tratamento injustificável da referida comissão. Ciência histórica não se discute com picuinhas. A verdade há de triunfar um dia, confundindo os mistificadores. Como disse ao encerrar minha mensagem à câmara de vereadores da Bahia, em 1949, “A posteridade será o juiz supremo da presente causa”.¹²⁵

¹²² Diário Oficial do **Estado da Bahia**, 25 jan. 1945

¹²³ SALVADOR. Prefeitura Municipal. **29 de março data simbólica da fundação da Cidade do Salvador**. Publicação comemorativa dos 403 anos de aniversário da Cidade do Salvador. Prefeitura Municipal de Salvador, 1952, p.9.

¹²⁴ EDELWEISS, Frederico, et. all. Parecer. In: SALVADOR. Prefeitura Municipal. **29 de março data simbólica da fundação da Cidade do Salvador**. Publicação comemorativa dos 403 anos de aniversário da Cidade do Salvador. Prefeitura Municipal de Salvador, 1952, p.20.

¹²⁵ FALCÃO, Edgard. **Carta a Wanderley Pinho**. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Documento 1522. Lata 029. (DL 1522.029).

Dessa forma, notamos que o clima de aparente cordialidade que até então prevalecia entre os congressistas foi substituído por explícitos atos de hostilidades. Provavelmente porque Edgard Falcão discordou de uma decisão já debatida e sumulada pelos intelectuais do IGHB, quando optaram pelo 29 de março como data simbólica que pudesse servir de marco para as comemorações do Quarto Centenário vindouro.

No que diz respeito ao parecer de Hernani Cidade, o historiador lusitano, após aprovar a tese de Falcão e recomendar a sua publicação, por fim, numa posição nitidamente conciliadora, concluiu que, “[...] ninguém negará certa lógica na preferência [pelo 1º de maio] e o direito de sugeri-la modestamente, quero dizer, sem o pretensioso eureka da verdade definitiva.”¹²⁶ O trabalho do Congressista, continua, “[...] merece aplauso e publicação, o que não significa a adesão do Congresso à sua proposta para substituição da data debatida.”¹²⁷

Passados cinco anos do final do Congresso e da não publicação dos Anais, por fim, Edgard Falcão solicita a Wanderley Pinho que ordene publicar o volume 1 dos Anais o que ocorreu meses depois:

Confio que v., usando de sua autoridade como presidente do referido congresso, ordene a publicação imediata do I volume cujo atraso injustificável em sair do prelo assimila mais uma indignidade cometida contra mim.
Esperando de v. uma enérgica providência no sentido de ser publicado o vol. I dos “Anais” do 1º Congresso de História da Bahia [...].

Edgar C. Falcão¹²⁸

4.2 Metodologia de apresentação das Teses

A metodologia de apresentação das teses no Primeiro Congresso de História da Bahia estruturou-se a partir de sessões temáticas, seguindo o mesmo formato dos três Congressos

¹²⁶ IGHB. **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. v. 1. Salvador: Tipografia Beneditina Ltda, 1955, p. 110.

¹²⁷ IGHB. Op. Cit. p. 111.

¹²⁸ FALCÃO, Edgard. **Carta a Wanderley Pinho**. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Documento 1522. Lata 029. (DL 1522.029).

de História Nacional ocorridos, respectivamente, em 1914, 1931 e 1938, sob o auspício do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).¹²⁹

Os trabalhos versaram exclusivamente sobre a História da Bahia de 1549 a 1900, abrangendo um período da história baiana que compreendeu desde a chegada de Tomé de Souza até o final do império. Foram submetidos a uma das nove comissões/seções temáticas à qual estava vinculado: 1) história geral; (2) história política e administrativa; (3) história econômica e social; (4) história religiosa da Bahia; (5) letras e artes; (6) geografia histórica, cartografia e iconografia; (7) etnologia; (8) biografia e (9) bibliografia¹³⁰.

A maioria dos trabalhos foram apresentados na seção de História Geral, conforme quadro anexo no final deste trabalho.

4.3 Enunciados sobre Populações Negras Nas Teses dos Congressistas

Nesta quarta parte do texto, discuto como os autores que apresentaram suas teses no Primeiro Congresso de História da Bahia, assim como aqueles que escreveram suas respectivas monografias que constam do projeto *Evolução Histórica da Cidade de Salvador* e a imprensa, de maneira geral, apresentaram ou representaram as populações negras no contexto das comemorações do Quarto Centenário.

O critério de seleção das obras se deu, exclusivamente, por serem aquelas que trataram de temas relacionados às populações negras. Das 86 teses do Primeiro Congresso de História da Bahia que consultei, por exemplo, apenas seis, faziam referências a estas populações. Pelos mesmos motivos, selecionei apenas duas monografias editadas pelo projeto *Evolução Histórica da Cidade do Salvador*.

¹²⁹ Sobre os Congressos Nacionais de História, ver GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal. Intelectuais portugueses no Silogeu: IV Congresso de História Nacional (1949). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro (RJ), v. 425, n. 425, p. 57-73, 2005.

Para um balanço dos eventos, ver GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal. IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil colonial (Rio de Janeiro, 1949). **Revista Brasileira de História**. [online]. 2004, vol.24, n.48, p. 145-170. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000200007> Acesso em 25 mai. 2011.

¹³⁰ IGHB. **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. v. 1. Salvador: Tipografia Beneditina Ltda, 1955, p. 11- 14.

No que se refere à imprensa, existiu uma diversidade na abordagem sobre o tema, sobretudo no que diz respeito à participação da população negra no Carnaval do Quarto Centenário e à repressão policial durante as comemorações. Apesar dessa diversidade, optei por selecionar três artigos, cujos temas versaram de forma direta sobre trajetórias de populações negras.

Dessa forma, estabelecerei a interlocução com o conjunto dessa produção intelectual, iniciando pelas teses do Primeiro Congresso de História da Bahia, conforme o quadro abaixo, depois com as monografias do projeto *Evolução histórica* e, por último, com os artigos publicados na imprensa.

QUADRO 1. TESSES SELECIONADAS PARA INTERLOCUÇÃO		
TESE/AUTOR	TEMA	SECÇÃO
Notícias sobre a Polícia Militar da Bahia no século XIX Oséas Moreira de Araújo	Apresenta algumas <i>notícias</i> da corporação, situando-a em alguns momentos relevantes da História da Bahia do século XIX.	1ª secção - História Geral
Relação da África Portuguesa com a Bahia Luis Silveira	O autor esboça um plano de trabalho demonstrando a sua intenção de um dia escrever uma história das relações entre a África portuguesa e a Bahia.	3ª secção - História Econômica e Social
O açúcar, o fumo e o cacau como principais fatores econômicos da Bahia Nathalia Gomes da Costa de Vinhaes	A autora propõe fazer uma história da evolução econômica da Bahia.	3ª secção - História Econômica e Social
Histórico da cultura da cana na Bahia Carlos Valeriano de Cerqueira	O autor faz um minucioso histórico da cultura da cana no processo de formação econômica da indústria açucareira da Bahia.	3ª secção - História Econômica e Social
Os capuchinhos na Bahia Frei Gregório de S. Marino	O autor se propôs escrever a história dos beneméritos Capuchinhos, desde a vinda dos primeiros religiosos, até o ano de 1900.	4ª secção - História Religiosa da Bahia.
O escravo na legislação tributária da província da Bahia Walfrido Morais	O autor traça um panorama da história do Direito Fiscal brasileiro e sua relação com o escravismo.	3ª secção - História Econômica e Social

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nos Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia

4.4 A Violência da Escravidão e A Cultura da Cana

*Histórico da cultura da cana na Bahia*¹³¹ foi a tese apresentada por Carlos Valeriano de Cerqueira e, em conformidade com o título, o autor faz um histórico da cultura da cana, desde a sua suposta origem na Índia, China ou Arábia, os primeiros fabricantes de açúcar; como apareceu na América, quando se edificou o primeiro engenho na Bahia, enfim, faz um estudo substancial dessa cultura para, a partir daí, tratar da formação econômica da indústria açucareira da Bahia.

Tese bem documentada, na qual, seu autor, com frequência, confronta as informações e dados utilizados, apresenta e interpreta alguns gráficos e tabelas, enfim, trata-se de um dos trabalhos mais ricos do ponto de vista da diversidade e trato das fontes, porém deixa a desejar no que se refere à ausência de problematização quanto ao tema tratado.

Não obstante essa constatação, certamente, os estudos posteriores a *Histórico da cultura da cana na Bahia* não podem prescindir de uma série de informações contidas nesse trabalho, sobretudo quando o assunto estudado é a produção açucareira nos engenhos da Bahia.

No seu relativamente extenso e minucioso trabalho, distribuído em 72 páginas, apenas duas são dedicadas a tratar da escravidão e da mão de obra escrava, ou melhor, são dedicadas a denunciar a violência da escravidão: “A escravidão foi um estado social conseqüente da lavoura de cana. Para se estabelecer sua cultura e industrializar o produto foi que se concedeu o diabólico direito de escravizar, torturar e matar as vítimas da nossa ambição.”¹³²

Ainda sobre a escravidão, Carlos Cerqueira constata:

Em toda América, a lavoura açucareira foi estabelecida pelos escravos, índios ou africanos. A fundação dessas fazendas se fez sob as condições mais horrorosas que se pode conceber. Sub-nutridos, quasi que nus com tarefas diárias marcadas, assim trabalhavam expostos ao sol, ou chuva, e cruelmente açoitados se não venciam o

¹³¹ CERQUEIRA, Carlos Valeriano de. História da cultura da cana na Bahia. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. 4. v. Salvador: Manu/Benedictina, 1950, p. 268-336. Infelizmente não encontrei referência que pudesse qualificar esse autor.

¹³² CERQUEIRA, Carlos Valeriano de. História da cultura da cana na Bahia. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. 4. v. Salvador: Manu/Benedictina, 1950, p.313.

trabalho no prazo determinado. [...]. Assim se trabalhava até morrer esgotado, ou de fome ou de surras.¹³³

Nessa sua constatação é nítida a intenção de denunciar a escravidão como um sistema de violência e horror, no entanto, após esses relatos, silencia. Nessa concepção de história, o escravizado é um agente passivo, é uma mera mercadoria com prazo de validade a vencer e que, fatalmente sucumbirá nessa condição.

Sobre a mão de obra escrava utilizada para a fundação da cultura de cana de açúcar no Brasil, apresenta algumas questões e, da mesma forma, conclui que, a cultura da cana foi estabelecida através da violência da escravidão:

Desses trabalhos – qual o pior? O da fornalha? O do cosimento do caldo? O de rachar e carregar lenha? O de transportas as canas por entre atolheiros, espinhos, cobras? Ou limpar o canavial quasi nú e esfomeado?
Mas foi através desse sofrimento que se fundou a cultura da cana não só na Bahia, e em todos os outros Estados do Brasil.¹³⁴

Enfim, o autor de *Histórico da cultura da cana na Bahia* subestima a capacidade de reação das populações negras. Enxergando esse contingente populacional como uma sofredora multidão que, com seu sangue e suor, fundou a cultura da cana no Brasil, e nada mais.

4.5 A Dita dos Escravos Libertos e a Meia Siza dos Escravos Ladinos

Uma das características da escravidão no Brasil é que esse sistema foi o sustentáculo das economias colonial e imperial brasileiras. A escravidão, no Brasil, foi um empreendimento que contou com a participação do capital privado, com o aval da igreja e regulamentação e controle do Estado. Com efeito, traficantes, comerciantes, proprietários de engenhos, a igreja e o próprio Estado, obtiveram volumosos lucros com a exploração do comércio e mão de obra das populações negras, durante os 358 anos em que vigeu essa prática que vitimou milhões de seres humanos.

Embora saibamos que do ponto de vista jurídico, o Estado brasileiro tenha se constituído entre 1822 e 1824, quando da sua independência política e elaboração da sua primeira

¹³³ CERQUEIRA, Carlos Valeriano de. Op. Cit., p. 313.

¹³⁴ CERQUEIRA, Carlos Valeriano de. História da cultura da cana na Bahia. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. 4. v. Salvador: Manu/Benedictina, 1950, p.313.

constituição, porém, isso não impediu que desde o início do século XVI, direta ou indiretamente, o Estado, seja sob a tutela de Portugal ou no Brasil independente, sempre tributasse as transações comerciais envolvendo escravizados ou, posteriormente, até as atividades profissionais exercidas por libertos.

A tributação sobre o comércio de escravizados e sobre as suas próprias atividades profissionais e a importância dessa arrecadação para as finanças do Estado, era um tema sobre o qual não se tinha notícias nos estudos sobre a historiografia da escravidão no Brasil, pelo menos até 1949, ano da realização do Primeiro Congresso de História da Bahia.

Foi nessa oportunidade que o então jovem jornalista e professor de história, Walfrido Moraes (1916-2004), apresentou a tese *O Escravo na legislação tributária da província da Bahia*, na qual, além de traçar um panorama da história do Direito Fiscal brasileiro e sua relação com o escravismo, também fez um balanço das Leis Orçamentárias da Província da Bahia, entre 1836 e 1949.¹³⁵

Com esse objetivo, analisou a Lei nº 38, de 15 de abril de 1836, decretada pela Assembleia Legislativa Provincial, que em cinco dos seus vinte e dois artigos, na parte referente às suas receitas, tratou sobre a cobrança de tributos envolvendo o comércio de escravizados e sobre as suas próprias atividades profissionais, como no caso da cobrança da *Dita* dos escravos libertos, tributo que era cobrado ao indivíduo,

[...] mal afeito, ainda, á luz radiosa da liberdade e do direito sôbre si mesmo, atordoadado pelo encanto natural de seus atos depois de tanto tempo de submissão, encontrar o fisco a lhe exigir o tributo pelo simples fato de estar habitando numa terra adubada com o seu próprio suor, mas, que, onde tudo lhe era adverso e para onde viera contra todos os seus desejos!¹³⁶

Na introdução da tese apresentada, além de ressaltar o ineditismo do tema que iria tratar e de admitir possíveis imperfeições em virtude da exiguidade do tempo para concluir suas pesquisas, enfatizou que restava o conforto, por sua narrativa ser profundamente sincera,

¹³⁵ Em 1963 Walfrido Moraes publicaria o seu hoje clássico: MORAES, Walfrido. **Jagunços e Heróis** - A Civilização do Diamante nas Lavras da Bahia. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1963.

¹³⁶ MORAES, Walfrido. O escravo na legislação tributária da província da Bahia. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. 4. v. Salvador: Manu/Benedictina, 1950, p.199.

para em seguida elencar uma série de tributos cobrados pelo Estado com o comércio de escravizados:

O trabalho que tenho a honra de apresentar no Primeiro Congresso de História da Bahia, instituído pelo venerado Instituto Geográfico e Histórico, para as comemorações do IV^o Centenário da Fundação da Cidade de Salvador, é o resultado de uma série de pesquisas realizadas em fontes completamente inexploradas, até o momento, de referencia a escravos: as leis tributárias dos séculos passados.¹³⁷

Quanto ao ineditismo do tema, visto não termos como afirmar categoricamente a esse respeito, Walfrido Moraes, nesse trecho, parece confirmar essa opinião quando faz alusão às fontes inexploradas. Mas, voltemos às suas considerações:

Pela exigüidade de tempo, acredito na existência de imperfeições no meu trabalho. Valém, todavia, o conforto e a vaidade de que — o assunto é absolutamente inédito e a narrativa é profundamente sincera. Nunca se havia escrito, em verdade, a respeito de impostos incidentes sobre as sizas dos escravos ladinos; sobre os impostos de exportação de escravos; sobre os selos proporcionais dos seus passaportes; sobre as atividades profissionais dos escravos libertos! Nunca se havia apresentado a estatística de arrecadação desses tributos, nem mencionado a sua importância nas finanças da Província. É isso, pois, que o autor se propõe a realizar nas páginas que seguem, como pálida contribuição à história da Bahia.¹³⁸

Embora se constate a modéstia do autor, quanto à sua pálida contribuição à história da Bahia, conforme afirmou, diferente disso, seus estudos abriram novas perspectivas para o campo da historiografia e talvez pesquisadores da sociedade coeva não o tenham feito em razão de o tema escravidão despertar pouco interesse aos estudiosos da época. Da mesma forma, talvez pela ausência de documentação, haja vista que fez alusão à queima dos documentos referentes à escravidão pelo então ministro Ruy Barbosa no início da República, contraditoriamente, elogia – ou talvez ironize – Ruy Barbosa por essa atitude:

Quando assumiu as funções de ministro durante o Governo Provisório. No dealbar da República, o eminente Ruy Barbosa, orgulho da Bahia, mandou queimar os arquivos da escravatura. Pensava em apagar os rastros degradantes de uma época. Em todos os estados de opressão, porém, invertem-se as medidas: queima-se sempre, os documentos que falam em direitos de liberdade. Confirmação peremptória de que, Ruy, em todas as suas atitudes, sempre foi magnífico Apostolo da Justiça!¹³⁹

¹³⁷ MORAES, Walfrido. O escravo na legislação tributária da província da Bahia. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. 4. v. Salvador: Manu/Beneditina, 1950, p.183.

¹³⁸ MORAES, Walfrido. Op. Cit., p. 183.

Analisando a tese *O Escravo na legislação tributária da província da Bahia*, percebe-se, imediatamente, que em alguns aspectos a visão historiográfica do autor difere daquela que prevaleceu na maioria dos trabalhos apresentados no Primeiro Congresso de História da Bahia, embora afirme que o seu principal objetivo se restringia “[...] a exibir o escravo como peça de comércio, como elemento de circulação da riqueza, como meio de inversão de capitais na economia patriarcal, e, sobretudo, como incidência de receita pública”.¹⁴⁰

Objetivo, aliás, extremamente conservador, mesmo para sua época, haja vista a resistência escrava já ser objeto de estudo entre seus contemporâneos, constando, inclusive, no regulamento do Congresso a previsão para a apresentação de teses que abordassem a significação social do movimento de 1798 na Bahia,¹⁴¹ fato que não ocorreu, embora Braz do Amaral e Afonso Ruy de Santana já tivessem escrito sobre esse tema.¹⁴²

No que se refere à ausência de personalidade jurídica do escravizado e a atuação do fisco, Walfrido Moraes apresenta as seguintes considerações:

Ora se o escravo não tinha personalidade jurídica; se era considerado, apenas, como uma coisa, uma propriedade, um semovente, admitamos como justas as tributações impostas pelo Estado sobre os direitos que o senhor exercia sobre ele, e sobre as operações de compra e venda de que era objeto. Taxar-lhe, porém as atividades, e, até, o motivo de ser ladino – conforme estudaremos adiante em face da rubrica neste sentido – era uma coisa estarrecedora.¹⁴³

No argumento exposto pelo autor aqui estudado, percebe-se a sua perplexidade quando se refere à personalidade jurídica do escravizado, embora não questione tal coisificação, fato

¹³⁹ MORAES, Walfrido. Op. Cit., p. 182. Sobre as fontes e os arquivos baianos, posteriormente, Kátia Mattoso, contemporânea de Moraes, fez um minucioso balanço sobre a ausência de documentação e de estrutura para a pesquisa na Bahia à época. Ver: MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, Século XIX: Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 28-30.

¹⁴⁰ MORAES, Walfrido. O escravo na legislação tributária da província da Bahia. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. 4. v. Salvador: Manu/Beneditina, 1950, p. 187.

¹⁴¹ Artigo 6º do Regulamento do Primeiro Congresso de História da Bahia. Terceira Secção – História Econômica e Social § 18. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. Salvador, 1950. V.1. Salvador: Tipografia Beneditina Ltda, p. 16.

¹⁴² AMARAL, Braz Hermenigildo do. A conspiração republicana da Bahia de 1798. In: **Fatos da Vida do Brasil**. Salvador: Tipografia Naval, 1941, p. 5-17; RUY, Afonso. **A primeira revolução social brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

¹⁴³ MORAES, Walfrido. O escravo na legislação tributária da província da Bahia. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. 4. v. Salvador: Manu/Beneditina, 1950, p.191.

compreensível em virtude do contexto historiográfico em que estava inserido e também porque, conforme fez questão de anunciar, o foco da sua abordagem se resumia a enxergar o escravizado como mera mercadoria, como vimos, fato que visivelmente não consegue limitar-se, indo, porém, além da sua perspectiva inicial.

Continuando a sua análise, ao se referir sobre o artigo 6º da Lei nº 38/1836 que tratava da cobrança da *Meia siza* dos escravos ladinos, Walfrido Moraes nos proporciona uma interessante reflexão:

Na conceituação de vernaculistas eminentes, o termo ladino tem sentido de inteligente, atilado, esperto. E, os nossos legisladores de 1836, por certo, não pensavam de outra maneira. Não davam interpretação diversa do vocábulo.

Em se tratando, porém, de escravo, ser ladino era motivo de tributação. Um negro não tinha direito de ser inteligente, de se destacar pelo espírito ou pela lógica, pela vivacidade ou pela educação, pela cultura ou atividades profissionais, sem que, o fisco, não fôsse ao seu encontro, ou ao encontro de seu senhor, do seu proprietário, do seu dono, reclamando o imposto devido. É o que se evidencia do § 6º do Decreto-lei nº 38, de 15 de abril de 1836!

Esse simples dispositivo de lei reúne, porém, uma grande, uma imensa lição: o talento, o valor pessoal do indivíduo, mesmo nas classes relegadas à humilhante condição de cativo sempre tiveram o seu destaque. Em meio da massa sofredora das senzalas, é espantoso o fato de como o govêrno daquela época, sem aparelhagem fiscal eficiente, conseguia identificar um escravo ladino para lhe impor a obrigação de meia siza anual sôbre o seu valor intrínseco, tão somente por considerá-lo ladino.

O certo é que, essa condição, do negro, até o século XVIII, foi motivo de fonte de receita para os cofres públicos da Província da Bahia.¹⁴⁴

Aqui, temos a oportunidade de fazer novas inferências e interpretações sobre as observações de Moraes. A meu ver, o autor de *O escravo na legislação tributária da Província da Bahia*, embora sem a devida pretensão, coloca em discussão não apenas o fato de o escravizado, na condição de ladino, ser alvo da ação do Estado que buscava tributá-lo ou tributar até as suas atividades profissionais. A discussão subjacente gira em torno da “ficção jurídica” que insistia em tratá-lo como simples mercadoria, no entanto, quando vantajoso, o Estado atribuía-lhe a condição de pessoa, ou seja, o escravizado deixava a condição de mera mercadoria e passava à de ser humano, pelo menos até quando essa condição gerava receitas para os cofres públicos.

¹⁴⁴ MORAES, Walfrido. O escravo na legislação tributária da província da Bahia. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. 4. v. Salvador: Manu/Beneditina, 1950, p.193.

A esse respeito, Sidney Mintz e Richard Price fizeram considerações importantes, tentando demonstrar o que eles definiram como, a contradição central da escravatura no Novo Mundo:

Os escravizados eram legalmente definidos como bens; entretanto, sendo humanos, eram solicitados a agir de maneiras sencientes, articuladas e humanas: os escravos não eram animais. Ainda que as barbaridades praticadas contra eles fossem desumanas. Por parte dos senhores, a aceitação — amiúde não questionada — de seu direito de tratar os escravos como se estes não fossem humanos racionalizava o sistema de controle. Na prática, porém, é muito claro que os senhores reconheciam estar lidando com semelhantes humanos, ainda que não dispusesse a admiti-lo. Os animais não conseguem aprender a falar uma nova língua, a empregar ferramentas e máquinas na produção do açúcar, a dirigir equipes de companheiros na execução de tarefas, a cuidar dos enfermos, preparar jantares sofisticados, compor danças e poemas — ou já que estamos no assunto, a se tornarem peritos em ridicularizar com impunidade as asneiras daqueles que os destravavam. Os animais tampouco organizam formas de resistência, envenenam seus opressores, lideram revoluções ou cometem suicídio para escapar de suas agonias.¹⁴⁵

Em resumo, na sua abordagem, Walfrido Moraes não questiona o processo de desumanização vivenciado pelos escravizados. Não era esse o seu propósito, mas sim questionar a ação do Estado em tributar até as atividades profissionais dos escravizados, postura essa, ao que tudo indica, inovadora na historiografia da escravidão no Brasil.

As influências de Gilberto Freyre são nítidas em sua abordagem historiográfica, como nas dos demais estudiosos da sua época, sobretudo quando aborda a família escravocrata dominante e a sua relação com os escravizados. Todavia, as suas conclusões estão longe daquela romanceada e adocicada envolvendo senhores e escravizados, conforme propôs o sociólogo pernambucano.

No momento em que aborda o tema *Psicologia da sociedade brasileira escravocrata*, através do orçamento da Receita e Despesas Públicas, expõe a relação de dependência estabelecida entre a família escravocrata dominante e a mão de obra da população negra para, em seguida, concluir:

¹⁴⁵ MINTZ, Sidney.; PRICE, Richard. **O nascimento da cultura Afro-Americana: uma perspectiva antropológica.** Edição revista de 1992. Rio de Janeiro, Pallas/Universidade Cândido Mendes, 2003, p. 45.

Como não ignora nem mesmo o estudante elementar de antropologia, êsses negros exerceram uma influência fundamental em nossa formação econômica, espiritual, cultural e eugênica.

Arrancados de suas tribus, á fôrça ou sob promessas enganadoras, vieram eles concorrer para o desenvolvimento de um país que despertava, dando-nos o melhor de suas energias.¹⁴⁶

Das teses selecionadas e analisadas nesta pesquisa, *O escravo na legislação tributária da Província da Bahia* foi uma das poucas em que seu autor inovou no seu objeto de estudo, além de expor de forma não estereotipada a participação das populações negras no processo civilizatório brasileiro, assunto que retomarei nas considerações finais.

4.6 Ficam Abolidos os Castigos de Batedouros e de Tronco

Frei Gregório de San Marino, autor de *Capuchinhos na Bahia* se propôs a escrever a história dos capuchinhos desde a vinda dos primeiros religiosos para a Bahia, em 1646, até 1900. Inicialmente, assim como Oséas Araújo, autor de *Notícias sobre a Polícia Militar da Bahia no século XIX*, e Walfrido Moraes, de *O escravo na legislação tributária da província da Bahia*, demonstra sua preocupação com os arquivos locais, bem como com a ausência de documentos para atingir seus objetivos, porém, utilizando-se da documentação de que dispunha, terminou por produzir seu trabalho.¹⁴⁷

Apesar de suas ponderações sobre a documentação, seus escritos estão subdivididos em dez bem documentados capítulos: *fontes históricas, época da vinda dos Capuchinhos à Bahia, Igreja e conventos dos Capuchinhos na Bahia 1677-1900; atividades dos Capuchinhos na Bahia; Capuchinhos abolicionistas*, dentre outros.

É no capítulo *Capuchinhos abolicionistas* que o autor aqui estudado vai apresentar a história de Frei José de Bolonha, um capuchinho italiano que chegou à Bahia, em 1779, e tornou-se o religioso pioneiro na luta contra a escravidão e, em consequência, sofreu duras perseguições, inclusive da Igreja, por sua atuação. Antes de apresentar os feitos e as perseguições sofridas pelo frei abolicionista, Gregório Marino informa que:

¹⁴⁶ MORAES, Walfrido. O escravo na legislação tributária da província da Bahia. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. 4. v. Salvador: Manu/Beneditina, 1950, p. 186-187.

¹⁴⁷ MARINO, Frei Gregório de S. Os Capuchinhos na Bahia. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. 4. v. Salvador: Manu/Beneditina, 1950, p. 509-510.

Os primeiros Capuchinhos que tocaram na Bahia, vieram e permaneceram algum tempo por causa do itinerário da navegação portuguesa com as colônias da África. O primeiro grupo, formado de cinco religiosos, dirigidos ao Congo e Angola, aportaram na Bahia em começo de 1646 e ficaram três meses.¹⁴⁸

Notamos que a vinda dos primeiros religiosos para a Bahia está diretamente ligada ao tráfico de africanos para serem escravizados. Sabemos que uma das missões dos capuchinhos, assim como o da maioria dos religiosos cristãos, nessas suas idas e vindas ao Congo, Angola e também quando chegaram à Bahia, era levar, pela cruz ou espada, a mensagem de Cristo aos povos que seriam resgatados para o cristianismo, como também era denominado o tráfico de africanos.

O envolvimento dos capuchinhos com o tráfico de escravizados ocorria nos dois lados do Atlântico e “Nos dias que passaram na Bahia, estes bons Missionários ocuparam-se no sagrado ministério, pregando, confessando, assistindo aos moribundos, tomando parte em todos os atos do culto público e particular.”¹⁴⁹

Após viver 14 anos na Bahia a serviço de Deus, conforme informou Gregório Marino, frei José de Bolonha, em 1794, começou a propagar que a escravidão era ilegítima e contrária à religião e, por isso, deveria ser extinta. Punido pelo arcebispado e pelo governador da Bahia, dom Fernando José de Portugal, o frei abolicionista foi proibido de confessar e recebeu ordem para sair da Província.¹⁵⁰

Segundo o autor de *Capuchinhos na Bahia*, as concepções abolicionistas de Frei José de Bolonha não eram um caso isolado: “Estava na alma da Ordem dos capuchinhos e se manifestou também pela legislação da mesma.”¹⁵¹ A partir daí apresentará a Circular do Comissário Geral dos Missionários Capuchinhos no Brasil, encontrado nos Arquivos do Convento da Piedade, considerada por Gregório Marino “[...] peça cheia de caridade e dá regras definitivas sobre o comportamento dos religiosos para com os escravos.”¹⁵²

¹⁴⁸ MARINO, Frei Gregório de S. Os Capuchinhos na Bahia. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. 4. v. Salvador: Manu/Beneditina, 1950, p. 511.

¹⁴⁹ MARINO, Frei Gregório de S. Op. Cit., p.511.

¹⁵⁰ MARINO, Frei Gregório de S. Os Capuchinhos na Bahia. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. 4. v. Salvador: Manu/Beneditina, 1950, p.536.

¹⁵¹ MARINO, Frei Gregório de S. Op. Cit., p. 536.

¹⁵² MARINO, Frei Gregório de S. Op. Cit., p. 536-537.

O documento, embora imponha regras aos Capuchinhos no que se refere ao trato com os escravizados, por outro lado conjecturava que:

A única razão que pareceria de algum valor para coonestar [parecer honesto] a existência – entre nós – de servos na condição de escravos, é: o abuso que provavelmente muitos fariam da liberdade alcançada, por serem – é verdade – esses infelizes de pouca ou nenhuma religião, brutos, sem educação e inclinados a todos os vícios.¹⁵³

Da Circular consta ainda, que a caridade de Deus deverá ser difundida em abundância e que não existe diferenças entre os homens, mas sim um só homem em Cristo. Nessa concepção teológica, apenas um tipo de escravidão seria permitido por este documento, a do castigo judicial que, apesar de o autor não fornecer outros dados, salvo engano, refere-se ao castigo divino.¹⁵⁴

Assim como outros congressistas que abordaram o tema da escravidão, Gregório Marino condena-a veementemente. Para ele:

A escravidão é uma das maiores aberração da humanidade. Tirar a liberdade à creatura humana, diminuir a personalidade, transformar o homem em “cousa”, em mercadoria que se pode comprar e vender, negociar a capricho... é um absurdo perante a razão, e um crime hediondo perante Deus. Não se compreende como a escravatura pode ser admitida, com foros de legalidade, no seio de nações católicas, inclusive o Brasil.¹⁵⁵

Nesse trecho, percebemos que o autor que considera um absurdo perante a razão, “escravizar um irmão”, contraditoriamente, via na Circular do Comissário Geral, documento que admitia a escravidão daqueles considerados infelizes de pouca ou nenhuma religião, uma peça cheia de caridade.

A intenção de Gregório Marino no capítulo intitulado *Capuchinhos abolicionistas* é apresentar o pioneirismo do Frei José de Bolonha e uma legislação produzida pela Ordem dos Capuchinhos, que regulamentava a utilização da mão de obra escrava no interior da Instituição.

¹⁵³ MARINO, Frei Gregório de S. Os Capuchinhos na Bahia. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. 4. v. Salvador: Manu/Beneditina, 1950, p. 537.

¹⁵⁴ MARINO, Frei Gregório de S. Op. Cit., p. 537.

¹⁵⁵ MARINO, Frei Gregório de S. Op. Cit., p. 535.

A fim de resgatar a imagem positiva desse membro da Ordem que incorporou o ideal antiescravista e foi punido por essa atitude, o autor de *Os Capuchinos na Bahia*, relata:

A história nos deixou o nome de Frei José de Bolonha, como pioneiro, e o mais distinto entre seus irmãos, nesta santa batalha. Coincidência admirável!... é na Bahia que um pobre Capuchinho abre a campanha e sofre pela libertação dos escravos, em 1794, e, um século mais tarde, o maior filho ilustre da Bahia, Ruy Barbosa juntamente com outros baianos e brasileiros ilustres leva ao triunfo definitivo a santa causa!¹⁵⁶

É justo que Gregório Marino ressalte os feitos do capuchinho que sofreu por ser contra a escravidão. No entanto, as ações da igreja em bendizer ou até ser proprietária de escravizados, assim como o postulado que tratava das possibilidades em se admitir a escravidão contida na Circular, não foram submetidos a uma crítica pelo autor de *Os Capuchinhos na Bahia*, mesmo que levasse em consideração a mentalidade escravista da época em que os documentos foram produzidos.

Se a intenção de Gregório Marino era demonstrar o papel pioneiro exercido pelo frei José de Bolonha no combate ao escravismo, certamente tal revisão histórica não invalidaria os feitos e ações do capuchinho italiano que “[...] primeiro nos sertões da Bahia, advogou a causa da emancipação dos escravos [e que], como verdadeiro apóstolo, sofreu perseguições e desterros.”¹⁵⁷

Após informar que a escravidão não poderia ser tolerada no interior da Ordem e que a caridade que iria praticar não viesse a se tornar um mau, o Secretário Geral da Ordem determinou:

1º – É absolutamente proibido a venda de qualquer escravo e sob qualquer pretexto.

2º – É permitido aos Prefeitos e aos Superiores dos Hospícios e aos Missionários estabelecidos nalguma Missão determinada, a aquisição de um ou mais escravos, conforme as exigências do serviço comum; mas não será lícito a qualquer outro missionário: a) a compra de escravos; b) o tê-los para o serviço particular próprio, dentro dos Hospícios ou logares não mui distantes, sem licença especial do Superior imediato.¹⁵⁸

¹⁵⁶ MARINO, Frei Gregório de S. *Os Capuchinhos na Bahia*. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. 4. v. Salvador: Manu/Beneditina, 1950, p. 535

¹⁵⁷ MARINO, Frei Gregório de S. Op. Cit., p. 535.

¹⁵⁸ MARINO, Frei Gregório de S. Op. Cit., p. 538-539.

Como podemos notar, essa determinação estava completamente em oposição às leis escravistas estabelecidas até aquele momento, sobretudo no que diz respeito à compra de escravizados e à utilização da sua mão de obra por particulares. Mas continuemos com a transcrição:

3º – Apenas feita a aquisição de algum escravo, ser-lhe á dada carta de alforria, que lhe será entregue oportunamente, como se estatue em seguida

4º – Os Superiores por si próprios ou por algum de sua nomeação, cuidarão, com toda diligência, da instrução cristã dos Escravos, observando as repetidas ordenações da Sda. Congregação da Disciplina Regular. Notem que para os que ainda não foram batizados, ou que ignoram as verdades necessárias a saberem-se a instrução há de ser feita, possivelmente, todos os dias. Pelo que a consciência dos Superiores fica gravissimamente responsável.

5º – Aos escravos que ainda não foram batizados, se lhes comunicará a carta de alforria (feita já no começo), quando estiverem suficientemente instruídos para poderem receber os Sacramentos do Batismo, da Crisma, da Penitência e da Eucaristia, cousa que não pode exigir se não o lapso de poucos anos, se a instrução há de ser feita, possivelmente, todos os dias. Pelo que a consciência do Superior, mas de forma alguma, quer para os primeiros quer para os segundos, não poderá ser prolongada além dos seis anos, computando-se para os escravos já existentes, o tempo do seu serviço passado.¹⁵⁹

Aqui, importante destacar a intenção do legislador em fazer cumprir a lei, tendo em vista a possibilidade de algum membro da Ordem, de forma deliberada, tentar burlá-la, adiando o batismo do escravizado a fim de não lhe conceder a alforria. Por fim,

6º – Ficam abolidos os castigos de batedouros e de tronco especialmente no pescoço e ordena-se aos Superiores que destruam esses instrumentos, permitindo-se somente alguma punição moderada e paternal, quando houver verdadeira necessidade, podendo a ameaça de lhe deferir a alforria, por si só, refreá-los na maioria dos casos.

Rio de Janeiro, 1º de Novembro de 1848.

Frei Fabiano.¹⁶⁰

De fato, foram medidas adotadas que estavam na contramão do escravismo praticado no Brasil. Porém, lendo o documento nas entrelinhas, percebemos que ao mesmo tempo em que tais deliberações revelam uma preocupação dos missionários com a violência do

¹⁵⁹ MARINO, Frei Gregório de S. Os Capuchinhos na Bahia. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. 4. v. Salvador: Manu/Beneditina, 1950, p. 539.

¹⁶⁰ MARINO, Frei Gregório de S. Op. Cit., p. 539.

escravismo, demonstra a existência da prática da tortura no âmbito da Instituição, sobretudo quando interpretamos o artigo 6º do documento, constatação esta que não invalida, tampouco desqualifica as importantes medidas adotadas pelos capuchinhos na Bahia, sobretudo quando constatamos que a maioria das ordens religiosas no Brasil escravizou homens, mulheres e crianças, aproveitando-se exaustivamente das suas forças de trabalho.

A Circular do Comissário Geral dos Missionários Capuchinhos, apresentada por Gregório Marino, é um documento que contém alguns avanços em relação à legislação e mentalidade escravista da época. Cabe notar, porém, que a punição sofrida pelo Frei José de Bolonha remete ao ano de 1794, enquanto a Circular é datada de 1848, portanto, decorridos 54 anos da punição ao Frei José de Bolonha é que a Ordem dos Capuchinhos produziu uma legislação que, em certa medida, acabava com a tortura e previa o fim da escravidão no interior da Instituição.

Outro detalhe é que a deliberação do Comissário Geral da Ordem, diferente das ações de Frei José de Bolonha, não foi adotada por motivos humanitários ou antiescravistas, mas sim, por uma provável recompensa divina que os “Superiores” da Ordem dos Capuchinhos acreditavam receberem, em virtude de terem praticado elevado ato de caridade em favor dos cativos:

Uma obra de grande caridade em favor deles, pois entre tantas mãos venais e cruéis acharão uma, misericordiosa, que se estende para êles, afim de libertá-los, ao mesmo tempo, da dupla escravidão do corpo e da alma. Um serviço útil para nós, de que poderemos gosar sem remorsos: justa retribuição do grande bem que a eles acabamos de fazer.¹⁶¹

Os Capuchinhos na Bahia foi uma daquelas teses apresentadas no Primeiro Congresso de História da Bahia, na qual as populações negras foram abordadas, sobretudo para louvar os feitos de uma corporação ou instituição. Medida, de certo modo, até compreensível, visto que o objetivo do seu autor era destacar a benevolência e a caridade dos capuchinhos e apresentar uma legislação antiescravista no interior da igreja. Por outro lado, no que se

¹⁶¹ MARINO, Frei Gregório de S. *Os Capuchinhos na Bahia*. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. 4. v. Salvador: Manu/Beneditina, 1950, p. 538-539.

refere a novos objetos de estudo, a tese apresentou um tema pouco estudado até os nossos dias, ou seja, religiosos que se insurgiram contra a escravidão no Bahia.

4.7 A História da África Para o Conhecimento do Passado Baiano

Alguns trabalhos apresentados no Primeiro Congresso de História da Bahia tiveram como centro das suas respectivas abordagens a preocupação com o documento histórico, com a pesquisa e com a eleição de novos temas de estudos. A maioria desses trabalhos foram apresentados pela delegação de Portugal e publicados no segundo volume dos Anais.¹⁶²

Esse foi um dos propósitos de *Relação da África Portuguesa com a Bahia ou Plano dum trabalho e apresentação dos primeiros elementos*, tese apresentada pelo congressista português e antigo diretor da Biblioteca de Évora, Luis Silveira.

Em sua tese, Luis Silveira esboça a sua preocupação relativa ao fato de que pesquisadores baianos tenham acesso a documentos referentes ao Brasil e à Bahia, sob a rubrica África, os quais se encontravam dispersos em arquivos portugueses.

Embora reconheça que pesquisadores brasileiros já estudavam a África, porém à base de observações feitas no Brasil, diz ser importante inverter esses estudos, ou seja, que as populações africanas sejam estudadas a partir de seu local de origem e, para isso, conclama que o Primeiro Congresso de História da Bahia estude uma solução para que pesquisadores baianos possam visitar não só os arquivos portugueses, como também a própria África, sobretudo a chamada África portuguesa.¹⁶³

¹⁶² As teses da delegação portuguesa publicadas no volume 2 dos Anais foram as seguintes: **Índice abreviado dos documentos do século XVII do Arquivo Histórico Colonial de Lisboa**, apresentada por Luis Fonseca (esse Congressista catalogou 4384 documentos que fazem referencia à Bahia e ao Brasil); **Para a História dos Ávilas na Bahia**, de Eduardo Dias; **Relação da África Portuguesa com a Bahia** ou (plano dum trabalho e apresentação dos primeiros elementos), por Luis Silveira; **Subsidio para a história da Cidade Bahia**, também de Luis Fonseca; **A Situação da Bahia na primeira década da restauração - os Judas do Brasil**, por Hernani Cidade; **Navegação entre Portugal e a Bahia de 1801 a 1808** (Documentos do Arquivo Colonial); **Documentos de interesse biográfico para a Bahia copiados do Arquivo Colonial - Séculos XVII e XVIII**; e **Liberdade e Limitação dos Engenhos d'Açucar**, os três foram apresentadas por Maria Isabel de Albuquerque.

No volume 5 também consta a tese **Tomé de Souza - Cópia de três cartas existentes na torre do Tombo, coleção São Lourenço**, apresentada por Pedro Calmon; e **Documentos valiosos dos arquivos bahinos**, apresentada por Alfredo Vieira Pimentel.

¹⁶³ SILVEIRA, Luis. *Relação da África Portuguesa com a Bahia*. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. 2. v. Salvador: Tipografia Beneditina Ltda, p. 390.

O autor de *Relação da África Portuguesa com a Bahia*, demonstrando amplo conhecimento das relações envolvendo os dois lados do Atlântico, até porque tem acesso a fontes ainda pouco estudadas, antecipa uma discussão fundamental para se conhecer a história da África e a própria história do Brasil, principalmente uma história das populações negras no Brasil, levando em conta o seu passado no processo civilizatório africano e não apenas como populações escravizadas nas Américas, como geralmente é comum nessas abordagens.¹⁶⁴

Em sua tese, Luis Silveira, informa:

A história da África portuguesa projeta-se, porém, na Bahia por uma rede múltipla de ligações econômicas, políticas, estratégicas, e étnicas, de tal modo que a história que eu um dia gostaria de escrever se chamaria "Relações da África Portuguesa com a Bahia", ou ainda, "Contribuição da África Portuguesa para o desenvolvimento da Bahia", entendendo por êste título não propriamente um louvor aos portugueses, mas com a serena observação a que o espírito científico obriga, e com entusiasmo, mas sem paixão, um relato tão seguro quanto possível de como o admirável espírito de unidade que presidiu à expansão portuguesa, possibilitou com massas humanas de origens diversas, com interesses agrícolas por vêzes concorrentes e com a separação enorme do Atlântico, fazer que a África por nós ocupada constituísse com o Brasil (Estado por assim dizer em potência desde os primeiros estabelecimentos) um todo que se interajudava, e especialmente o progresso da terra grande [que] foi, e é, a Bahia.¹⁶⁵

Assim, após expor seu plano e seu método de análise das fontes, comentou sobre a importância de se conhecer o passado africano:

E exposto a idéia fundamental do trabalho que trago entre mãos, direi o método que estou seguindo, e é este: começar metodicamente por explorar os núcleos de manuscritos, e depois os de impressos, de cada uma das bibliotecas portuguesas, relacionando e copiando todos os documentos africanos de Portugal que sirvam direta ou indiretamente, para melhor compreensão do passado bahiano.¹⁶⁶

Destarte, para melhor compreender esse passado, e preocupado com os documentos importantes para a história da Bahia os quais, segundo ele, "[...] só episodicamente os investigadores brasileiros e portugueses têm lançado os olhos [...]"¹⁶⁷ esboça o seu desejo

¹⁶⁴ Essa discussão se tornou mais atual a partir da sanção da Lei 10.639/03, que alterou a LDB, Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996 e estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana". Diário Oficial da União, 10 jan.2003.

¹⁶⁵ SILVEIRA, Luis. *Relação da África Portuguesa com a Bahia*. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. 2. v. Salvador: Tipografia Beneditina Ltda, p. 390.

¹⁶⁶ SILVEIRA, Luis. Op. Cit., p. 392.

¹⁶⁷ SILVEIRA, Luis. Op. Cit., p. 389.

de um dia escrever uma história das relações entre a África portuguesa e a Bahia, por isso o subtítulo da sua tese, *Plano dum trabalho e apresentação dos primeiros elementos*.

Ainda que seu plano de trabalho necessite de uma crítica na justificativa, por se referir a ligações étnicas e inter-ajuda entre Bahia e Portugal, sem pontuar que tais processos ocorreram através da escravização de milhões de africanos, tanto em Portugal como na Bahia, do ponto de vista historiográfico a proposta de Silveira abriu novas perspectivas no campo da pesquisa e, assim, sua tese revelou-se inovadora no conjunto dos trabalhos apresentados no Primeiro Congresso de História da Bahia.¹⁶⁸

Trata-se de trabalho criterioso no qual apresenta oito cópias de documentos que estão arquivados na Biblioteca de Évora sob os *Códices CXVI/2-10; 15*, ou seja, “Livro de Registos de Regimentos, Provisões e Ordens do Governo da Ilha de Cabo Verde”, produzidos entre os séculos XVII e XVIII, os documentos, além de fornecerem informações sobre a regulamentação, comércio e tráfico de escravizados, permitem que o pesquisador, mesmo valendo-se de fontes que revelam profundo etnocentrismo, no entanto, se lidos nas “entrelinhas”, observando-se o contexto histórico no qual foram produzidos, revelam-se preciosos para a compreensão de muitas culturas africanas no seu próprio local de origem, assim como o olhar que os estrangeiros lançaram sob esses povos.

Em dois desses documentos apresentados por Luis Silveira – “Pratica para baptizar os Adultos // do Gentio dos Reynos de Angola”, e “Ritos gentílicos e superstições, que observão os negros do gentio deste Reyno de Angola desde o seo nascimento. Athe à morte” – e que para o congressista português, “Da leitura cuidadosa desses dois documentos, principalmente do segundo [...] os estudiosos bahianos colham elementos para a análise de costumes, tradições e usanças dos negros na Bahia.”¹⁶⁹

¹⁶⁸ Certamente se seu plano tivesse boa acolhida e levado a sério pelos congressistas e autoridades educacionais, ao longo desses cinquenta e sete anos que separam as comemorações quadricentenária e a data da sanção da Lei 10.639/2003, o nosso ensino de história já contemplaria a diversidade cultural brasileira, sem a necessidade de uma lei que exigisse tal inclusão.

¹⁶⁹ SILVEIRA, Luis. Relação da África Portuguesa com a Bahia. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. 2. v. Salvador: Tipografia Beneditina Ltda, p. 393.

De fato, como alertou o criterioso investigador, convém fazer-se leitura cuidadosa dos documentos e submetê-los a uma crítica, a fim de evitar a reprodução dos etnocentrismos e anacronismos. Com essas observações o autor de *Relação da África Portuguesa com a Bahia*, além de demonstrar a sua preocupação com a pesquisa histórica, também apresenta novos elementos de estudos para a compreensão do passado baiano. Seu trabalho, dentre os analisados, revelou-se um dos mais criteriosos apresentados no Primeiro Congresso de História da Bahia.

4.8 Um Povo Bravo e Forte, Os Escravos e Os Autóctones

Foi com a intenção de divulgar a história da evolução econômica da Bahia que a professora Nathalia Vinhaes, na apresentação de sua tese *O açúcar, o fumo e o cacau como principais fatores econômicos da Bahia*, afirma que:

Sendo o Brasil, um país novo porque a sua história só teve início nos tempos modernos, quando descoberto e colonizado por **um povo bravo e forte** [grifo meu], porém, que não dispunha de grandes meios para nos favorecer de muitos recursos econômicos, a nossa história econômica, apresenta assim, aspectos que lhes são peculiares.¹⁷⁰

Apesar desse seu propósito, adverte que a história de um país não pode ser integralizada apenas em seus aspectos econômicos, mas também em religiosos, políticos e na sua vida cultural. Todavia, continua a autora, ainda que considerando esses aspectos, centralizará a sua abordagem em fatores econômicos, pois, para ela, a civilização brasileira teve início à sombra da europeia e por isso, a nossa primeira orientação seguiu os moldes daquele continente, daí a sua abordagem começar pelos ciclos econômicos do açúcar, do fumo e do cacau.¹⁷¹

A autora dedica apenas algumas linhas ao tema do escravismo, sendo que a escravidão aparece, no contexto do seu estudo, apenas para justificar que a sua existência se deu em

¹⁷⁰ VINHAES, Nathalia Gomes da Costa de. O açúcar, o fumo e o cacau Como Principais Fatores Econômicos da Bahia. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia. Salvador. 4. v.** Salvador: Tipografia Beneditina Ltda, p. 241.

¹⁷¹ VINHAES, Nathalia Gomes da Costa de. Op. Cit., p.241.

virtude da necessidade de um povo bravo e forte, como se refere aos colonizadores, cultivar plantas tropicais:

Foi, justamente a necessidade de cultivar as plantas tropicais, que foram e são as que se aclimatam ao nosso meio, que levou ao colonizador, a idéia de trazer para aqui a grande massa de escravos para se unir à população autóctone, povo ainda primitivo e que se odiava no período da pedra polida, para lhes assegurar o trabalho da lavoura.¹⁷²

Com o cuidado de não cometer anacronismos ou instituir comparações extemporâneas, porém, dado o contexto histórico no qual a historiadora estava inserida, é nítida a sua intenção de estabelecer uma hierarquia entre povos. Isso porque, enxergar na escravidão apenas a necessidade de o colonizador cultivar plantas tropicais e que este trouxe as populações africanas simplesmente para se unir *aos* autóctones primitivos, constitui-se de análise que se revela, no mínimo, desfocada da realidade histórica e contexto historiográfico da sua época.

Após essas considerações, ela faz um breve histórico da cana de açúcar, do fumo e do cacau, apontando os seus respectivos processos de industrialização e exportação, e finaliza afirmando que os progressos da nossa lavoura foram lentos por causa da persistência da escravidão, realidade que terminou por retardar, conclui, o emprego de novas técnicas e maquinários.¹⁷³

Na parte intitulada *O escravo e o açúcar*, utiliza como fonte um livro didático cuja segunda edição fora publicada em 1944, a fim de estabelecer números para a quantidade de escravizados que trabalhavam na produção açucareira os quais, em sua maioria, pertencia ao grupo Banto e foram enviados para o Rio de Janeiro e Recife, enquanto os Andaneses (sudaneses) foram especialmente trabalhar nos mercados de Salvador.¹⁷⁴ Sobre o tráfico de populações africanas escravizadas, afirma:

¹⁷² VINHAES, Nathalia Gomes da Costa de. O açúcar, o fumo e o cacau Como Principais Fatores Econômicos da Bahia. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia. Salvador. 4. v.** Salvador: Tipografia Beneditina Ltda, p. 242.

¹⁷³ VINHAES, Nathalia Gomes da Costa de. Op. Cit., p.242.

¹⁷⁴ VINHAES, Nathalia Gomes da Costa de. Op. Cit., p.246-7. A autora fornece os seguintes dados sobre o livro didático: “Conforme observa o prof. Aroldo de Azevedo no seu livro didático Geografia do Brasil para a 3ª série ginasial 2ª edição (1944) à pag. 108 [...]”.

O aspecto do tráfico de escravo (sic) era vergonhoso, pois, os Tumbeiros, navios negreiros traziam também a bordo os Faganhões que tinham o prazer de contar 300 a 500 “fôlegos-vivos” que vinham trabalhar para o Senhor de engenho, aquele que passando faustosamente, não conheciam quantos milhares de pessoas sofriam por êle.¹⁷⁵

Assim como outros congressistas, a autora, revelando ou não os seus conceitos e até preconceitos, visto apenas afirma que os proprietários de escravizados desconheciam quantos homens e mulheres sofriam em seus benefícios, que os primeiros habitantes do Brasil eram simplesmente um povo primitivo e que se odiava no período da pedra polida, termina por utilizar a história como suporte ideológico para justificar a missão civilizadora do colonizador “bravo e forte”, como se referiu aos portugueses e que, segundo ela, desconhecia a violência da escravidão.

4.9 Dando Trabalho ao Corpo de Polícia

A tese *Notícias sobre a Polícia Militar da Bahia no século XIX*¹⁷⁶, apresentada pelo congressista e também major da Polícia Militar, Oséas Araújo, consiste, basicamente, na seleção, apresentação e comentário de alguns documentos históricos, buscando vinculá-los à instituição que estava filiado. São algumas leis provinciais, posturas municipais, atas da Câmara, ordens do dia e regulamentos da Polícia Militar, notas de jornais, dentre outros documentos que fazem referência à Instituição. Contudo, o seu autor não estabelece quaisquer conexões entre essa documentação, além de não problematizar os temas abordados.

Talvez este fato decorra em virtude de o autor afirmar que o seu objetivo se restringia a apresentar algumas notícias da Polícia Militar no século XIX, como fez questão de evidenciar:

Este trabalho não se constitui, portanto, uma história da Polícia Militar, mas como diziam dos seus escritos os primeiros historiadores da Pátria, uma *notícia apenas*, um passo avançado, para que, amanhã, *ela se inscreva* como uma página de luz, entre as muitas da existência grandiosa da nossa adorada Bahia.¹⁷⁷

¹⁷⁵ VINHAES, Nathalia Gomes da Costa de. O açúcar, o fumo e o cacau Como Principais Fatores Econômicos da Bahia. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia. Salvador. 4. v.** Salvador: Tipografia Beneditina Ltda, p. 247.

¹⁷⁶ ARAÚJO, Oséas Moreira de. **Notícias sobre a Polícia Militar da Bahia no século XIX.** Bahia: imprensa Oficial, 1949. Tese apresentada na 1ª secção - História Geral, do Primeiro Congresso de História da Bahia.

¹⁷⁷ ARAÚJO, Oséas Moreira de. Op. Cit., sem paginação.

A tese está subdividida em três partes, sendo que a primeira, *O corpo de polícia*, é a que mais interessa para este estudo, tendo em vista ser dedicada a inserir a Polícia Militar em alguns momentos relevantes da História da Bahia do século XIX. Em alguns capítulos faz referência direta à população negra, embora pudesse fazer em todo o conjunto da obra, visto que os temas abordados possuem estritas relações entre o Corpo de Polícia e as populações negras e escravizadas. Exemplo disso é quando faz alusão ao recrutamento de homens para a Guarda Nacional e que combateram na Guerra do Paraguai:

O recrutamento se procedia no Interior da Província, nos dias de feiras ou no Domingo da Missa, quando o recrutador requisitando a força mandava fechar as saídas das ruas e prendia, segundo o número que lhe fosse recomendado, os indivíduos mais robustos. Nas capitais recrutavam-se os desocupados. Assim, pois recrutamento era um castigo.¹⁷⁸

Notamos aqui que, embora Oséas Moreira narre como se dava o recrutamento para essa corporação, inclusive descrevendo o perfil dos recrutados, no entanto, trata-os como de fosse uma multidão de anônimos. Não qualifica esses “desocupados”, não faz referência sobre quem eram esses indivíduos robustos e qual a sua condição na estrutura social, embora, dado o contexto social da época, sabemos que em sua maioria tratava-se de jovens negros.

Procedimento diferente adota em *Disciplina, ordem pública e costumes* [da corporação], no qual, talvez, fosse um dos capítulos em que o autor pudesse narrar os feitos da corporação sem mencionar as populações negras, no entanto, o autor informa que

Na noite de 24 para 25 de janeiro de 1835, revoltaram-se os africanos e se reuniram em uma casa à Ladeira da Praça que foi cercada por força do Corpo de Polícia, pessoalmente comandada pelo Tenente-coronel Almeida Sande. Os amotinados, mais de trezentos, lutaram ferozmente e deixando muitos mortos conseguiram romper o cêrco, seguindo em direção ao Bonfim. O Chefe de Polícia Gonçalves Martins, com tropa de polícia foi ao encontro dos mesmos e lhes deu combate.

Em vista disso, os africanos de raça nagô, que eram de instinto feroz, foram expulsos, reconduzidos para a terra onde nasceram.¹⁷⁹

¹⁷⁸ ARAÚJO, Oséas Moreira de. **Notícias sobre a Polícia Militar da Bahia no século XIX**. Bahia: imprensa Oficial, 1949, p. 124.

¹⁷⁹ ARAÚJO, Oséas Moreira de. Op. Cit., p. 100.

Nessa passagem, percebemos que a Revolta dos Malês, à qual Oseas Miranda não faz alusão de forma direta, foi citada apenas para frisar a ação do chefe de polícia Gonçalves Martins, quando combateu os africanos os quais qualificou como possuidores de um instinto feroz, provavelmente para valorizar ainda mais a ação da Polícia Militar, sem perceber que, com tal atitude, também revelava preconceitos e estereótipos contra as populações negras.

Feito isso, e após glorificar as ações do chefe de polícia, o autor abandona completamente os fatos de 1835 e passa a narrar como se davam as formas de tratamento no interior da corporação militar, sem estabelecer nenhum tipo de conexão ou modelo interpretativo entre os temas. Em seguida, e com o mesmo procedimento, faz referência ao Código de Postura de 22 de janeiro de 1834, que punia com multa de dez mil réis os diretores de festas nas quais os músicos, negros escravos ou libertos, ultrapassassem o horário das 21 horas, nas suas tocatas.

É no capítulo *Escravidão - Abolicionismo* que o congressista Oséas Moreira de Araújo se propõe a tratar de forma direta de temas relacionados a trajetórias de populações negras. Inicialmente, como outros autores que abordaram o tema da escravidão, imediatamente tratou de condenar esse sistema. Para Oséas, a escravidão foi a “nódoa da história”, e o Brasil não ficou livre desse mal. No entanto, fez uma nítida distinção entre esse sistema no Brasil em relação a outros países, alegando que “Temos porém ao nosso favor, que libertamos os escravos por meio da propaganda, enquanto que outros o fizeram com a guerra civil.”¹⁸⁰

Como podemos perceber, o enunciado do autor de *Notícias sobre a polícia militar da Bahia* assemelha-se a uma espécie de *mea-culpa* em nome dos brasileiros e portugueses proprietários de escravizados, assim como da própria mentalidade escravista da época, tendo em vista que ele encontra na extinção do sistema de cativo, pela ausência de uma guerra civil, o fator que diferenciou o escravismo no Brasil do praticado em outros países.

¹⁸⁰ ARAÚJO, Oséas Moreira de. **Notícias sobre a Polícia Militar da Bahia no século XIX**. Bahia: imprensa Oficial, 1949, p. 127.

Em um dos momentos que poderia abordar as populações negras como agentes histórico-sociais e que resistiam ao sistema de cativeiro, se limita a qualificar as populações africanas e os escravizados, de uma maneira geral como:

Semi-bárbaros em sua maioria, os escravos vindo da África, davam largas a seus instintos, nas represálias de ódio aos senhores, em constantes motins, cometiam desordens e crimes, dando trabalho ao Corpo de Polícia. A dedicação da "mucama" e da "mãe preta" não era coisa comum e quase que, só se encontrou nos escravos crioulos e não nos negros importados, que tinham saudades das *terras de África*.¹⁸¹

Dessa vez a história foi utilizada como suporte ideológico a fim de legitimar as convicções de Araújo, haja vista enxergar no processo de resistência ao escravismo, apenas atos para dar trabalho ao Corpo de Polícia. Além disso, lança estereótipos sobre os africanos escravizados no Brasil, visto classificá-los como povos "semi-bárbaros" e possuidores de instintos selvagens.

Por fim, o autor informa como o corpo de polícia agia para aplicação das Leis e Posturas que previam a repressão aos candomblés e aos quilombos, além de destacar que a lei Provincial nº 352, de 17 setembro de 1849 previa "[...] uma gratificação para os soldados do Corpo de Polícia e Guarda de Pedestres, que capturassem escravos"¹⁸²

Apesar desta informação e de fornecer dados referentes aos valores que a corporação pagaria a cada soldado, conclui afirmando que "Justo é dizer que, as praças do Corpo de Polícia, nunca capturaram escravos. Não encontramos nos *prés* de vencimentos, tal gratificação."¹⁸³

A rigor, o fato de não constar nos *prés* de vencimentos os pagamentos das referidas gratificações, não permite ao investigador concluir que elas não existiram.¹⁸⁴ Talvez a conclusão precipitada de Oséas Araújo seja porque sua intenção era enaltecer os feitos da

¹⁸¹ ARAÚJO, Oséas Moreira de. **Notícias sobre a Polícia Militar da Bahia no século XIX**. Bahia: imprensa Oficial, 1949, p. 127.

¹⁸² ARAÚJO, Oséas Moreira de. Op. Cit., p. 127.

¹⁸³ ARAÚJO, Oséas Moreira de. Op. Cit., p. 127.

¹⁸⁴ *Pré*: denominação do vencimento diário de um soldado. Conforme, FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986. 2ª edição revista e aumentada, p. 1378.

Polícia Militar, ao invés de abordá-la como uma instituição estatal inserida num contexto sócio-histórico.

Portanto, no capítulo dedicado a estudar a escravidão e o abolicionismo, Oséas Moreira de Araújo o faz parecendo eleger esses temas apenas para demonstrar o quanto a população negra deu trabalho ao corpo de polícia.

Se, na historiografia tradicional brasileira, isto é, anterior aos anos 1970/1980, de modo geral, o negro é um grande desconhecido ou, quando não, são destacadas apenas suas qualidades como escravos ou como um problema para a ordem instituída. *Notícias sobre a Polícia Militar da Bahia no século XIX*, talvez seja a que melhor expressa essa concepção.

O historiador Clóvis Moura, em *As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira* fez um balanço da produção historiográfica brasileira, durante o período imperial, analisando como os divulgadores mais representativos da nossa história apresentaram ou representaram o negro nessa produção. Após analisar as obras de Frei Vicente de Salvador, Rocha Pita, Robert Southey, Abreu e Lima, Adolfo de Varnhagem, dentre outros, concluiu que as populações negras apareceram, basicamente, nessa produção, a fim de justificar o modo de produção escravista.

Esses historiadores que, segundo Moura, atuaram como intelectuais orgânicos de uma sociedade de estrutura escravista, tinham que produzir elementos que a explicassem e a justificassem historicamente. A esse respeito, diz que “Se não partirmos da posição teórica de que essa historiografia existia como suporte ideológico desse sistema, com o apoio institucional das suas estruturas de poder, não poderemos compreender como os seus autores trataram o negro e o escravo [...] nas suas obras e nas suas posições políticas.”¹⁸⁵

A maioria desses historiadores, segundo Moura, foi cooptada pelas estruturas de poder da época e estava ligada institucionalmente ao governo imperial: “Domingos José Gonçalves de Magalhães era visconde do Araguaia; Manuel de Araújo Porto Alegre era o barão de Santo

¹⁸⁵ MOURA, Clóvis. *As Injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p. 31.

Ângelo; Francisco Adolfo Varnhagem, o pontífice da historiografia da época, era visconde de Porto Seguro.”¹⁸⁶

Clóvis Moura também aponta o papel exercido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, a fim de reproduzir uma história oficial do Brasil que, além de legitimar um pensamento elitista e de perfil branco da sociedade brasileira, apresentava o negro quer como indivíduo, como grupo ou segmento, de forma etnocêntrica e preconceituosa. Sobre a participação do negro na história do Brasil, comenta:

Durante todo o percurso da nossa história, a sua contribuição tem sido negada direta ou veladamente e apenas destacada as suas qualidades como escravo, produtor de uma riqueza de que não participava. Os historiadores que se debruçaram sobre a nossa realidade jamais viram o negro como força dinâmica na nossa formação política, social, cultural ou psicológica. Todos os antigos preconceitos bíblicos, cientificistas ou racistas foram unidos, compactados e aplicados¹⁸⁷

Na Bahia, o IGHB, à semelhança do IHGB, era o local que congregava a elite intelectual baiana, herdeira desse passado escravista. No momento em que Salvador comemorava seu Quarto Centenário, não surpreende que reproduzisse uma concepção de história ou recorresse a uma memória que levasse em conta, sobretudo, seus interesses e concepção de sociedade.

Dessa forma, também não se constituiu surpresa que nas 86 teses consultadas e que foram apresentadas no Primeiro Congresso de História da Bahia, com raríssimas exceções, as populações negras praticamente tenham desaparecido, quando não, subestimados ou até utilizadas para destacar as qualidades humanitárias daqueles que as escravizaram.

Nas considerações finais dessa pesquisa retomarei essas análises, tendo em vista que, a partir desse momento, estabelecerei uma interlocução com o projeto *Evolução Histórica da Cidade do Salvador* e com a imprensa de maneira geral, tentando perceber como as

¹⁸⁶ MOURA, Clóvis. *As Injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p. 32.

¹⁸⁷ MOURA, Clóvis. *As Injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p. 31.

populações negras foram abordadas por esses setores durante as comemorações do Quarto Centenário.

5 AS COMEMORAÇÕES, O PROJETO EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DO SALVADOR E A IMPRENSA

Quando apresentei um balanço do Primeiro Congresso de História da Bahia, destaquei que a historiadora Kátia Mattoso afirmou que as pesquisas apresentadas naquele evento faziam de Salvador a única cidade brasileira a ter uma história que começava a ser conhecida. Quando essa mesma autora comentou sobre a situação dos arquivos baianos, tanto os de instituições privadas quanto os públicos, concluiu que: “Em torno de 1965, o Arquivo Estadual da Bahia era o mais importante. Mas era apenas um depósito, nada mais do que isso [...]”.¹⁸⁸ Sobre o Arquivo Municipal de Salvador, informou:

Até 1969, a municipalidade de Salvador publicou numerosos documentos, referentes apenas ao período colonial. Agrupados sob o título geral de *Documentos históricos do Arquivo Municipal*. A série mais importante é a das Atas da Câmara, minuta das reuniões do Conselho Municipal, publicados em sete volumes que saíram entre 1941 e 1969, cobrindo um período que vai até 1710. Faltou verba para prosseguir o trabalho. Embora a coleção manuscrita dessas atas esteja completa, não a utilizei.¹⁸⁹

Quando Kátia Matoso destaca que o trabalho não prosseguiu depois de 1969, por falta de verba, evidencia-se que antes disso existia alguma preocupação dos gestores municipais em dotar esse arquivo de um mínimo de organização.

Essa preocupação, ao que tudo indica, teve início em 1943, ou seja, é anterior à realização do Primeiro Congresso de História da Bahia, quando o prefeito de Salvador, Elysio de Carvalho Lisboa, autorizou a contratação de historiadores para escrever dez monografias as quais, no conjunto, fariam parte da série *Evolução Histórica da Cidade de Salvador*, abordando os ciclos sócio-evolutivos da cidade, as quais seriam publicadas no ano em que Salvador completaria seus 400 anos de fundação.¹⁹⁰

Posteriormente, através do decreto nº 253, de 24 de fevereiro de 1944, este mesmo prefeito, através de solicitação do diretor do Arquivo Municipal, Osvaldo Valente, transformou a Diretoria de Arquivo Geral em Diretoria de Arquivo e Divulgação, medida que

¹⁸⁸ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, Século XIX: Uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 30.

¹⁸⁹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, Século XIX: Uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 32.

¹⁹⁰ Decreto-Lei 162 de 24/07/1943. *Diário Oficial do Estado* nº 211. 25 jul. 1943, p. 28.

permitiu, dentre outras coisas, a publicação dos documentos agrupados sob o título geral de *Documentos Históricos do Arquivo Municipal* que Kátia Mattoso se referiu, sendo que no seu primeiro volume, publicado ainda em 1945, consta a transcrição de três *códices* das Atas da Câmara, relativos ao século XVII.¹⁹¹

Na apresentação que consta desse primeiro volume, Osvaldo Valente já fazia referência às futuras comemorações que transcorreriam em 1949, sendo a publicação de tão importante material, uma das contribuições da Prefeitura:

A série “Documentos Históricos do Arquivo Municipal” inaugurada com o presente volume, constitui uma colaboração há muito devida aos estudiosos do nosso passado, – a do vasto e interessante material manuscrito dos velhos livros do Senado da Câmara que durante quatro séculos acompanhou o desenvolvimento político e social da Bahia. Faz parte do programa de extensão cultural da Diretoria do Arquivo e Divulgação da Prefeitura de Salvador, que acaba de passar por completa reforma, graças ao interesse dedicado pelo atual Prefeito, Eng^o Elísio Lisbôa, à preservação e publicidade do seu valioso material histórico.

A sua publicação representa uma das contribuições da Prefeitura no programa comemorativo do quarto centenário de fundação da Cidade do Salvador a transcorrer em 1949.¹⁹²

Ao aproximar-se a data em que Salvador completaria seus 400 anos de fundação e da instalação do Governo Geral, Osvaldo Valente via nas comemorações a oportunidade para se fazer revisões e análises do passado baiano. Certamente a sua intenção de reorganizar o Arquivo Municipal, assim como a publicação das *Atas da Câmara* e do projeto que previa a publicação das monografias da série *Evolução Histórica*, faziam parte do seu louvável intuito de contribuir para que os pesquisadores e estudiosos tivessem acesso a essas obras, ao tempo que faria de Salvador uma das poucas cidades brasileiras a ter uma história tratada em diversos aspectos do seu desenvolvimento.

No que se refere ao projeto *Evolução Histórica da Cidade de Salvador*, no ano das comemorações do Quarto Centenário, apenas três monografias da série tinham sido

¹⁹¹ LISBOA, Elísio de Carvalho. **Município do Salvador - Relatório 1944**. Salvador: Imprensa Vitória, 1945, p. 61-65.

¹⁹² VALENTE, Osvaldo. Apresentação In: Prefeitura Municipal do Salvador. **Documentos históricos do Arquivo Municipal. V. 1**. Atas da câmara 1625-1641. Salvador, 1949, p. 1.

publicadas: *Histórica Política e Administrativa da Cidade do Salvador*, por Afonso Ruy; *História da Literatura Baiana*, por Pedro Calmon; e *Povoamento da Cidade de Salvador*, por Thales de Azevedo.

Quando do lançamento de *Povoamento da Cidade de Salvador*, Antonio Loureiro de Souza, então diretor do Arquivo, Divulgação e Estatística da Prefeitura de Salvador, resgatou parte desse processo, quando na apresentação da monografia escrita por Thales de Azevedo, informou:

Pelo Decreto-Lei de número 162, de 24 de julho de 1943, ficou o então Prefeito do Município do Salvador, autorizado a contratar, com historiadores patrícios, a elaboração de uma obra intitulada “Evolução Histórica da Cidade do Salvador”, constante de monografias que focalizassem os diversos aspectos do desenvolvimento desta Cidade. A obra em apressa constituiria uma das principais contribuições da Prefeitura do Salvador à comemoração do IV Centenário da Fundação da Cidade.

A “Evolução Histórica da Cidade de Salvador” seria constituída de 10 volumes, a saber: I) – “Fundação, construção, desenvolvimento e transformação da Cidade do Salvador”; II) – “História do Povoamento da Cidade do Salvador”; III) – “Evolução Étnica da Cidade do Salvador”; IV) – “História Administrativa e Política da Cidade do Salvador”; V) – “Aspectos da História Militar da Cidade de Salvador”; VI) – “História Econômica da Cidade do Salvador”; VII) – “História Social da Cidade de Salvador”; VIII) – “Aspectos da História Religiosa da Cidade de Salvador”; VIII) – “História da Cultura na Cidade do Salvador”; X) – “História das Artes na Cidade de Salvador”. Na sistematização dos assuntos enunciados, orientou-se a Prefeitura no propósito de possibilitar a distribuição e tratamento da matéria de cada monografia, dentro de áreas largas e autônomas, sem prejuízo da unidade indispensável à reconstituição nítida do conjunto visado.¹⁹³

Conforme notamos, o projeto era destinado a escrever uma história do local escolhido por D. João III, rei de Portugal, para a instalação de um Governo Geral para o Brasil. Prestes a completar 400 anos desse feito, em 1949, tornavam-se particularmente oportunas as revisões e análises do passado baiano, iniciado com a fundação da cidade por Tomé de Souza em 1549, conforme justificou Osvaldo Valente, quando fez a apresentação da monografia escrita por Thales de Azevedo.¹⁹⁴

¹⁹³ SOUZA, Antonio Loureiro de. (Apresentação) In: AZEVEDO, Thales. *Povoamento da Cidade do Salvador. Cel. Evolução Histórica da Cidade de Salvador*, v.3. Comemorativo do IV centenário da Cidade.

Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, Tipografia Beneditina Ltda., 1949.

¹⁹⁴ VALENTE, Osvaldo. Apresentação In: Prefeitura Municipal do Salvador. *Documentos históricos do Arquivo Municipal. V. 1. Atas da câmara 1625-1641*. Salvador, 1949, p. 1.

Passados dois anos das comemorações do Quarto Centenário, e com os falecimentos de Carlos Chiachio e Artur Ramos, que deveriam escrever, respectivamente, *História das Artes na Cidade do Salvador* e *Evolução Étnica da Cidade do Salvador*, o projeto corria sério risco de perder a sua unidade, motivo pelo qual Albano Frederico Marinho de Oliveira, respondendo pela diretoria do Arquivo, enviou ofício ao prefeito Wanderley Pinho, solicitando que fossem contratados dois novos escritores para substituí-los.¹⁹⁵

Após a solicitação de Albano Marinho, em 1955 foi editado *Evolução Étnica da Cidade do Salvador*, escrito pelo alemão radicado na Bahia desde os anos 1920, Carlos Ott. *História das Artes na Cidade de Salvador*, obra coletiva, só apareceu 12 anos mais tarde.¹⁹⁶ Em 1968 foi publicado *Aspectos da História Social da Cidade do Salvador 1549 - 1650*, escrito por Wanderley de Pinho, sexto e até então último volume da série, mesmo que de forma inconclusa, em virtude do falecimento do seu autor, em 1967.¹⁹⁷

Após consultar as seis monografias publicadas, selecionei *Povoamento da Cidade do Salvador*, escrito por Thales de Azevedo, e *Evolução Étnica da Cidade do Salvador*, de Carlos Ott, pelos mesmos motivos que selecionei as teses apresentadas no Primeiro Congresso de História da Bahia, a fim de compreender como as populações negras foram vistas por seus autores.

5.1 Populações Negras e Povoamento da Cidade do Salvador

Povoamento da Cidade do Salvador, de Thales de Azevedo, consiste em uma extensa e bem referenciada obra, na qual seu autor aborda o processo de construção da cidade e do seu progressivo povoamento, ao longo dos séculos.

¹⁹⁵ **Arquivo Histórico Municipal de Salvador.** Ofícios expedidos 1929 - 1979. Natureza: avulso. Estante 24, caixa, 04. Ofício nº 3 de 12/05/1951.

¹⁹⁶ ALVES, Marieta; SMITH, Robert; OTT, Carlos; RUY, Affonso. **História das artes na cidade do Salvador.** Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador, 1967. (Col. Evolução Histórica da Cidade do Salvador, v. 4. Comemorativa ao IV Centenário de fundação da Cidade)

¹⁹⁷ PINHO, Wanderley. **Aspectos da história social da cidade do Salvador 1549-1650.** Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador, 1968. (Col. Evolução Histórica da Cidade do Salvador, v. 6. Comemorativa ao IV Centenário de fundação da Cidade). No original do projeto a obra deveria ser intitulada como História Social da Cidade de Salvador. Na introdução da obra, o autor justificou a mudança argumentando que trataria apenas de alguns Aspectos da história social da cidade. Dos três tomos previstos, conforme sua metodologia de trabalho, foi publicado apenas o primeiro, em virtude do seu falecimento, em 1967.

A monografia foi subdividida em três partes: *Os antecedentes*, *A marcha do povoamento* e *Aspectos ecológicos da colonização*. A primeira, e que pode ser vista como introdutória, é dedicada a explicar os fatores sociais, econômicos e políticos que contribuíram para que Portugal se lançasse às navegações e conquistas no século XV.

Nessa parte da obra, Thales de Azevedo expõe a forma como se deu os primeiros contatos dos portugueses com as populações autóctones, a decisão do rei de Portugal em ocupar definitivamente essas terras e construir uma cidade fortaleza para sede do governo geral do Brasil. Enfim, o autor apresenta quase que uma versão oficial sobre a formação histórica e social da cidade de Salvador, elegendo a figura de Diogo Álvares Correia, o Caramuru, como principal personagem da saga lusitana.

A obra foi bastante elogiada quando da sua publicação e inclusive foi premiada por três vezes, sendo que uma delas como a melhor obra inédita sobre história da Bahia, em 1950.¹⁹⁸ No que se refere à trajetória de populações negras, Thales de Azevedo dedicou pouco espaço a esse tema e, mesmo assim, quando dessa forma procedeu, foi com a intenção de justificar a tão propalada democracia racial, que influenciou os estudos de diversos historiadores brasileiros e estrangeiros até, praticamente, o início dos anos 1980.

Não obstante essa opção, digamos, metodológica na escolha dos temas, de maneira geral busco entender como o autor tratou as populações negras, no pequeno espaço que lhe destinou no referido trabalho. Essa abordagem vai ocorrer na segunda parte da obra – *A marcha do povoamento*, momento em que Thales de Azevedo apresenta os seus argumentos visando a informar como se deu a “mestiçagem” característica da cidade fundada por Thomé de Souza, em 1549.

Conforme já mencionado anteriormente, Gilberto Freyre influenciou gerações de estudiosos e, nessa linha de raciocínio, *Povoamento da Cidade de Salvador* sintetiza muito bem essa

¹⁹⁸ Premio literário da Aliança da Bahia, 1950; prêmio Caminoá, do Governo do **Estado da Bahia**, 1950; e prêmio da Academia Brasileira de Letras, 1951, conforme AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da cidade do Salvador**. 3. ed. Salvador, Itapuã, 1969, p. 1-2.

opinião, isso porque é no capítulo intitulado *Democracia Racial* que Thales de Azevedo, à semelhança de Freyre, buscará exaltar a convivência harmônica entre negros e brancos na Bahia.

Foi graças a essa ausência de preconceitos, herdada dos séculos de convívio com mouros e pretos, que o branco português, sempre em minoria sensível na Bahia, conseguiu absorver grande parte dos africanos que importou.¹⁹⁹

Esse fato também pode ser constatado na medida em que o autor de *Povoamento da Cidade do Salvador*, justificava as desigualdades entre negros e brancos na Bahia como decorrentes de motivos meramente sociais e nunca raciais, embora tivesse pleno conhecimento de que a organização política e econômica da cidade ancorou-se na exploração da mão de obra africana e indígena.

Não era o preconceito de cor ou de raça que separava a população em bairros diferentes, antes as distinções de classes que distanciavam os senhores, os ricos, os nobres dos escravos, dos plebeus, dos que comerciavam, dos que exerciam ofícios mecânicos. Houve, naturalmente conflitos entre os tipos étnicos que aqui se reuniram, mas, ao que parece, esses conflitos traduzem sobretudo antagonismos econômicos. A proibição, feita aos índios, de casar com negros escravos ou aos mulatos, até a 4ª geração, e aos casados com mulher de cor, de exercer cargos municipais, os casos isolados de intolerância para com pardos, pretos e caboclos, eram mais medidas de segurança das classes dominantes contra a ascensão política da plebe do que indícios de ódio de raças.²⁰⁰

Como é possível notar, Thales de Azevedo explora os mínimos detalhes das relações sociais em uma sociedade, conforme a descreve, marcadamente estamental, no sentido weberiano da palavra. No entanto, para ele, não eram os preconceitos de cor e de raça que separavam a população e sim os de classe. Evidentemente não podemos prescindir de categorias como classe, sexo, idade, dentre outras, para proceder a análises semelhantes a de Thales de Azevedo, contudo, negar os fatores raciais, termina gerando uma confusão entre subjetividade histórica e ideologia.

Por fim, em *Aspectos ecológicos da colonização*, trata da relação entre o ser humano e o meio em que vive. A esse respeito, afirma:

¹⁹⁹ AZEVEDO, Thales. *Povoamento da Cidade do Salvador*. Cel. Evolução Histórica da Cidade de Salvador, v.3. Comemorativo do IV centenário da Cidade. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, Tipografia Beneditina Ltda., 1949, p. 191.

²⁰⁰ AZEVEDO, Thales. Op. Cit., 189.

Povoar não é um problema apenas político ou jurídico, que suscite questões de direito, de método administrativo, de comunicação, de economia, de política e tática militar.

A fixação dum núcleo humano, reduzido que seja, num território deshabitado ou numa região já povoada que se conquista ou anexa, é um processo também biológico de adaptação ao meio, no qual entram em jogo múltiplas forças.²⁰¹

Do ponto de vista historiográfico é que reside uma das inovações do seu trabalho, tendo em vista abordar diversos aspectos da vida cotidiana dos portugueses, tais como a alimentação, a preguiça, a vadiagem e, em particular, a sua já velha e propalada facilidade de adaptar-se a outras culturas e povos. O historiador João José Reis, após analisar outras obras de Thales, o classificou como “[...] um desbravador da cultura do cotidiano entre nós.”²⁰²

Após essas e outras incursões no cotidiano de portugueses, africanos e indígenas, termina por concluir que “A mestiçagem, cultural e biológica, havia completado à maravilha a integração do português no ambiente humano e cósmico do Brasil, e grande parte dessa experiência tivera lugar na Cidade do Salvador.”²⁰³

5.2 Populações Negras e Formação e Evolução Étnica

Formação e evolução étnica da cidade do Salvador – o Folclore Bahiano. Volume I, foi escrito pelo alemão, radicado na Bahia desde os anos 1920, Karl Borromaeus Ott, conhecido na Ordem dos Franciscanos como Frei Fidelis ou Carlos Ott, como também atendia na recém-criada Faculdade de Filosofia da Bahia onde lecionava.

A monografia foi editada em dois volumes e publicada durante as comemorações da Independência na Bahia, em 1955 e 1957, respectivamente. O volume I foi subdividido em duas partes – *A formação étnica da cidade do Salvador*; e *A evolução étnica da cidade do Salvador*. Curiosamente, as notas e referências bibliográficas deste volume só foram

²⁰¹ AZEVEDO, Thales. Povoamento da Cidade do Salvador. **Cel. Evolução Histórica da Cidade de Salvador**, v.3. Comemorativo do IV centenário da Cidade. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, Tipografia Beneditina Ltda., 1949, p. 294.

²⁰² REIS, J. J. Thales de Azevedo: historiador da cultura e do cotidiano. In: **Revista da Bahia**. Salvador, v. 32, n. 20, 1996, p. 22.

²⁰³ AZEVEDO, Thales. Povoamento da Cidade do Salvador. **Cel. Evolução Histórica da Cidade de Salvador**, v.3. Comemorativo do IV centenário da Cidade. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, Tipografia Beneditina Ltda., 1949, p. 378.

publicadas após dois anos, no volume II, acompanhado de um apêndice contendo a transcrição de diversos documentos que o autor localizou em arquivos baianos.

Na introdução de *Formação e evolução étnica da cidade do Salvador*, Carlos Ott se antecipou e advertiu que seu trabalho era uma espécie de síntese imperfeita, por conta de não ter feito um estudo exaustivo partindo de diversas monografias. Da mesma forma, alertou que entre os estudiosos prevalecia uma antiga opinião de que o folclore só se estendia às camadas inferiores da sociedade, ficando as classes superiores alheias a essa ciência.²⁰⁴

Hoje em dia, ao menos na Europa central, as pesquisas folclóricas ocupam-se de toda a população, seja iletrada ou letrada, camponeses e habitantes de cidades, operários e funcionários, pois o folclore quer contribuir para o conhecimento do homem em geral; não quer estudar apenas as tradições populares mas também penetrar dentro da alma do povo.²⁰⁵

Com essas palavras parecia justificar o porquê de incluir o português, o branco, numa abordagem sobre o folclore baiano, visto que o normal era apenas estudar os elementos considerados exóticos de determinada sociedade.

No estudo da Formação e da Evolução da cultura propriamente bahiana, temos de levar em Consideração não apenas a contribuição das três grandes culturas que colaboraram na sua cristalização: do europeu, do índio e do africano, mas também a do bahiano. Este novo *specimen* humano, em alguns campos tem muito mais de índio do que de europeu ou de africano, embora talvez apresente feições lusitanas ou negras.²⁰⁶

Feito as essas observações, estava autorizado, ao que parece, a realizar uma longa incursão na história de Portugal, a fim de descobrir de que regiões vieram mais colonos para A Bahia. Antes, porém, dedicou um capítulo a estudar *A distribuição geográfica e contribuição cultural do índio*.

²⁰⁴ OTT, Carlos B. Formação e evolução étnica da Cidade do Salvador: o folclore baiano. **Col. Evolução Histórica da Cidade de Salvador**, v.5. Comemorativo do IV centenário da Cidade. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, Tipografia Manú Editora, 1955, p. 3-4.

²⁰⁵ OTT, Carlos B. Formação e evolução étnica da Cidade do Salvador: o folclore baiano. **Col. Evolução Histórica da Cidade de Salvador**, v.5. Comemorativo do IV centenário da Cidade Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, Tipografia Manú Editora, 1955, p. 4.

²⁰⁶ OTT, Carlos B. Op. Cit., p. 8.

Para esta dissertação nos interessa saber como as populações negras foram abordadas em *Formação e evolução étnica da cidade de Salvador*, o tema foi tratado na parte em que Carlos Ott dedica-se a estudar a *Origem e contribuição cultural do africano*.

Foi com a escravidão, segundo Carlos Ott, que se deu a contribuição das populações negras para a Formação e Evolução da cidade do Salvador. Melhor dizendo, Carlos Ott inicia a sua monografia afirmando que “[...] a contribuição do indígena foi de certa maneira livre, pois o filho indômito das terras brasileiras, nunca se sujeitou a uma escravidão completa.”²⁰⁷ Quanto aos africanos, diz já conhecerem a escravidão desde os tempos mais remotos, fato que terminou por criar, segundo ele, [...] hábitos de servilidade tão enraizados que nem gerações de liberdade conseguiram extinguir”.²⁰⁸

Estabelecida essa premissa, passa a expor a relação envolvendo os africanos escravizados, o tráfico e a atuação dos proprietários de engenho, para em seguida concluir que “O comércio de escravos de africanos no Brasil, teve mais o aspecto de imigração forçada do que o de comércio de seres humanos. E embora houvesse na Bahia senhores de escravos desalmados, a maioria os tratava com humanidade.”²⁰⁹

O suposto tratamento humanitário dos proprietários de escravizados é assunto recorrente nos discursos de alguns autores aqui analisados. No caso de Carlos Ott, este autor chega ao exagero em suas conclusões, ao negar um fato histórico amplamente documentado, que foi a comercialização de seres humanos para as mais diversas partes do mundo.

E foi graças a essa suposta humanidade dos portugueses, aliada ao seu constante contato com os africanos, inclusive sanguíneo, desde os tempos mais remotos, que o autor afirma

²⁰⁷ OTT, Carlos B. **Formação e evolução étnica da Cidade do Salvador**: o folclore baiano. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, Tipografia Manú Editora, 1955, (Col. Evolução Histórica da Cidade de Salvador, v.5. Comemorativo do IV centenário da Cidade de Salvador), p. 53.

²⁰⁸ OTT, Carlos B. Op. Cit., p. 53.

²⁰⁹ OTT, Carlos B. Op. Cit., p. 53-54.

que terminaram por se configurar em um tipo racial europeu dos mais aptos a suportar o clima tropical do Brasil.²¹⁰

Pode se dizer sem exageros que [os portugueses], só por isso conquistaram o Brasil e conservaram a sua unidade apesar das invasões estrangeiras tão perigosas como foram as holandesas e francesas. A estas nações faltou a necessária percentagem de sangue preto nas veias, razão por que sucumbiram derrotados mais pelo clima do que pelas armas.

Desta maneira os negros tornaram-se verdadeiros colaboradores na colonização da Bahia e na formação de sua nova cultura, o que não teria acontecido, ao menos não de maneira que se deu, se tivessem sido tratados apenas como escravos.²¹¹

Observem que Carlos Ott busca uma explicação do processo histórico através de fatores biológicos, uma espécie de biologização da história. Para ele foi o sangue africano o responsável pela adaptabilidade dos portugueses, assim com os franceses e holandeses foram derrotados pela ausência do sangue negro em suas veias.

Considerando-se o momento histórico em que publicou o ensaio, isto é, dez anos após os conflitos da Segunda Guerra Mundial, percebemos que as suas conclusões carecem de uma revisão crítica, até por se tratar de um intelectual alemão radicado no Brasil, conhecedor de todas as implicações que interpretações semelhantes provocaram, sobretudo com o advento do nazismo e seus desdobramentos durante a Segunda Guerra Mundial.

Quando Carlos Ott afirmou que seu trabalho era uma espécie de síntese imperfeita, por conta de não ter feito um estudo exaustivo a partir de diversas monografias, pensei que se tratasse de mera força de expressão ou retórica do autor. Contudo, à medida que fui tomando conhecimento das suas conclusões e dos caminhos percorridos para justificá-las, comecei a compreender o porquê dessas considerações.

Exemplo disso foi quando afirmou, sem apresentar qualquer estudo de cunho sócio-antropológico, que “[...] a contribuição africana em conjunto, na formação da cultura bahiana, foi muito menor que a indígena e que nem se compara com a da raça branca.”²¹² E

²¹⁰ OTT, Carlos B.. **Formação e evolução étnica da Cidade do Salvador**: o folclore baiano. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, Tipografia Manú Editora, 1955, (Col. Evolução Histórica da Cidade de Salvador, v.5. Comemorativo do IV centenário da Cidade de Salvador), p. 54.

²¹¹ OTT, Carlos B. Op. Cit., p. 54.

²¹² OTT, Carlos B. Op. Cit., p. 55.

a fim de estudar a origem dos povos africanos que foram trazidos para a Bahia, traça o panorama que segue:

Há três raças distintas na África. A mais antiga em solo africano, certamente anterior à preta, é a dos Bochemanes e Pigmeus. Os Bochemanes estão a caminho da destruição e se encontram centralizados no deserto de Calahari, na África do Sul. Os Pigmeus, dispersos e relegados pelos Bantus à mata virgem menos acessível da África oriental e da bacia do Congo, adotaram muitos elementos culturais dos seus vizinhos e quase todos perderam a sua língua primitiva. A bacia do Congo é ocupada pelos Bantus a raça negra propriamente dita. O norte nordeste do Continente é habitado por mestiços de brancos e pretos. Em tempos remotos houve migração do norte para o sul do Continente, onde se mesclaram com os Bochemanes, criando os Hotentotes.²¹³

Apesar de toda abordagem histórica, em certa medida, ser ideologizada, porém, é recorrente a confusão que Carlos OTT estabelece entre história e ideologia. E tal fato fica mais evidente pela forma simplista como tentou abordar um emaranhado complexo de culturas e povos distribuídos numa vasta região do continente africano. Também porque Carlos Ott, assim como boa parte dos estudiosos que tentaram estudar essa região do planeta, enxergava a África apenas na sua parte subsaariana, valendo-se de uma linguagem carregada de expressões etnocêntricas e preconceituosas.

Feito esse panorama, Carlos Ott, em um texto sem notas ou referências, as quais só seriam publicadas dois anos depois no volume II, vai tentar estabelecer explicações genéricas com o objetivo de tentar responder sobre a procedência dos africanos que aportaram na Bahia, com o tráfico. Curioso é que Ott, não faz qualquer referência ao ensaio de Luis Viana Filho, *O negro na Bahia*, publicado em 1946, um dos poucos ou talvez o único estudos na época, que apresentava uma metodologia na qual subdividia o tráfico em quatro grandes ciclos, sendo a primeira parte daquele ensaio intitulada, inclusive, de *Imigração*.²¹⁴

A respeito da sua síntese incompleta, conforme anunciou na introdução, ao concluí-la, justificou:

A nossa meta é apenas servir de pioneiro e abrir caminhos para que outros avancem pelas trilhas abertas e se aproximem sempre mais da verdade objetiva. É

²¹³ OTT, Carlos B.. **Formação e evolução étnica da Cidade do Salvador**: o folclore baiano. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, Tipografia Manú Editora, 1955, (Col. Evolução Histórica da Cidade de Salvador, v.5. Comemorativo do IV centenário da Cidade de Salvador), p. 56.

²¹⁴ VIANA FILHO, Luis. **O Negro na Bahia**. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1946, p. 23-101.

fato conhecido que abrir estradas é um trabalho ingrato e seu autor geralmente criticado, no entanto, ninguém ignora ser mais fácil rectificar um caminho já traçado do que abri-lo, levando o segundo, frequentemente, o reconhecimento que se devia ao primeiro.²¹⁵

Na segunda parte da monografia em que aborda a *Evolução Étnica da Cidade de Salvador*, Carlos Ott reproduz a mesma tese com a qual iniciou o seu discurso na primeira parte, ou seja, afirma que a presença do português na Bahia terminou por desmitificar um velho preconceito de se achar que era impossível a vida nos trópicos para o homem branco, que só o negro resistiria à vida tropical. Somado a isso, terminou por inverter uma lógica da natureza, ao afirmar que o índio que habitava a região a milhares de anos não estava devidamente aclimatado.²¹⁶

Após essas considerações, coloca a Bahia como lugar privilegiado para o estudo do folclore e, com esse objetivo, subdivide o tema em duas partes: *Cultura material* e *Cultura espiritual*. Na primeira parte, trata da habitação e do povoamento da cidade, as indústrias populares, vestuário e alimentação de seus habitantes e dos jogos e esportes. Em todos esses itens destaca um pouco da contribuição dos índios, dos portugueses e dos africanos, contudo, afirma ser o baiano o centro das suas investigações. Esta é a Bahia que vamos estudar, diz Ott: “A maneira pela qual sua gente habita, se veste, se alimenta, joga, trabalha, vive, ri, se diverte, dança, pensa, chora e morre.”²¹⁷

Em *Cultura espiritual* dedica-se a estudar as festas cívicas e religiosas, a poesia popular, os costumes típicos, as superstições, a religião e a filosofia.

Das observações feitas nessas ocasiões veremos como o povo pensa a respeito dessa vida e da futura, como resolve seus problemas ou como tenta fugir-lhes, entregando-se a várias práticas de superstições. Em nenhuma parte do mundo o povo gosta de pensar, pois é um trabalho árduo, e quem não está habituado a fazê-lo, procura escapar-lhe como o filósofo que não costuma carregar peso, prefere deixar esses encargos para os que usualmente pegam no duro.²¹⁸

²¹⁵ OTT, Carlos B. Formação e evolução étnica da Cidade do Salvador: o folclore baiano. **Col. Evolução Histórica da Cidade de Salvador**, v.5. Comemorativo do IV centenário da Cidade Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, Tipografia Manú Editora, 1955, p. 10.

²¹⁶ OTT, Carlos B. Op. Cit., p. 83

²¹⁷ OTT, Carlos B. Op. Cit., p. 84.

²¹⁸ OTT, Carlos B. Op., Cit., p. 167.

É a partir dessa contradição que o autor aqui estudado fará seus enunciados sobre a vida espiritual dos baianos. Se o povo busca as respostas no mundo espiritual é porque não gosta de pensar. Já o filósofo, que por vezes é criticado por viver no “mundo das ideias”, nos argumentos de Carlos Ott, aparece como aquele que deixa essa missão para outrem.

Provavelmente por sua ligação com a Ordem dos Franciscanos que Frei Fidelis, ou melhor, que Carlos Ott se referirá por diversas vezes à figura do diabo em sua narrativa. Embora recorra a uma importante e rica documentação que trata da passagem da inquisição pela Bahia, a utiliza apenas para demonstrar como agiam as bruxas, as ciganas, como eram feitas as feitiçarias, o curandeirismo, dentre outras “usanças e superstições”, porém, explorando essas fontes apenas para ratificar as suas convicções. Sobre o mau olhado e as rezas para tirá-lo, por exemplo, informa:

Em última análise, o bahiano atribue o mau olhado a Exu, o demônio dos Sudaneses. Para o povo, Exu não é propriamente o principio do mal, mas uma personagem extremante maliciosa e brincalhão, sendo uma maldade muito ultrapassada por uma mulher velha, sobre a qual há deliciosos contos sudaneses que devem ter sobrevivido na Bahia, embora por hora não tenha sido registrado. Tanto na África como na Bahia é à Exu que mais sacrifícios se oferecem, sendo freqüentemente os despachos nas encruzilhadas, lugar também predileto do diabo na Europa.²¹⁹

Nessa passagem Carlos Ott, através de uma crença disseminada pelo povo e enquanto estudioso que se propõe a investigar o “folclore baiano” não recorreu a interpretações de cunho antropológico para informar como essas crenças influenciaram a Evolução étnica da cidade do Salvador, seu objetivo inicial; Diferente disso, valeu-se dessas informações para disseminar as suas convicções envolvendo as culturas sudanesas e a figura do diabo na Europa.

Antes de finalizar seus estudos, afirma que “Em ligeira retrospectão deste capítulo, chegamos à conclusão de que na formação das superstições e usanças características da Bahia a contribuição mais forte veio, outra vez, da Europa, principalmente de Portugal”.²²⁰

²¹⁹ OTT, Carlos B. Formação e evolução étnica da Cidade do Salvador: o folclore baiano. **Col. Evolução Histórica da Cidade de Salvador**, v.5. Comemorativo do IV centenário da Cidade Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, Tipografia Manú Editora, 1955, p. 229-230.

²²⁰ OTT, Carlos B. Op. Cit., p. 238.

Portanto, mais uma vez é o português o grande artífice da cultura espiritual baiana, mesmo se tratando das superstições, rótulo que normalmente é atribuído aos povos considerados atrasados e exóticos.

No conjunto da obra, é nítida a intenção de Carlos Ott em subestimar a participação das populações negras e indígenas no processo sócio-evolutivo da cidade. Dizendo de outra maneira, no processo 'socioevolucionista' da cidade, forma ideologizada pela qual analisou as relações estabelecidas entre índios, europeus e africanos na Salvador fundada por Tomé de Souza, em 1949.

Com essa concepção evolucionista e biológica da história e da cultura, dificilmente Carlos Ott chegaria a outra conclusão senão aquela que estabelece hierarquias entre os povos. Talvez por isso, termine o seu texto informando que: "Mais forte foi a colaboração, tanto do bahiano como do índio na formação dos costumes. Este último deixou alguns vestígios bem visíveis na pescaria. Igualmente não falta a contribuição africana. O agente mais robusto, porém, é outra vez o povo português."²²¹

5.3 Populações Negras na Imprensa

A Comissão Organizadora do Primeiro Congresso de História da Bahia escolheu diversos órgãos de imprensa como membros protetores do evento, dentre eles os jornais *A Tarde*, *Diário de Notícias*, *Estado da Bahia* e a Rádio Excelsior da Bahia. No caso particular dos jornais, a estes, cabiam divulgar as notícias gerais das comemorações do Quarto Centenário, dispensando especial atenção a cobrir a extensa programação do Congresso de História.²²²

Os jornais, além de apresentar um resumo das principais teses, seus autores, os pontos polêmicos e a programação do Congresso de História, também publicaram ensaios de alguns estudiosos sobre os mais variados temas, principalmente no dia 29 de março de 1949,

²²¹ OTT, Carlos B. Formação e evolução étnica da Cidade do Salvador: o folclore baiano. **Col. Evolução Histórica da Cidade de Salvador**, v.5. Comemorativo do IV centenário da Cidade Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, Tipografia Manú Editora, 1955, p. 238.

²²² **Documentos do Primeiro Congresso de História da Bahia**. Caixa nº 003 - Correspondências expedidas. Ofícios 244, 245 e 246 de 15 jan. 1949. Arquivo Theodoro Sampaio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

quando *A Tarde* e o *Diário de Notícias*, ambos, publicaram cadernos especiais em homenagem à fundação da cidade do Salvador.

Em alguns desses artigos, os temas versaram sobre populações negras no contexto das comemorações, *O problema do negro no Brasil*, por exemplo, escrito por Walfrido Moraes, relata a sua participação no Primeiro Congresso do Negro Brasileiro, um desdobramento da Conferência Nacional do Negro, realizada em 1949, com o objetivo de formular a agenda de temas para o Congresso, que foi realizado no Rio de Janeiro em 1950²²³.

Outro artigo publicado em *A Tarde* foi *Lembranças do Negro da Bahia*, de Edison Carneiro, no qual, através de uma seleção de episódios históricos, este autor apresenta uma visão sintética da participação das populações negras no processo civilizatório baiano.

Em matéria intitulada *As rodas de samba*, escrito por Cláudio Tavares no *Diário da Bahia*, o jornalista, basicamente, reclama sobre o que, para ele, faltou e o que não poderia faltar nas comemorações.

5.4 Edison Carneiro e as Lembranças do Negro da Bahia

Em *Lembranças do negro da Bahia*, como o título sugere, Edison Carneiro traçou um panorama da participação da população negra no processo civilizatório baiano, desde a fundação da cidade por Tomé de Souza, em 1549, até o momento em que Salvador comemorava o seu Quarto Centenário, em 1949.

Por se tratar apenas de algumas Lembranças, como o título sugere, a abordagem proposta por Carneiro resume-se a uma grande síntese, sem aprofundar os temas propostos. Por outro lado, devemos atentar para o fato de que alguns autores que escreveram obras volumosas sobre a história da Bahia deixaram de fora diversos temas aos quais Carneiro se refere, como é o caso de Thales de Azevedo e Carlos Ott, nas monografias que escreveram. Se, para Carlos Ott, por exemplo, a contribuição mais forte da formação cultural da cidade do Salvador procedeu da Europa, principalmente de Portugal, para Edison Carneiro, o negro

²²³ Nota divulgada pela Comissão Organizadora do Primeiro Congresso de Negro Brasileiro, assinada por Abdias do Nascimento, Edison Carneiro e Guerreiro Ramos. *A Tarde*, 09 mar. 1949 p.8.

habita Salvador desde a sua fundação, e foi com a sua contribuição que rapidamente a cidade foi mudando a sua fisionomia portuguesa e se transformando na cidade com mais características africanas do Brasil: “O negro, antítese racial, social e econômica do homem lusitano, criava a Bahia que conhecemos.”²²⁴

A contribuição do negro, segundo Carneiro, foi decisiva para o melhoramento das condições gerais de vida de todos os brasileiros:

E esta contribuição se estendeu com intensidade variável, a todos os campos da atividade humana, inclusive na luta política pela reforma da sociedade, produzindo figuras eminentes, como os pardos da revolta de 1798 e, contemporaneamente, Manoel Quirino, Teodoro Sampaio, Martiniano do Bonfim e Aninha [Eugênia Ana dos Santos Yaalorixá do Ilê Axé Opô Afonjá]. E dando força e vigor a esses expoentes, milhões de negros escravos, libertos e livres ajudaram, na medida das suas forças, o desenvolvimento urbano, social e intelectual da Cidade.²²⁵

O autor destaca que a participação da população negra se deu em todas as áreas do conhecimento, inclusive na política e na vida intelectual da cidade, setores que a maioria dos estudiosos costuma negligenciar. Outro dado é que na abordagem feita por Carneiro, como veremos, a população negra não será vista exclusivamente como escravizada ou coadjuvante, mas sim como agentes social e histórico.

Outro dado a ser observado é que, como estudioso das culturas de matrizes africanas e, em particular os seus estudos sobre os Candomblés da Bahia, não poderia deixar de incluir em suas Lembranças, a Yalorixa Eugênia Ana dos Santos e o babalaô Martiniano Eliseu do Bonfim, duas das principais lideranças religiosas da Bahia nos anos de 1930, período em que os Candomblés sofriam sistemáticas perseguições policiais.²²⁶

Sobre a tomada da Bahia pelos holandeses, em 1624, e a conseqüente desorganização da cidade, Carneiro relata a ação de muitos escravizados que fugiram do cativo e se estabeleceram em quilombos, como nos do Rio Vermelho e de Itapecuru, posteriormente

²²⁴ CARNEIRO, Edison. Lembranças do Negro Na Bahia. **A Tarde**, 29 mar. 1949. Caderno história da Bahia, p.15

²²⁵ CARNEIRO, Edison. OP. Cit. p.15.

²²⁶ Sobre esse tema, ver LIMA, Vivaldo da Costa. **O Candomblé da Bahia na década de trinta**. In: OLIVEIRA, Waldir F. e LIMA, Vivaldo da Costa. Cartas de Édison Carneiro a Artur Ramos. São Paulo: Corrupio, 1987, p.37-73.

destruídos pelos capitães de campos. Com essas atitudes, afirma, “O negro despertava para a liberdade.”²²⁷

Do começo do século XVIII, Edison Carneiro destaca a organização do terço dos homens pretos, unidade militar auxiliar da tropa de linha, a qual exigia a equiparação de suas vantagens aos homens pretos de Pernambuco. Embora não obtivesse sucesso em suas reivindicações, o mínimo que conseguira representava uma vitória, tendo em vista o “[...] reconhecimento oficial da justiça das suas pretensões.”²²⁸

Um dos aspectos da escravidão africana ainda pouco estudado é o da vinda de africanos para a Bahia, não na condição de escravizados, mas em missões diplomáticas, exílios forçados e até para educação de filhos de alguns reis do Daomé, como relata o africanista Alberto da Costa e Silva.²²⁹

Sobre esse assunto, Edison Carneiro informa que, em 1570 e 1795, respectivamente, chegava à Bahia dois emissários de embaixadores do Reino do Daomé, trazendo cartas para o governador geral e para o rei de Portugal, propondo que o tráfico de escravizados fosse efetuado exclusivamente no Porto de Ajudá.²³⁰

No que se refere ao movimento de 1798, conhecido na nossa historiografia como Conjuração Baiana, Carneiro é de opinião que este evento poderia ser denominado de revolta dos pardos, além de apresentar uma versão historiográfica na qual o século XVIII encerrava-se com aquele levante, não deixando de lembrar ao leitor que, no momento da punição aos líderes da revolta, apenas os pardos e pretos foram alcançados, alguns deles escravos e outros libertos, ficando os homens influentes das camadas superiores livres de tais punições.²³¹

²²⁷ CARNEIRO, Edison. Lembranças do Negro Na Bahia. **A Tarde**, 29 mar. 1949. Caderno história da Bahia, p.15.

²²⁸ CARNEIRO, Edison. OP. Cit. p.15.

²²⁹ COSTA E SILVA, Alberto da. Portraits of African Royalty in Brazil. In: Lovejoy, Paul E.(ed.), **Identity in the Shadow of Slavery**. Londres/New York: Continuum, 2000, p. 129-136. Ainda para esse tema ver o capítulo IV de VERGER, Pierre. **"Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos Séculos XVII a XIX"**. Salvador: Corrupio, 1987.

²³⁰ CARNEIRO, Edison. Lembranças do Negro Na Bahia. **A Tarde**, 29 mar. 1949. Caderno história da Bahia, p.15.

²³¹ CARNEIRO, Edison. OP. Cit. p.15.

Depois de elencar a pauta de reivindicações dos revoltosos, a qual incluía o fim do preconceito racial, uma democracia, um governo republicano e a liberdade de comércio, lembra que esta só fôra obtida anos depois, com a intervenção de Cairu, “Um dos homens brancos envolvidos no movimento, mas nem sequer incomodado pela justiça”.²³²

Do início do século XIX destaca o contingente de negros que circulava pelas ruas da cidade e quando da guerra da independência, na Bahia, a ação do Batalhão dos Libertos, que garantiu a vitória do Exército Pacificador. Ainda desse século lembra os levantes liderados pelos muçulmanos entre 1807 e 1835, os quais ficaram conhecidos como as revoltas malês, sendo a de 1835 a mais radical delas.

Com a Guerra do Paraguai e o recrutamento da população negra para o conflito, destaca que foi nesse momento que

[...] o governo da Bahia achou o pretexto para afastar da Cidade os capoeiras e os batuqueiros, que começavam a constituir um problema. O recrutamento militar alcançou de preferência muitos dos negros astutos, desempenhados e ágeis de Angola, mas outros se apresentaram voluntariamente para servir, como Cesário Álvaro da Costa, capoeira amador.²³³

A solidariedade entre os escravizados, que se organizavam para a libertação dos seus familiares através da ajuda mútua de que se valiam para a compra da liberdade, também é um dos assuntos tratados por Carneiro. Segundo ele:

Essas organizações, as ‘juntas de alforria’, eram uma invenção particular dos negros. Todos contribuía com o pouco dinheiro que conseguiam obter - as entradas eram escrituradas de maneira singular por meio de inclusões nos bastonetes dos mutuários. E pelo esforço comum, os negros se ajudavam reciprocamente a escapar aos horrores da escravidão.²³⁴

No início das suas Lembranças, Carneiro destacou as figuras da yalorixá Eugênia Ana dos Santos e de Martiniano Eliseu do Bonfim, no encerramento do ensaio, destacou alguns Candomblés da Bahia. Sobre as palavras de origens africanas, dentre outras, utilizou as denominações dos terreiros Bogum e Goméia, a fim de demonstrar que faziam referências

²³² CARNEIRO, Edison. Lembranças do Negro Na Bahia. **A Tarde**, 29 mar. 1949. Caderno história da Bahia, p.15.

²³³ CARNEIRO, Edison. OP. Cit. p.15.

²³⁴ CARNEIRO, Edison. OP. Cit. p.15.

diretas ao Orixá Ogum dos nagôs e a Goméia que segundo ele, Arthur Ramos sugeriu ser a corruptela da forma portuguesa do Dahomey, do Agomé ou Dagomé nos documentos antigos.²³⁵

Carneiro conclui as suas *Lembranças do Negro na Bahia*, parecendo apontar para o futuro, tendo em vista dizer que, “Lembrar o negro e em geral o homem de cor, nas festas desse Quarto Centenário da Cidade do Salvador, não será uma condescendência, mas um dever de justiça, – a justiça que a Bahia ainda lhe está devendo.”²³⁶

No artigo de Edison Carneiro é evidente a sua intenção de fazer uma abordagem historiográfica apresentando as populações negras como protagonistas da história. As suas escolhas demonstram que em todos os capítulos da história da Bahia as populações negras participaram de forma direta, diferente de outros trabalhos nos quais essa participação foi minimizada e até tornada invisível.

5.5 O que Não Poderia Ter Faltado nas Comemorações

O jornalista Cláudio Tuiuti Tavares no artigo intitulado *As rodas de samba*, fez um breve histórico do samba, sua origem, etimologia, tipos de samba, as palmas, a dança de umbigada, dentre outras observações e, em seguida, questionou a sua ausência nas comemorações, bem como a da capoeira, da culinária baiana, dos capoeiristas, os quais deveriam se exhibir nos tablados com seus berimbaus, das vestimentas típicas das baianas e de uma exposição de arte popular para os visitantes do Quarto Centenário.²³⁷ Ainda sobre esse assunto afirmou:

O folclore bahiano é um dos mais ricos do mundo. Tradição viva do povo, ninguém jamais poderia esquecê-la quando comemoramos a grata efeméride dos quatro séculos da nossa velha e sempre juvenil Bahia de Todos os Santos. Mas, infelizmente faltou às festas do IV Centenário a verdadeira contribuição popular, que seria dada pelos numerosos elementos encantadores, surpreendentes e perenes, da música, canto e dança do povo bahiano. Deveria ter sido criado pelos organizadores das comemorações centenárias um meio para revelar, neste momento, aos olhos dos visitantes e dos filhos da nossa comuna, a grande beleza do nosso manancial folclórico.²³⁸

²³⁵ CARNEIRO, Edison. *Lembranças do Negro Na Bahia*. **A Tarde**, 29 mar. 1949. Caderno história da Bahia, p.15.

²³⁶ CARNEIRO, Edison. *OP. Cit.* p.15.

²³⁷ TAVARES, Cláudio T. *As rodas de samba*. **Estado da Bahia**. 29 mar. 1949, p.2; 8.

²³⁸ TAVARES, Cláudio T. *Op. Cit.*, p.2; 8.

O desapontamento do repórter pelo fato de o folclore baiano ter sido esquecido durante os festejos pode ser traduzido como uma espécie de protesto, em virtude da ausência de elementos das culturas africanas nas comemorações do Quarto Centenário, mesmo que essa cultura fosse utilizada como uma espécie de fetiche, visto que para Carlos Tuiuti Tavares “[...] esse seria o melhor brinde para os visitantes do quarto centenário”.²³⁹

5.6 Populações Negras e Participação Política nos Destinos do Estado

O problema do negro no Brasil foi o título do artigo publicado em *A Tarde* pelo jornalista e escritor Walfrido Moraes, resultado da sua participação no Primeiro Congresso do Negro Brasileiro, evento realizado pelo Teatro Experimental do Negro – (TEN), no Rio de Janeiro, de 09 a 14 de maio de 1950.²⁴⁰

Após fazer um breve balanço do Primeiro Congresso do Negro Brasileiro, Walfrido Moraes alertou que os resultados obtidos no evento poderiam ter sido alcançados com a realização de um congresso de sociologia ou história, para evitar a possibilidade da criação de preconceitos raciais, os quais, teoricamente, não existiriam no Brasil:

Um país de mestiços e remanescentes tão próximos do africano não comportaria, evidentemente, à primeira vista, um Congresso específico de negros e sobre o negro, sem o perigo de despertar, no seio de uma grande massa descontente e magoada, um espírito de animosidade que viesse constituir um sério divisor de castas.²⁴¹

Evidentemente que Walfrido Moraes reconhecia a existência do preconceito racial e no próprio artigo relata diversos casos, inclusive de organizações como a Legião Brasileira de Assistência que se destinava a assistir exclusivamente ao elemento branco, em 1948 e o dispensário São José, para socorrer apenas a pobreza envergonhada e os filhos dos pobres

²³⁹ TAVARES, Cláudio T. As rodas de samba. **Estado da Bahia**. 29 mar. 1949, p.2; 8.

²⁴⁰ Nesta parte do texto não tenho como objetivo analisar o Congresso, mas sim as reflexões propostas por Walfrido Moraes no artigo publicado em **A Tarde**. Para um histórico desse evento e as principais deliberações, ver NASCIMENTO, Abdias (org.). **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

²⁴¹ MORAES, Walfrido. O problema do negro no Brasil. **A Tarde**, 21 out. 1950, p.5.

de cor branca, dentre outras organizações que destinaram uma série de políticas, sobretudo na área de educação, exclusivamente para brancos empobrecidos.²⁴²

A preocupação com a realização de um congresso de negros e sobre negros era, segundo Moraes, pela possibilidade de despertar ódios raciais contra o elemento branco.²⁴³ Uma posição compreensível, haja vista a sua condição de mestiço, que participou do evento, inclusive, com a apresentação da tese *Lei Áurea: primeira intervenção do Estado do Brasil no domínio econômico* que, infelizmente, não consegui localizar.²⁴⁴

Diferente de Carlos Ott, que minimizou a participação da população negra no processo civilizatório da cidade do Salvador, uma das formas que este tema aparece na tese de Moraes é a seguinte:

Em nenhuma parte do Novo Mundo o africano deixou influências tão pronunciadas como aqui. Nem nas Antilhas nem nas Guianas, nem nos países hispano-americanos. Entretanto, – asseveram eles – um ou outro negro galgou pontos na carreira política e administrativa, assim mesmo não como representantes marcante de um pensamento, de uma ideologia que almejasse objetivar a valorização da gente negra nos quadros da nossa etnia em formação.²⁴⁵

Após essas observações, estabelece uma comparação entre o negro brasileiro, o de Cuba e do Haiti para, em seguida, afirmar que nesses países a população negra “[...] já participa até dos seus destinos diplomáticos, enquanto o Itamarati continua com as portas fechadas para os homens de cor do Brasil.”²⁴⁶

Nesse trecho é interessante notar que Walfrido Moraes, à semelhança do questionamento que fez quando apresentou a tese *O escravo na legislação tributária da Província da Bahia*, novamente demonstra a ação do Estado sobre as populações negras, com as cobranças das *sizas*, *meias sizas* e pelo fato de o escravizado ser ladino.

²⁴² MORAES, Walfrido. O problema do negro no Brasil. **A Tarde**, 21 out. 1950, p.5.

²⁴³ MORAES, Walfrido. O problema do negro no Brasil. **A Tarde**, 21 out 1950, p.5.

²⁴⁴ Informação que consta em MORAES, Walfrido. **Jagunços e heróis**. 5. ed. Revisada e ampliada. Salvador: EGBA; ALBA, 1997, p.3.

²⁴⁵ MORAES, Walfrido. O problema do negro no Brasil. **A Tarde**, 21 out.1950, p.5.

²⁴⁶ MORAES, Walfrido. Op. Cit., p.5.

A esse respeito, informa que as lideranças negras que participaram do Primeiro Congresso do Negro Brasileiro exigiam “[...] uma posição melhor e mais digna, uma participação mais direta, também nas responsabilidades e nos destinos do Estado que punha em evidência e que aproveite a sua capacidade cultural, moral, social etc.”²⁴⁷

5.7 Concepção de História

Até o presente momento, um dos objetivos com as interlocuções aqui estabelecidas foi tentar identificar como os autores que escreveram seus ensaios, teses e monografias no contexto das comemorações do Quarto Centenário de Fundação da Cidade de Salvador, em 1949, apresentaram ou representaram as populações negras em seus respectivos trabalhos. Somado a isso, tentei identificar nas concepções historiográficas desses autores, se existiram sistemas interpretativos, tanto no método, como no objeto de seus estudos, que em certa medida se revelaram inovadores na nossa, até então, incipiente historiografia.

Sobre a concepção de história dos congressistas, Kátia Mattoso na introdução de *Bahia, século XIX: uma província no império*, fez algumas considerações sobre a produção historiografia na Bahia à época das comemorações quadricentenárias e também comentou sobre a concepção de história que prevaleceu nas teses e monografias apresentadas no Primeiro Congresso de História da Bahia:

Era uma história muito “colonial”, em que o principal papel cabia ao século XVI. Mas era solidamente alicerçada em um real esforço de síntese. Às monografias suscitadas pelas comemorações acrescentavam-se numerosas teses, artigos e obras sobre a história factual do século XVII.²⁴⁸

À semelhança de Kátia Mattoso, Paulo Santos Silva também faz um balanço da historiografia produzida na Bahia entre as décadas de 1930 e 1940, em particular as realizadas pelos intelectuais que se lançaram às lutas políticas do período. Nas suas considerações finais, diz:

A filiação “positivista” desta historiografia fica evidente em diversos aspectos: na noção de documentos (escritos de preferência), na narrativa (baseada na sucessão de acontecimentos), no critério de estabelecimento dos marcos cronológicos (sempre os fatos políticos como referência). Mas o

²⁴⁷ MORAES, Walfrido. O problema do negro no Brasil. *A Tarde*, 21 out.1950, p.5.

²⁴⁸ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, Século XIX: Uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 26.

que efetivamente a singulariza — porque os traços acima, de diferentes maneiras, com mais ou menos ênfase, estão também presentes em qualquer outra modalidade de produção historiográfica — é a ausência de problematização, seja quanto às fontes, seja quanto aos temas.²⁴⁹

Apesar das valiosas observações de Kátia Mattoso e Paulo Santos, contudo, não surpreende que no contexto a que estava submetida a historiografia baiana e seus historiadores, conforme atestaram os renomados historiadores, fosse possível chegar a conclusões diferentes das que chegaram.

Sobre o primeiro Congresso de História da Bahia, também não é de se estranhar que, em uma reunião que congregou a elite intelectual de uma época, como no caso do referido Congresso, o conjunto das obras apresentadas não estivesse de acordo com seus interesses. Do mesmo modo, porque há muito sabemos da tradição positivista da nossa história e mesmo com o surgimento de obras que inovaram no método, como no caso de Casa Grande e Senzala, por exemplo, seus autores optaram por sistema interpretativo que não rompiam com as ideologias dominantes.

De forma geral, os estudiosos que se lançaram ao campo da escrita da História no contexto das comemorações do Quarto Centenário de fundação da Cidade de Salvador, com raras exceções, a identificaram com o mero acontecimento. Obviamente que tivemos algumas poucas exceções, diante dessa visão historiográfica na qual, memória histórica e ideologia andaram juntas. Concepção, aliás, que prevaleceu no conjunto dos trabalhos analisados, conforme veremos mais adiante.

²⁴⁹ SILVA, Paulo Santos. **Âncoras de tradição**: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949). 1. Ed. Salvador: EDUFBA, 2000, p.231.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de elaboração desta pesquisa e com o objetivo de assegurar a viabilidade do meu objeto de estudo, abri uma interlocução preliminar com o autor de *O escravo na legislação tributária da Província da Bahia*, tentando perceber a pertinência das questões que norteavam a sua tese.

Naquele momento notei que, na introdução do trabalho apresentado por Walfrido Moraes, eram notórias as influências dos eventos do pós-guerra, principalmente a recém-aprovada Declaração Universal dos Direitos Humanos, e como ele relacionou esse tema com a escravidão, a opressão e a liberdade: “Depois de tantos acontecimentos dolorosos, avulta-se, mais do que nunca, no coração dos homens, um profundo temor à escravatura, à opressão. E, todos sonham com a doçura de uma vida dentro dos princípios de respeito aos direitos individuais dos seus semelhantes”.²⁵⁰

Essa opinião levou-me a tentar compreender em que medida esse sentimento era compartilhado por outros congressistas, ao tempo em que também tentava perceber possíveis modificações nas abordagens históricas e socioantropológicas envolvendo trajetórias de populações negras, sobretudo após os eventos de 1936-1945, dentre outras questões.

Após as análises aqui estabelecidas, constatei que, no conjunto das 86 teses consultadas, a omissão ou subestimação da participação das populações negras no processo civilizatório baiano foi quase absoluta. A exceção se restringiu às seis teses selecionadas, e mesmo assim, em quatro delas, as populações negras foram apresentadas como simples mercadoria ou, quando não, como um problema à ordem instituída.

A tese *Notícias sobre a Polícia Militar da Bahia no século XIX*, de Oséas Moreira de Araújo, dentre as seis selecionadas, talvez seja a que melhor sintetiza o que exponho; isso porque, mesmo quando abordou temas nos quais a participação das populações negras era

²⁵⁰ MORAES, Walfrido. O problema do negro no Brasil. *A Tarde*, 21 out. 1950, p. 181.

imprescindível, conseguiu torná-la invisível. Por outro lado, agiu de maneira inversa, apenas para demonstrar os feitos da corporação à qual estava filiado.

Nathalia Gomes da Costa de Vinhaes, com a tese *O açúcar, o fumo e o cacau como principais fatores econômicos da Bahia*, fez uma abordagem relativamente etnocêntrica, isso porque, apesar da conjuntura do pós-guerra, ainda hierarquizava, pelo menos conceitualmente, os diferentes povos formadores da sociedade brasileira.

A tese *Histórico da cultura da cana na Bahia*, de Carlos Valeriano de Cerqueira, embora bem documentada e a intenção desse autor em denunciar a violência da escravidão, o máximo que conseguiu foi reproduzir uma visão historiográfica na qual as populações negras foram apresentadas como meras vítimas de um sistema de dominação, sem jamais esboçar qualquer tipo de reação.

Frei Gregório, com o seu *Os capuchinhos na Bahia*, ainda que filiado a um setor da Igreja Católica que tenta se apresentar como defensor dos escravizados, tese difícil de sustentar, contudo, apresentou um documento datado de 1848, o qual demonstra como a Ordem dos Capuchinhos já se preocupava com a eliminação do trabalho escravo no interior dessa instituição.

Quanto às exceções a que me referi, duas teses inovaram tanto no método como no objeto de estudo. Foram elas: *O escravo na legislação tributária da província da Bahia*, de Walfrido Moraes, e *Relação da África Portuguesa com a Bahia*, do congressista português Luis Silveira.

Quanto ao método historiográfico, *Relação da África Portuguesa com a Bahia*, de Luis Silveira e como o próprio subtítulo do trabalho propõe (*Plano dum trabalho e apresentação dos primeiros elementos*), o congressista português apresentou uma série de elementos em sua tese que a diferenciou do conjunto das apresentadas no primeiro Congresso de História da Bahia e que vão, desde a preocupação com os arquivos, com os documentos, crítica às fontes, até o intercâmbio entre pesquisadores portugueses e baianos. Enfim, seu trabalho

abriu novas perspectivas para a pesquisa, assim como forneceu novos elementos para a compreensão do passado africano por pesquisadores e estudiosos baianos.

A tese apresentada por Walfrido Moraes, *O escravo na legislação tributária da província da Bahia*, também se constituiu exceção, porque, além de abrir novas possibilidades para os estudos sobre escravidão no Brasil, pode fornecer novos elementos para os estudiosos da atualidade que pesquisam sobre as relações envolvendo o Estado brasileiro e as populações negras durante o nosso processo histórico.

O autor de *O escravo na legislação tributária da província da Bahia*, em certa medida, demonstrou a relação que o Estado estabeleceu com as populações negras, sobretudo quando da cobrança dos impostos denominados de *as ditas, sizas* e *as meias sizas*, impostos os quais incidiam sobre o comércio de escravizados e sobre as próprias atividades profissionais destes. Enfim, Walfrido Moraes conseguiu demonstrar a importância da arrecadação desses tributos para as finanças da Província da Bahia, no momento em que fez um balanço das Leis Orçamentárias entre 1836 e 1949.

Ao confrontar as considerações feitas por Moraes, com os argumentos utilizados pelos estudiosos que atualmente discutem o papel que o Estado, enquanto instituição, exerceu para a construção e manutenção das desigualdades sócio-raciais existentes em nosso país, guardadas as devidas proporções, conjuntura e momentos históricos distintos, essas visões se aproximam.²⁵¹

Com efeito, o Estado brasileiro, criado pelas elites para a manutenção de seus privilégios, assim como a sociedade brasileira, constituída a partir de uma cultura centrada na violência, exploração, escravidão, discriminação racial, além do genocídio cometido contra os povos indígenas, são argumentos recorrentes, utilizados pelos Movimentos Sociais negros e

²⁵¹ Esta relação também se configura através da relação que atualmente se convencionou conceituar de Racismo Institucional. Sobre esse conceito, ver: SOUZA, A.. Racismo Institucional: para compreender o conceito. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 3 – nov. 2010 – fev. 2011, p. 77-87. Disponível em: <<http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/view/39/82>>. Acesso em: 01 Fev. 2011.

indígenas da atualidade para exigir políticas públicas focadas na igualdade racial.²⁵² O Estado e a sociedade também apareceram no discurso de Walfrido Moraes para demonstrar como essas instituições impuseram uma cultura de violência, na qual era retirado, desde o leite das tetas negras para amamentar os filhos dos donos de engenhos, até chegar ao extremo, em alguns casos, de arrancar a própria vida dos escravizados.²⁵³

Das duas monografias selecionadas da Série *Evolução Histórica da Cidade de Salvador*, em *Povoamento da Cidade de Salvador*, de Thales de Azevedo, apesar de outros méritos da obra, contudo, no que se refere às populações negras, estas, aparecem, basicamente, para justificar a suposta democracia racial baiana.

Já em *Formação e evolução étnica da Cidade do Salvador*, é meramente para justificar a suposta humanidade dos proprietários de escravizados que o negro aparece, ou para sustentar uma concepção quase biológica da cultura e da história, conforme chega ao exagero Carlos Ott.

Na imprensa, o negro, basicamente, foi apresentado como um problema para a sociedade ou quando não, para justificar as supostas relações harmoniosas envolvendo negros e brancos na Bahia. A exceção a essa regra foram os artigos publicados no jornal *A Tarde* por Edison Carneiro, Walfrido Moraes e Carlos Tuiuti.

Edison Carneiro, em *Lembranças do negro da Bahia*, parece tentar estabelecer um diálogo com as elites baianas demonstrando que o negro participou de todo o processo civilizatório baiano e em todas as áreas do conhecimento. O próprio título do seu artigo, contendo as palavras “Lembranças” e “da Bahia”, remete a uma memória e a um lugar específico.

²⁵² Projeto de Lei 14.692/2005 que tramita na Assembléia Legislativa da Bahia e Institui o Estatuto Estadual de Promoção da Igualdade Racial e Combate à Intolerância Religiosa. Texto original, emenda e parecer disponível em <http://www.al.ba.gov.br/%5CordemItens.cfm?varCodigo=2009/10/01/Ordin%E1ria,23>. Acesso em 01/03/2011.

²⁵³ MORAES, Walfrido. O escravo na legislação tributária da província da Bahia. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. 4. v. Salvador: Manu/Benedictina, 1950, p.190.

O mesmo ocorre com o artigo de Carlos Tavares, no qual a palavra “esquecimento” denuncia a ausência de referências da cultura negra durante as comemorações: “Tradição viva do povo, ninguém jamais poderia esquecê-la quando comemoramos a grata efeméride dos quatro séculos da nossa velha e sempre juvenil Bahia de Todos os Santos.”²⁵⁴

Walfrido Moraes, em seu artigo intitulado *O problema do negro no Brasil*, conforme atentei, retoma o debate apresentado em sua tese *O escravo na legislação tributária da Província da Bahia*, tema que só está começando a ganhar corpo na atualidade, ou seja, a relação de violência que o Estado brasileiro, historicamente, estabeleceu contra as populações negras. A esse respeito, informa que as lideranças negras, presentes no Primeiro Congresso do Negro Brasileiro, exigiam a participação da população negra nos destinos do Estado e alertava que o “[...] Itamarati continua[va] com as portas fechadas para os homens de cor do Brasil.”²⁵⁵

Ao tentar confrontar as idéias de Walfrido Moraes, no que se refere à relação da população negra com o Estado brasileiro e as considerações que estudiosos do tema *Racismo institucional* o fazem a esse respeito, com esse procedimento procurei estabelecer conexões, diálogos, pontos comuns, ou talvez tentasse responder a uma questão, há muito posta, segundo Marc Bloch, pelos positivistas; — se é verdade “[...] que as únicas ciências autênticas são aquelas que conseguem estabelecer ligações explicativas entre os fenômenos.”²⁵⁶

Estabelecer problematização entre processos históricos aparentemente distintos, eis também, a meu ver, para que serve a história. Certamente não era a intenção de Walfrido Moraes questionar a ordem e as hierarquias de cor estabelecidos no final da década de 1940 e os primeiros anos de 1950, tampouco, fornecer elementos para futuros argumentos a esse respeito. Contudo, ao estabelecer conexões entre as concepções de Moraes e as demandas dos movimentos sociais da atualidade, com esse procedimento, tentei articular passado e presente, por entender que à medida que as sociedades, sobretudo aquelas com

²⁵⁴ TAVARES, Cláudio T. As rodas de samba. **Estado da Bahia**, 29 mar. 1949, p.2; 8.

²⁵⁵ MORAES, Walfrido. O problema do negro no Brasil. **A Tarde**, 21 out. 1950, p.5.

²⁵⁶ BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002, p.45

movimentos sociais estruturados e com sistemas políticos democráticos, se apropriam dos erros e acertos das suas trajetórias históricas, torna-se mais fácil compreender as suas lutas e demandas, pois uma das dificuldades para a compreensão do presente, em alguns casos, pode ser reflexo de um desconhecimento do passado.

FONTES E REFERÊNCIAS

FONTES

ALVES, Marieta; SMITH, Robert; OTT, Carlos; RUY, Affonso. **História das artes na cidade do Salvador**. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador, 1967. (Col. Evolução Histórica da Cidade do Salvador, v. 4. Comemorativa ao IV Centenário de fundação da Cidade do Salvador)

ARAÚJO, Oséas Moreira de. **Notícias sobre a Polícia Militar da Bahia no século XIX**. Bahia: imprensa Oficial, 1949.

ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Quatro séculos em desfile: Descrição do cortejo Histórico**. Empresa Gráfica Limitada, Salvador, 1949. Lata 1381, pasta 6.

AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social & Classes sociais e grupos de prestígio**, 3. ed., Salvador, EDUFBA: EGBA, [1953] 1996.

AZEVEDO, Thales. Povoamento da Cidade do Salvador. **Col. Evolução Histórica da Cidade de Salvador**, v.3. Comemorativo do IV centenário da Cidade. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, Tipografia Beneditina Ltda. 1949.

BARRETO, Filinto. Uma Recepção no Passado. **Revista Fiscal da Bahia**. Quatro Séculos de História da Bahia. Edição comemorativa do quarto centenário de Salvador. Salvador, 1949.

CALMON, Pedro. História da Literatura Baiana. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador, 1949. **Col. Evolução Histórica da Cidade do Salvador**, v.2. Comemorativa do IV Centenário da Cidade.

CARNEIRO, Edison. Lembranças do Negro Na Bahia. **A Tarde**, 29 mar.1949. Caderno história da Bahia, p.15.

CERQUEIRA, Carlos Valeriano de. História da cultura da cana na Bahia. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. 4.v. Salvador: Manu/Beneditina, 1950, p. 268-336.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo. Auto de graças e glórias da Bahia: programa. Bahia: [s. n.], [s. d.].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características Demográficas do Estado da Bahia**: Edição Comemorativa do IV Centenário da Cidade do Salvador. Rio de Janeiro, 1949.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 1950** - Estado da Bahia. Série Regional, vol. 20, tomo 1. Rio de Janeiro, 1955.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. 1. v. Salvador: Tipografia Manú Editora Ltda. 1955.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. 5. v. Salvador: Tipografia Beneditina, 1951

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1950, vl. 2,3 e 4.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. **Documentos do Primeiro Congresso de História da Bahia**. Caixas de 001, 002 e 003. Arquivo Theodoro Sampaio do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Anais do IV Congresso de História Nacional**. 1. v. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950.

LIMA, Medeiros. Na velha cidade centenária problemas agudos dos nossos dias. **Diário de Notícias**, Salvador, 26 mar. 1949, p.2.

LISBOA, Elysio de Carvalho. **Município do Salvador - Relatório 1944**. Editora: Imprensa Vitória, Salvador, 1945.

MANGABEIRA, Otávio. **Um período governamental na Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1951.

MARINO, Frei Gregório de S. Os Capuchinhos na Bahia. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. 4. v. Salvador, 1950, p. 509-586.

MORAES, Walfrido. O escravo na legislação tributária da província da Bahia. In: **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. 4. v. Salvador: Manu/Beneditina, 1950, p.181-223.

MORAES, Walfrido. O problema do negro no Brasil. **A tarde**, 21 out.1950.

OTT, Carlos B. Formação e evolução étnica da Cidade do Salvador: o folclore baiano. **Col. Evolução Histórica da Cidade de Salvador**, v.5. Comemorativo do IV centenário da Cidade. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, Tipografia Manú Editora, 1955.

PINHO, Wanderley. Aspectos da história social da cidade do Salvador 1549-1650. Salvador: Prefeitura Municipal, 1968. (Col. Evolução Histórica da Cidade do Salvador, v. 6. Comemorativo do IV centenário da Cidade)

PRESÍDIO, José. Discurso proferido no dia 17/11/1948 e publicado (retificado). **Diário da Assembléia Legislativa**. Estado da Bahia, Ano II, nº 521, 16 mar.1949, p. 5562.

Revista Fiscal da Bahia. Quatro Séculos de História da Bahia. Edição comemorativa do quarto centenário de Salvador. Salvador, 1949.

RUY, Affonso. História Política e Administrativa da Cidade do Salvador. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador, 1949. (Col. Evolução Histórica da Cidade do Salvador, v. 1. Comemorativa do IV Centenário da Cidade)

SALVADOR. Prefeitura Municipal. **29 de março data simbólica da fundação da Cidade do Salvador**. Bahia: Prefeitura Municipal de Salvador, 1952. Publicação comemorativa dos 403 anos de aniversário da Cidade do Salvador.

SILVEIRA, Luis. Relação da África Portuguesa com a Bahia. **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. 2. v. Salvador: Tipografia Beneditina Ltda , 1950, p. 389-407.

TAVARES, Cláudio T. As rodas de samba. Estado da Bahia, 29 mar. 1949.

VALENTE, Osvaldo. Apresentação In: Prefeitura Municipal do Salvador. **Documentos históricos do Arquivo Municipal**. V. 1. Atas da câmara 1625-1641. Salvador, 1949, p. 1.

VINHAÉS, Nathalia Gomes da Costa de. O Açúcar, O Fumo e O Cacau Como Principais Fatores Econômicos da Bahia. **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. 4. v. Salvador, 1950, p.241-262.

CARTAS E CORRESPONDÊNCIAS

Arquivo Histórico Municipal de Salvador. **PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR**. Ofícios expedidos 1929 - 1979. Natureza: avulso. Estante 24, caixa 04. Ofício nº 3 de 12/05/1951.

Arquivo Theodoro Sampaio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. **Documentos do Primeiro Congresso de História da Bahia**. Caixa nº 003 - Correspondências expedidas. Ofícios 244, 245 e 246 de 15 jan. 1949.

FALCÃO, Edgard. **Carta a Wanderley Pinho**. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Documento 1522. Lata 029. (DL 1522.029).

TORRES, Epaminondas dos Santos. Correspondência a Wanderley Pinho. Arquivo Theodoro Sampaio do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. **Documentos do Primeiro Congresso de História da Bahia**, Caixa nº 003 - Correspondências expedidas em 08/12/1947.

JORNAIS E PERIÓDICOS

A Tarde (Jan a dez/1949 e Out/1950)

Diário de Notícias (Jan a dez, 1949)

Estado da Bahia (Jan a mar, 1949)

Diário Oficial do Estado. Imprensa Oficial da Bahia, (Jul. 1943; jan a dez 1949).

Diário da Assembléia Legislativa, (jan a dez, 1949)

Diário Oficial da Câmara Municipal de Salvador. Imprensa Oficial (jan a dez 1949)

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Salvador, v. 75, 1948-1949.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Pinto de. **Notas sobre o “Enigma Baiano”**. Salvador: Livraria Progresso, 1958.

AMADO. J. **Bahia de Todos os Santos**. São Paulo, Martins, 1960.

AZEVEDO, Thales de. **Ensaio de Antropologia Social**. Publicações da Universidade da Bahia, 1959

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

- CELESTINO, Mônica. **Réus, analfabetos, trabalhadores e um Major** – a inserção política e social do parlamentar Cosme de Farias em Salvador. Salvador: Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, 2005. Dissertação.
- COSTA E SILVA, Alberto da. Portraits of African Royalty in Brazil. In: Lovejoy, Paul E. (ed.), **Identity in the Shadow of Slavery**. Londres/New York: Continuum, 2000, p. 129-136.
- EDELWEISS, Frederico, et. all. Parecer. In: SALVADOR. Prefeitura Municipal. **29 de março data simbólica da fundação da Cidade do Salvador**. Publicação comemorativa dos 403 anos de aniversário da Cidade do Salvador. Prefeitura Municipal de Salvador, 1952.
- FREIRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 25. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 10. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2004.
- GUIMARAES, L. M. P. Intelectuais portugueses no Silogeu: IV Congresso de História Nacional (1949). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro (RJ), v. 425, n. 425, p. 57-73, 2005.
- GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal. *IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil colonial (Rio de Janeiro, 1949)*. **Revista Brasileira de História**. [online]. v. 24, n. 48, p. 145-170, 2004, Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000200007>. Acesso em: 25 de mai. 2011.
- INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. Programação da peça teatral **Autos de Graça e Glória da Bahia**. S/d. Disponível na Biblioteca do IGHB.
- LE GOFF, Jacques. **A história nova**. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, [1988] 2001.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**, Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.
- LENHARO, Alcir. **Nazismo**. O triunfo da vontade. São Paulo: Ática, 2007.
- LIMA, Vivaldo da Costa. **O Candomblé da Bahia na década de trinta**. In: OLIVEIRA, Waldir F. e LIMA, Vivaldo da Costa. *Cartas de Édison Carneiro a Artur Ramos*. São Paulo: Corrupio, 1987, p.37-73.
- MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. [online]. v.14, n.41, p. 141-158, 1999.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, Século XIX: Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MINTZ, Sidney.; PRICE, Richard. **O nascimento da cultura Afro-Americana. Uma perspectiva antropológica**, Rio de Janeiro: Pallas/Universidade Cândido Mendes, 2003.
- MORAES, Walfrido. **Jagunços e heróis**. 5. ed. Revisada e ampliada. Salvador: EGBA; ALBA, 1997,
- MOURA, Clóvis. **As Injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- NASCIMENTO, Abdias (org.). **O Negro revoltado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

- NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. O mestre, o historiador, o fidalgo Wanderley Pinho. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1978, v. 320, p. 389.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, dez. 1993.
- PEREIRA, Cláudio & SANSONE, Livio. **Projeto UNESCO no Brasil: Textos críticos**. 1. ed. Salvador: Edufba, 2008.
- PINHO, Ana Luiza Araújo Caribé de Araújo. **De forasteiro a unanimidade: a interventoria de Juracy Magalhães na Bahia (1931-1934)**. Dissertação (mestrado) FGV – CPDOC, Rio de Janeiro, 2010. 154 f. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6892>>. Acesso em 20/06/2011.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em debate. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto/USF, 1998. p. 103-117.
- REIS, J. J. Thales de Azevedo: historiador da cultura e do cotidiano. In: **Revista da Bahia**. Salvador, v. 32, n. 20, 1996.
- SAMPAIO, Consuelo Novais (org.). **Memória da Fazenda da Bahia**. Salvador: Casa de Jorge Amado: Fundação Pedro Calmon, 2005.
- SANTOS, Milton. Cidade pede um novo urbanismo. **A TARDE**, 29 mar. 1999, caderno V, p.1.
- SANTOS, Milton. **Fatores que retardam o desenvolvimento da Bahia: a falta de indústrias**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1959.
- SILVA, Paulo Santos. **Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)**. 1. ed. Salvador: Edufba, 2000.
- SOUZA, A.. Racismo Institucional: para compreender o conceito. **Revista da ABPN**, 1, jan. 2011. Disponível em: <<http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/view/39/82>>. Acesso em: 01 fev. 2011.
- SOUZA, Antonio Loureiro de. (Apresentação) In: AZEVEDO, Thales. Povoamento da Cidade do Salvador. **Cel. Evolução Histórica da Cidade de Salvador**, v.3. Comemorativo do IV centenário da Cidade.
- SOUZA, L. M. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial. In: Marcos Cezar Freitas. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 1 ed. São Paulo: Contexto/ Universidade São Francisco, 1998, p. 20-218.
- REGO, Waldeloir, **Capoeira Angola: Ensaio Sócio-Etnográfico**. Salvador: ed. Itapuã, 1968.
- UNESCO. **Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Londres, 16 de novembro de 1945. Tradutor John Stephen Morri. Brasília, 2002 Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2012.
- VERGER, Pierre. **"Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos Séculos XVII a XIX"**. Salvador: Corrupio, 1987.
- VIANA FILHO, Luis Viana. **O Negro na Bahia**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1946.

APÊNDICE

QUADRO 2 - TESES APRESENTADAS NA 1ª SECÇÃO DO CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA/

HISTÓRIA GERAL

AUTOR	TITULO	RELATOR	ANAIS
Afonso Costa	O Catálogo de Jaboatão	Jorge Felizardo	3º Vol.
Alberto Silva	D. João III e a Cidade do Salvador	Pedro Calmon	3º Vol.
Alberto Silva	D. João III e a Colonização do Brasil	Filogônio Correia	3º Vol.
Alberto Silva	A Sesmaria e a Residência de Diogo Alvares Caramuru na Bahia	Alice Canabrava	1º Vol.
Alcindo Sodré	O Sentido Político das Visitas de Pedro I, Pedro II e Conde d'EU	Cid Teixeira	3º Vol.
Álvaro V. Rocha	Leitura e Tradução de uma Placa do Inst. Histórico da Bahia	Gustavo Barroso	4º Vol.
Antonio Araújo	Concurso da Bahia na Formação da Gens Cariense	Antonio L. Souza	3º Vol.
Arnulfo Gottshal	Minas do Rio de Contas: Influência na Bahia	Afrisia Santiago	Não Publ.
Braz do Amaral	O Federalismo na Bahia	Walter Spalding	3º Vol.
Braz do Amaral	Reação do Aborígine Contra o Estrangeiro Invasor	Walter Spalding	3º Vol.
Carlos Ott	Os Mataroás	Gustavo Barroso	5º Vol.
Edgard Falcão	O Estabelecimento da Cidade do Salvador	Hernani Cidade	Não Publ.
Edilson Ribeiro	Município do Livramento de Brumado	João F. da Cunha	Não Publ.
Esmeraldo Santos	O Município de Jaguaquara	Alcindo Sodré	Não Publ.
Felipe Escarlata	Inscrições dos Sinos da Bahia	Pedro Calmon	Não Publ.
Heitor Araújo	Resumo da História de Remanso	João F. Cunha	Não Publ.
Herculano Assunção	A Revolução Pernambucana de 1817 na Bahia	Pedro Calmon	5º Vol.
Herman Neeser	Uma Pedra d'Armas não identificada	Gustavo Barroso	3º Vol.
Hernani Cidade	A Situação da Bahia na Primeira década Restauração - Os Judas do Brasil	Hélio Simões	2º Vol.
Irineu Pinheiro	Um Baiano a Serviço do Ceara e do Brasil	Antonio Souza	3º Vol.
João F. da Cunha	Memória do Município de Juazeiro	Afonso Ruy	3º Vol.
Jorge Felizardo	Cel. Vicente Ferrer da Silva Freire	Mario Torres	3º Vol.
Jorge Felizardo	Linhagens Baianas no Rio Grande do Sul	J.C.P. Dantas	3º Vol.
José C B Machado	As Grandes Epidemias na Bahia	Edgard Falcão	Não Publ.
J.J. C. Albuquerque	A Bahia e a Independência do Brasil	Cid Teixeira	3º Vol.
José Lobo	Fortificações Coloniais da Bahia	Edgard Falcão	3º Vol.
Laércio Andrade	Cel. Felisberto Caldeira e a Ind. da Bahia	J C P Dantas	3º Vol.
Laércio Ferreira	A política do Marques de Pombal Consequencias	Pedro Calmon	Não Publ.
Loureiro Fernandes	Personalidades Baianas	Florisvaldo Trigueiro	5º Vol.
Luiza da Fonseca	Subsidio para a história da Cidade da Bahia	Frederico Edelweiss	2º Vol.
Mario Torres	Estadia de Cabral na Bahia	Filogônio Correia	Não Publ.
Maurino C Tavares	A Bahia na Guerra do Paraguai	Pedro Calmon	Não Publ.
Oseas M. Araujo r	Notícias sobre a Polícia Militar da Bahia	J.C.P. Dantas Jr	Não Publ.
Pedro Calmon	Castelhano e Portugueses	Gustavo Barroso	Não Publ.
Pedro Calmon	Fundação da Cidade do Salvador	Gustavo Barroso	Não Publ.
Pedro Calmon	Caramuru em França	Gustavo Barroso	Não Publ.
Raimundo Girão	Bandeirismo Baiano	Frederico Edelweiss	Não Publ.
Raul Sá	A Expressão Histórica e Literária da carta de caminha	Hernani Cidade	1º Vol.
Sidrak Carvalho	Sinopse de Santa Cruz de Cabrália	João F.C unha	Não Publ.
Tito L Ferreira	Chegada à Bahia do Fundador de São Paulo	Frederico Edelweiss	Não Publ.
Valter Dourado	Juazeiro à Luz da história	Afonso Ruy	Não Publ.
Wilson Resende	OS Holandeses na Bahia	Hernesto H. Cruz	Não Publ.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nos Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia

QUADRO 3 - TESES APRESENTADAS NA 2ª SECÇÃO DO CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA/
HISTÓRIA POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DA BAHIA

AUTOR	TITULO	RELATOR	ANAIS
Alcindo Sodré	Um governador da Bahia: Afonso M. P. Costa	Copérnico Coelho	4º Vol.
Antonio Sobrinho	A Bahia nas Cortes Portuguesas etc.	Walter Spalding	Não Publ.
Elvira Celestino	O Senador Zacarias e sua Época	Pedro Calmon	Não Publ.
Felipe Scarlata	Inscrições Lapidares da Bahia	Pedro Calmon	Não Publ.
Herman Neeser	O Selo, o Brazão e a Bandeira da Cidade do Salvador	Walter Spalding	4º Vol.
Herman Neeser	As Armas do Estado da Bahia	Tancredo Teixeira	4º Vol.
Jaime Daltavila	O Sentido Jurídico da História da Bahia	Afonso Ruy	4º Vol.
Walter Spalding	Governadores Gerais e Vice-reis	Antonio Sobrinho	4º Vol.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nos Anais do Primeiro Congresso de H

QUADRO 4 - TESES APRESENTADAS NA 3ª SECÇÃO DO CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA/
HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DA BAHIA

AUTOR	TITULO	RELATOR	ANAIS
Alice Canabrava	A Lavoura Canavieira nas Antilhas e no Brasil	Maria Albuquerque	4º Vol.
Alice Canabrava	Força Motriz: Problema da Técnica etc.	Luis Silveira	4º Vol.
Carlos V. Cerqueira	História da Cultura da Cana na Bahia	Luis Silveira	4º Vol.
Edith Gama e Abreu	Precursoras do Feminismo na Bahia	Eduardo Dias	4º Vol.
Eduardo Dias	Os Ávilas da Bahia	Edith Gama e Abreu	4º Vol.
Frederico Edelweiss	Os Primeiro Vinte Anos de Extração de Ouro na Bahia	Edith Gama e Abreu	4º Vol.
Gregório Bondar	Plantas Exóticas da Bahia	Luis Silveira	4º Vol.
Luis Escragnolle	O Visconde de Camumú e o Derrame de Moedas Falsas	Alice Canabrava	5º Vol.
Luis Silveira	Relações da África Portuguesa com a Bahia	Alfredo F. Castro	2º Vol.
Maria Albuquerque	O Preço do Açúcar e a Política etc	Alfredo F. Castro	2º Vol.
Maria Albuquerque	Navegação Entre Portugal e Brasil de 1801 a 1806	Edith Gama e Abreu	2º Vol.
Maria Albuquerque	Liberdade e Limitações dos Engenhos de Açúcar	Alberto Silva	4º Vol.
Nathália Vinhaes	O Açúcar o Fumo e o Cacau como Principais Fatores Econômicos	Alberto Assis	4º Vol.
Pedro Calmon	Cartas Econômico-Políticas da Bahia	Eduardo Dias	4º Vol.
Walfrido Moraes	O Escravo na Legislação Tributária da Bahia	Eduardo Dias	4º Vol.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nos Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia

QUADRO 5 - TESES APRESENTADAS NA 4ª SECÇÃO DO CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA/
HISTÓRIA RELIGIOSA DA BAHIA

AUTOR	TITULO	RELATOR	ANAIS
Gregório S. Marino	Os Capuchinhos na Bahia	Vicente Vitola	4º Vol.
Heitor Araújo	História da Diocese da Barra	José Lima	4º Vol.
Manoel A. Barbosa	O Titular e o Padroeiro da Cidade do Salvador	Vicente Vitola	4º Vol.
Manoel A. Barbosa	Lápides Proclamadoras das duas Maiores devoções Brasileiras Existentes na Bahia	Luis M. Neto	4º Vol.
Manoel A. Barbosa	A Primeira reunião do Episcopado Brasileiro	Francisco Lima	4º Vol.
Pedro Calmon	São Pedro de Rates	Raul de Souza	4º Vol.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nos Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia

QUADRO 6 - TESES APRESENTADAS NA 5ª SECÇÃO DO CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA/
LETRAS E ARTES

AUTOR	TITULO	RELATOR	ANAIS
Alexandre Passos	Academias e Sociedades Literárias nos Séculos XVIII e XIX	Gustavo Barroso	5º Vol.
Elizeu Mendes	Sóror Joana Angélica	Thales de Azevedo	5º Vol.
Godofredo Filho	A Igreja da Vitória e Vila Velha	Renato Almeida	5º Vol.
Henriques Fontes	Conjecturas Sobre Três Acadêmicos Renascidos	Florisvaldo Trigueiro	5º Vol.
José Valadares	A Galeria Jonatas Abbot	Francismo M. Santos	Não Publ.
Manoel Barbosa	A Imprensa Católica Na Bahia	Artur de Sales	5º Vol.
Octávio Torres	Publicações Sobre a Faculdade de Medicina da Bahia	Ordival C. Gomes	5º Vol.
Renato Almeida	O Folclore na Sociedade Baiana	Fernando P. Queiroz	5º Vol.
Roberto Smith	Aspectos da História de Arquitetura da Bahia	Renato Almeida	Não Publ.
Waldemar Matos	O Palácio da Associação Comercial da Bahia	José Brandão	Não Publ.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nos Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia

QUADRO 7 - TESES APRESENTADAS NA 6ª SECÇÃO DO CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA/
GEOGRAFIA HISTÓRICA, CARTOGRAFIA E ICONOGRAFIA

AUTOR	TITULO	RELATOR	ANAIS
Francisco Neto	Rendas, Bicos de Almofadas	J.M. Oliva	5º Vol.
José Lima	Razões de Ser de Certos Tipos de Vendedores de Ambulantes	Renato Oliva	Não Publ.
Octávio C. Torres	História do Grêmio Literário da Bahia	Florisvaldo Trigueiro	5º Vol.
Octávio C. Torres	Contribuição ao Estudo da História do Hospital de S. Lázaro para morféuticos na Federação	Ordival C. Gomes	5º Vol.
Olínto Martins	Castro Alves e a Propaganda Abolicionista na Bahia	Florisvaldo Trigueiro	Não Publ.
Ordival C. Gomes	A Fundação do Ensino Médico no Brasil	Osvaldo Cabral	5º Vol.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nos Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia

QUADRO 8 - TESES APRESENTADAS NA 7ª SECÇÃO DO CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA/
ETNOLOGIA

AUTOR	TITULO	RELATOR	ANAIS
Luis R. de Almeida	O Tupy Não é Língua Morta	Mário Melo	Não Publ.
Valter Spalding	Influência e Reminiscências do Linguajar Português etc.	Frederico Edelweiss	3º Vol.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nos Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia

QUADRO 9 - TESES APRESENTADAS NA 8ª SECÇÃO DO CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA/
BIOGRAFIAS

AUTOR	TITULO	RELATOR	ANAIS
Antonino Rocha	Primeira Personagem da História do Brasil	Anfrisia Santiago	Não Publ.
Antônio L. de Souza	Baianos Ilustres	Deraldo Souza	Não Publ.
Arnold Wildberger	Presidentes da Província da Bahia	Walter Piazza	Não Publ.
Fernando Alves	Biografia de Maria Quitéria	Walter Piazza	5º Vol.
Francisco Negrão	André Rebouças e Antonio P. Rebouças	Deraldo Souza	5º Vol.
Frederico Edelweiss	Um Visitante Setecentista Desconhecido	José Lima	5º Vol.
Hélio Viana	Retificações A Bibliografia do Visconde de Cayru	Waldemar Matos	5º Vol.
José A. Lima	Padre Inácio dos Santos Araújo	Anfrisia Santiago	5º Vol.
Luis Jaeger	Padre Manuel da Nóbrega	José Lima	5º Vol.

Luis Viana Filho	Ruy Barbosa e "O Papa e o Concílio"	José Lima	5º Vol.
Pedro Calmon	Tomé de Souza - Cópia de três cartas existentes na Torre do Tombo	Maria Albuquerque	Não Publ.
Pedro de C. Araujo	D. Francisco — o Bispo Cego	Waldemar Matos	5º Vol.
Sebastião Pagano	Ruy — Ante o Império e a República	Waldemar Matos	5º Vol.
Waldemar Matos	D. Francisca de Saúde	Raimundo Girão	Não Publ.
Walter Piazza	Manoel V. Tosta — Marques de Muritiba	Thales de Azevedo	5º Vol.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nos Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia

QUADRO 10 - TESES APRESENTADAS NA 9ª SECÇÃO DO CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA/ BIBLIOGRAFIA

AUTOR	TITULO	RELATOR	ANAIS
Alfredo Pimentel	Documentos Valiosos do Arquivo da Bahia	Waldemar Matos	5º Vol.
Deraldo Souza	Reparos Bibliográficos: O Professor Aquino etc	Cid Teixeira	5º Vol.
José Lima	Teses Defendidas Na Faculdade de Medicina da Bahia	Aloísio França	Não Publ.
Lúisa da Fonseca	Índice Abreviado dos Documentos do Sec. XVII do Arquivo...	David Carneiro	2º Vol.
Manoel Barbosa	Projeto para Edição Especial do "Breviário da Bahia"	D.V. Sena	5º Vol.
Marieta Alves	Notas À Margem do Livro "Artistas Baianos" de Manuel Quirino	José Calazans	5º Vol.
Octávio Torres	Índice do Dicionário de Sacramento Black	Deraldo Souza	Não Publ.
Pedro Calmon	Confissões da Bahia de 1618	Hélio Viana	5º Vol.
Pedro Calmon	Três Cartas de Tome de Souza	Valter Spalding	5º Vol.
Valter Dourado	Parlamentares Juazeirense	Raimundo Girão	Não Publ.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nos Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia